



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Mulheres no crime, deslizamento de fronteiras

Tese elaborado pela aluna **Flávia Fernandes de Carvalhaes**, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC, na área de Práticas Sociais e Constituição do Sujeito, linha de pesquisa 2 - **Gênero, Gerações e diversidades**

Orientadora: **Dr^a. Maria Juracy Filgueiras Toneli**

Coorientadora: **Dr^a. Sonia Regina Vargas Mansano**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da
UFSC.

Carvalhaes, Flávia Fernandes de
Mulheres no crime : deslizamento de fronteiras
/Flávia Fernandes de Carvalhaes ; orientadora, Maria
JuracyFilgueiras Toneli ; coorientadora, Sonia
Regina VargasMansano. - Florianópolis, SC, 2015.157
p.Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Gênero. 3. Crime. 4.
Performatividade. 5. Mídia. I. Filgueiras Toneli,
Maria Juracy. II. Vargas Mansano, Sonia Regina .
III. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós- Graduação em Psicologia. IV.
Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

FLÁVIA FERNANDES DE CARVALHAES

MULHERES NO CRIME, DESLIZAMENTOS DE FRONTEIRAS

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Profa Dra Maria Juracy Toneli – Orientadora – UFSC

Profa Dra Sonia Regina Vargas Mansano - Coorientadora – UEL

Profa Mara Coelho de Souza Lago – PPGP - UFSC

Profa Dra Marivete Gesser – PPGP - UFSC

Profa Dra Juliana Perucchi – UFJF

Profa Dra Sandra Raquew dos Santos Azevedo – UFPB

Florianópolis, 06 de Março de 2015

A Luciana Daefiol,
por me preferir pássaro

Agradecimentos

Fazendo minhas as palavras de Juracy, acho que sou uma pessoa de sorte. Sorte pelos bons encontros que marcam minha trajetória e me convidam a experimentar fronteiras.

Tive a sorte de ter Juracy Toneli e Sonia Mansano como minhas orientadoras.

À Juracy, por tentar perceber como eu me produzia nas entrelinhas das palavras. Agradeço pelas considerações teóricas que me convidaram a rever perspectivas e posições duras. Agradeço, principalmente, pela delicadeza com que foi me ajudando a me aproximar de algumas fronteiras.

À Sonia que, desde 2000, acompanha de modo paciente e sensível às muitas Flávias que emergiram em meu corpo. Agradeço por me ajudar a formular um projeto de pesquisa e a me incentivar a tentar uma vaga no doutorado da UFSC. Agradeço pela dedicação como coorientadora em tecer ao meu lado cada palavra e cada imagem dessa pesquisa. Agradeço, principalmente, por me ensinar que as fronteiras podem ser experimentadas de modo leve, fluido e potente.

Às professoras Claudia da Costa, Juliana Perucchi, Sandra Raquew dos Santos Azevedo, Mara Coelho de Souza Lago, Marivete Gesser e Kátia Maheirie, pela gentileza e prontidão em aceitar compor a minha banca de defesa.

À Fernanda, que atravessou a fronteira de Portugal e Brasil para ser também a minha mãe e, como imigrante, me ensinou a não enterrar os pés em um único território. Obrigada pela fidelidade com que você suporta as minhas escolhas.

A meu pai Eduardo, meu Pituco, por ter me ensinado que romper fronteiras é vital e por sempre encontrar um modo de se fazer presente.

Ao meu irmão Gustavo, por me ensinar que há que haver certa coragem em correr riscos, mas também prudência em romper fronteiras.

As minhas avós Regina e Isabel Carvalhaes e ao meu avô Manoel Fernandes, pela intensidade e responsabilidade com que sempre me amaram e me apoiaram.

Aos meus primos Cintia e Estevan Carvalhaes, por transitarem em minha vida como irmãos.

Às minhas tias Leylah, Beth, Patu e Silvia Carvalhaes agradeço por diversos motivos, mas, principalmente, pelo cuidado e carinho com minha mãe nos últimos anos.

Ao meu tio Mauro Carvalhaes, principalmente pelo amor ao meu pai.

Ao Humbertinho Barbosa, por se preocupar em facilitar minhas viagens para Florianópolis.

A minha família Daefiol, Sr. Luiz, Dona Maria, Regina, Dirceu, Marília, Pedro, Rogério, Dani, Gabriela, Ana Clara, Miguelito, Vadô, Helena e Mariana, por me receberem em suas vidas de maneira gentil, leve e afetuosa.

Aos meus amigos Juliana Macedo, Mauricio Bigati, Otavio Shimba, Daniela Taki, Ariele Sversut e Priscila Faria. Assim como diz Haraway, sinto por vocês uma afinidade não por sangue, mas por escolha.

À Éris Sônica, pela facilidade com que me recebeu como sua lemurica e por me cuidar entre as idas e vindas de Florianópolis. Agradeço, principalmente, por me assustar com as explosões de fronteiras.

À Alejandra Astrid Leon Cedeño e a Sandra Coelho, por me inspirarem.

À Dani Sarzi, pela amizade que insiste em nos conectar na vida e no ativismo.

A minha parceira Carol Fávaro, pela maneira sutil com que me ajudou nesses anos.

À Graziela Tangerino, por vibrar em cada etapa do meu doutorado.

À Selmara Londero, pelas conversas íntimas nas idas e vindas das aulas na PUC-SP.

À Karina Toledo e a Carol Braz, por nos trazer Júlia e encantar a escrita da tese.

À Marli Machado, pela cumplicidade em cada xícara de café e de afeto compartilhada na Pandor.

À Cintia Helena dos Santos, pela parceria de anos na luta pelos direitos de pessoas envolvidas na criminalidade.

À Ruth Piveta e Fábio Brinholi, pelos encontros saborosos que vêm se tecendo nos últimos anos.

À equipe do CREAS 2 de Londrina, pela voracidade com que temos tentando possibilitar brechas nos modos duros como a maioria da sociedade se relaciona com adolescentes de periferias.

Aos adolescentes do CREAS 2 de Londrina, por me ensinarem a sentir certo prazer no deslizamento de fronteiras. Obrigado pelo rap e pelo *funk* que, aos poucos, nossos encontros têm acionado em meu corpo.

Aos pesquisadores do grupo Margens, pela acolhida saborosa e interessada em minha pesquisa.

Aos pesquisadores do grupo Sustentabilidade Afetiva, pelas trocas afetivas e teóricas.

Ao Luiz, funcionário do banco de dados do jornal Folha de São Paulo, por me ajudar a garimpar notícias e ideias.

À Eleonora Smits, pela correção cuidadosa dessa pesquisa.

E, por fim, aos funcionários da PPGP/UFSC, por me esclarecerem dúvidas e prontamente me ajudarem sempre que foi necessário.

As pessoas fortes não são as que ocupam um campo ou outro,
é a fronteira que é potente (DELEUZE, 1992, p. 63)

Resumo

A sociedade atual organiza-se em meio a um conjunto de novas tecnologias biomoleculares e midiáticas. Tais arranjos interferem na (re)produção de velhas e novas expressões subjetivas e sociais, que se apresentam cada vez mais difusas, complexas e múltiplas. Como um percurso para problematizar a trama de componentes que, historicamente, interpelam a população e articulam perspectivas de gênero, esta pesquisa de doutorado objetivou analisar de modo mais específico as maneiras como mulheres tidas como criminosas foram enunciadas na mídia impressa e digital brasileira. Tendo como pano de fundo os estudos de gênero e as teorias feministas, adotou-se a cartografia como caminho de investigação, sendo que a pesquisa se organizou em torno dos conceitos de linhas e *performatividade*. Os mapas desenhados apontaram para composições de linhas que operaram na produção de imagens normatizadas de mulheres no crime desde a segunda metade do século XX, articuladas a noções naturalizantes, morais e/ou judiciais. Tais produções se apresentaram como estratégias de normalização, à medida que localizaram o envolvimento delas como expressão de desvio “acidental” de uma suposta condição feminina apresentada como normal. Entretanto, considera-se que a visibilidade dessas *performatividades* também implicou efeitos disruptores na população, como a evidência de relatos de mulheres que transitam pela criminalidade por desejo e escolha. Concluiu-se que a mídia está conectada a campos vivos e tensionados de forças, onde premissas inteligíveis e ininteligíveis de gênero se produzem em guerra. Logo, a análise de composições que se desenham na “confusão de fronteiras” entre realidade e ficção, organismo e tecnologia, possibilita a visibilidade dos modos relacionais, híbridos e localizados com que perspectivas de gênero se atualizam na vida em sociedade.

Palavras-chave: mulheres; gênero; crime; *performatividade*; mídia.

Abstract

Today's society organizes itself in the midst of a set of new biomolecular and media technologies. Such arrangements interfere with the (re)production of old and new social and subjective expressions, which are increasingly diffuse, complex and multiple. As a way to problematize the weft of components that historically interpellate the population and articulate gender perspectives, this PhD research aimed at analyzing the ways in which women regarded as criminals have been denoted in the Brazilian print and digital media. Drawing upon gender studies and feminist theories, we adopted cartography as research method, organized around the concepts of lines and performativity. The maps pointed to line compositions that have produced images of normalized women in crime since the second half of the twentieth century, articulated around naturalizing, moral and/or legal concepts. Such productions reveal normalization strategies, as they pinpoint their involvement as an expression of "accidental" deviation of an alleged female condition called normal. However, we consider that the visibility of these performativities also implied disrupting effects on the population, as shown in reports of women who involved in crime by desire and choice. We conclude that the press connects to living and tensioned fields, where intelligible and unintelligible gender assumptions are at war. Therefore, the analysis of the compositions drawn in the "confusion of borders" between reality and fiction, body and technology, allows of the visibility of relational, hybrid and located modes that update gender perspectives in society.

Key words: Women. Gender. Crime. Performativity. Media.

Résumé

La société actuelle s'organise autour d'un ensemble de nouvelles technologies biomoléculaires et médiatiques. De tels arrangements interfèrent avec la (ré)production de vieilles et de nouvelles expressions subjectives et sociales qui se présentent de plus en plus diffuses, complexes et multiples. En tant que parcours pour problématiser la trame des composants qui interpellent historiquement la population et articulent des perspectives de genre, cette recherche de doctorat a pour objectif d'analyser, de manière plus spécifique, comment les femmes, considérées des criminelles, ont été énoncées dans la presse brésilienne écrite et en ligne. Dans le contexte des études de genre et des théories féministes, on a adopté la cartographie comme direction de cette recherche, et on l'a organisée autour des concepts de lignes et *performativité*. Les cartes résultantes ont révélé des compositions de lignes qui s'opèrent dans la production des images normalisées des femmes dans le crime depuis la deuxième moitié du XX^e siècle, liées à des notions naturalisantes, morales et/ou judiciaires. De telles productions se présentent en tant que stratégies de normalisation, à mesure que leur engagement a été placé comme expression du détournement "accidental" d'une condition féminine supposée, présentée comme normale. Pourtant, on considère que la visibilité de ces *performativités* a également impliqué en effets perturbateurs sur la population, comme l'évidence des récits des femmes qui circulent dans la criminalité par désir et par choix. On a conclu que les médias sont reliés à des champs vivants et en tension de forces, où les prémisses intelligibles et inintelligibles de genre se produisent en guerre. Ainsi, l'analyse des compositions qui se dessinent dans la "confusion de frontières", entre réalité et fiction, organisme et technologie, permet la visibilité des modes relationnelles, hybrides et localisés avec lesquels les perspectives de genre s'actualisent dans la vie en société.

Mots-clés: femmes; genre; crime; *performativité*; média.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A Chérrete.....	61
Figura 2 – Campanha <i>Refreshing</i>	63
Figura 3- Estar sobre rodas.....	64
Figura 4 – <i>The devil is a woman</i> (Mulher satânica).....	65
Figura 5 – Mulheres já não são tão domesticáveis.....	66
Figura 6- A imagem da mulher europeia em cartaz publicitário.....	71
Figura 7 – A moeda da ironia (<i>cartoon</i>).....	72
Figura 8 – O homem vai à guerra.....	76
Figura 9 – Entre para a Marinha.....	77
Figura 10 – <i>God bless dear Daddy</i>	77
Figura 11 – <i>Women of Britain say – “Go!”</i>	78
Figura 12 – Deveres femininos em tempos de guerra.....	79
Figura 13 – Venham para as fábricas.....	80
Figura 14 – <i>Keep this Hand of Mercy at its work</i>	81
Figura 15 – <i>Coming right up!</i>	82
Figura 16 – A rainha do lar.....	85
Figura 17 – <i>A garçonne</i>	87
Figura 18 – <i>The girl he left behind</i>	93

Figura 19 – <i>We can do it!</i>	93
Figura 20 – <i>Enlist in a proud profession!</i>	94
Figura 21 – Suzane von Richthofen.....	144
Figura 22 – Anna Carolina Jatobá e Alexandre Nardoni.....	146
Figura 23 – Flávia dos Santos Lima.....	150
Figura 24 – Kelly Sales Silva.....	155
Figura 25 – Kelly Samaro Carvalho dos Santos.....	157

Sumário

Introdução	16
Experimentando um caminho de pesquisa.....	23
Mulheres em movimento: a transição do século XIX ao XX.....	39
Imagens em movimento: deslocamento de fronteiras.....	57
Mulheres em guerra, embates entre novas e velhas perspectivas de gênero	76
Extra, extra, mulheres são vistas cometendo crimes	101
Criminosas <i>high tech</i> e a guerra das fronteiras	126
Considerações provisórias	162
Referências bibliográficas	168
Referências documentos de domínio público.....	181
Referências figuras	186

Introdução

O interesse em pesquisar as maneiras como mulheres investigadas e/ou julgadas como supostas criminosas são apresentadas na mídia surgiu em meio a uma série de encontros inusitados desde o ano de 2004. Nas entrelinhas das conversas, textos e situações vivenciadas nesses anos de trabalho e pesquisa com pessoas envolvidas na criminalidade e no campo conflituoso dos estudos de gênero, chamou-me a atenção o quanto a capacidade de as mulheres cometerem crimes está, na maioria das vezes, oculta pela correlação entre feminilidade e vitimização.

São como mulheres desequilibradas, insensatas, indecentes, oprimidas, entre outros argumentos, que elas estão muitas vezes posicionadas nos cenários da segurança pública, no universo acadêmico e no senso comum, sendo que a circulação dessas representações implica a reprodução de modelos tradicionais de gênero, na dificuldade da população em perceber o aumento significativo de mulheres envolvidas em crimes, bem como na implementação de políticas públicas voltadas à população de mulheres criminosas.

Minha experiência no contato direto com pessoas envolvidas na criminalidade, contudo, me fez ver que grande parte das mulheres transita no mundo do crime com audácia, deleite e perspicácia, sendo que, inclusive, muitas se utilizam dos estereótipos de feminilidade para facilitar o cometimento e a ocultação dos delitos. A visibilidade dessas posições subjetivas e coletivas, que aparentemente experimentam o “prazer da confusão de fronteiras” (HARAWAY, 2000, p.2), foi se tornando possível por meio da interação com algumas informações e cenas nos últimos anos. Destaco três.

Primeira cena: em 2004 realizei uma série de intervenções em grupo com dez adolescentes em conflito com a lei. O foco dos debates era discutir questões relacionadas à sexualidade, gênero e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, sendo que havia apenas uma adolescente de quinze anos no grupo, o que inicialmente me deixou apreensiva, pois considerava que ela seria intimidada pelos demais. Entretanto, para minha surpresa, a desenvoltura com que ela transitou pelos encontros e dinâmicas fez com que, por vezes, eu me preocupasse com os adolescentes. Outra surpresa foi a constatação, no ano de 2013,

que essa mesma “menina” se tornara uma liderança no crime organizado em uma cidade do interior do Paraná.

Segunda cena: no ano de 2006, fiz parte de uma equipe que viajou durante alguns meses pelo estado do Paraná, em um processo de capacitação de servidores que atuavam em Unidades de Internação de adolescentes envolvidos na criminalidade. Nesse trânsito, intriguei-me com a fala de um funcionário que trabalhava há muitos anos na área e que afirmou: “com as adolescentes eu não gosto de me relacionar, elas são mais agressivas que os adolescentes”.

Terceira cena: desde o ano de 2012, atuo como psicóloga em um serviço que atende adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Nesse percurso, conheci diversas jovens e suas famílias e me deparei com o fato de elas ocuparem diferentes posições no mundo do crime, sendo essas vivências geralmente descritas com entusiasmo e prazer. São geralmente como “*boleias*” [pessoas que vendem drogas nas esquinas de alguns bairros], chefes de biqueiras [pontos de armazenamento e venda de drogas], assaltantes, conselheiras, entre outras configurações, que elas transitam na criminalidade. Outra questão que me chamou a atenção foram os relatos das adolescentes que, por prazer, frequentam festas conhecidas como “*raves*”, com o objetivo de brigar fisicamente com outras mulheres.

Essas cenas foram inter cruzadas a notícias que, “cada vez mais frequentemente”, vêm surgindo nos últimos anos na mídia e que anunciam modos plurais de envolvimento de mulheres na criminalidade: “Garota espanca a amiga em escola de Caeté” (GAROTA, 2011); “Gangue das garotas faz arrastões na Vila Mariana, região Sul de São Paulo”; “Número de presas aumenta em 108% no Paraná” (AVANSINI, 2012), “Uma jovem de 23 anos suspeita de liderar o tráfico de drogas no bairro Glória, na Região Noroeste de Belo Horizonte, foi apresentada pela Polícia Civil nesta sexta-feira” (POLÍCIA, 2012).

Os encontros com essas experiências, comentários e notícias possibilitaram a formulação das questões principais sobre as quais eu me debruço nesta investigação, a saber: de que maneiras mulheres brasileiras que supostamente cometeram crimes, ou mesmo que já foram condenadas, são enunciadas em notícias que circulam nas mídias impressa e virtual? Quais enunciados circulam em torno das explicações sobre os seus atos?

A evidência de mulheres envolvidas em práticas tidas culturalmente como masculinas gera estranhamento em grande parte da

sociedade, à medida que embaralha fronteiras articuladas pelos binarismos de gênero, que associam o feminino a premissas de docilidade, fragilidade e passividade (BUTLER, 2003). A dificuldade em apreender uma suposta dimensão violenta das mulheres implica tentativas de explicar o envolvimento delas na criminalidade, como expressões de coações, paixão, desespero, loucura, entre outros argumentos, que operam no sentido de desclassificar a potência dos seus atos. É como se o envolvimento delas no mundo do crime estivesse articulado a corpos descritos como anormais, ilegais e/ou imorais (FOUCAULT, 2010).

Na contramão de análises que situam a criminalidade como produção de indivíduos e práticas irregulares, penso as articulações no mundo do crime como produções sociais, que emergem em meio a forças díspares que circulam na vida em sociedade. Nesse sentido, outras questões também nortearam os caminhos percorridos nesta pesquisa, tais como: brasileiras têm cometido mais crimes no século XXI? As posições de liderança que algumas vêm ocupando em ações criminais são um acontecimento majoritariamente contemporâneo? De que maneiras as capacidades de mulheres cometerem crimes se tornam inapreensíveis para a maior parte da população? Quais condições históricas possibilitaram, na atualidade, a maior visibilidade de mulheres tidas como criminosas?

Na tentativa de dar corpo a essas questões, escolhi focar a pesquisa na análise de notícias sobre crimes investigados e/ou cometidos por mulheres, que foram divulgadas desde o ano de 2000 em algumas mídias impressas e virtuais no Brasil. Tal escolha se pautou pela consideração da importância dos aparatos tecnológicos e midiáticos nos processos de produção de múltiplos modos de vida na contemporaneidade (PEREIRA, 2009). Como uma “tecnologia de gênero” (DE LAURETIS, 1994) que circula amplamente nos dias atuais, os discursos e imagens apresentados na mídia contribuem para a (re)produção de noções estereotipadas de masculinidade e feminilidade, ao passo que também possibilitam rupturas nessas construções.

Mídias impressas e digitais se atualizam como práticas discursivas que produzem efeitos sobre os corpos e sobre os modos como a vida em sociedade se articula. Discursos e imagens veiculados na mídia se organizam como forças regulatórias, constituídas em torno de “uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que controla” (BUTLER, 2001, p.

154). Neste viés, as perspectivas de gênero não são entendidas como propriedades que, a priori, se apresentam nos corpos, mas como processos de experimentação que se produzem no inter cruzamento entre várias tecnologias e aparatos sociais, “discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como de práticas da vida cotidiana” (DE LAURETIS, 1994, p. 208).

As maneiras como mulheres tidas como criminosas são retratadas na mídia contribuem para o processo de normalização de um “discurso hegemônico sobre o gênero” (ALMEIDA, 2013, p. 170), à medida que reiteram premissas conservadoras de feminilidade. A mídia “fala” de um lugar social localizado, que mantém relação com o contexto político e cultural de seus interlocutores. Logo, é por meio de imagens, discursos e tendências supostamente aceitas e compartilhadas pela maioria da população que as notícias são construídas e as “criminosas” são posicionadas/produzidas nas/pelas narrativas. Deste modo, a mídia faz circular determinadas “verdades” sobre o envolvimento de mulheres na criminalidade, correlacionadas a premissas de anormalidade, imoralidade, insensatez, ausência de caráter, incivilidade, entre outros enunciados que operam na correlação entre crime, feminilidade e desvio e, consequentemente, na reprodução da ordem dos gêneros.

Foram também analisadas algumas imagens veiculadas nesses aparatos midiáticos, pois se considerou que “há movimentos nas imagens que implicam em ações e reações, produção e consumo de ‘verdades’” (DELEUZE, 1992, p. 60). A escolha por esse percurso possibilitou vislumbrar que as maneiras como crimes cometidos por mulheres são apresentadas na mídia brasileira nos últimos anos estão, em grande medida, constituídas em consonância e/ou em divergência em relação a enunciados que emergiram em momentos históricos anteriores. Tais enunciados se articularam em meio a encontros entre diferentes linhas, sendo que, na presente pesquisa, destacaram-se três linhas que operaram simultaneamente na produção de figuras lendárias de mulheres criminosas: a linha da naturalização, a linha de moralização e a linha da judicialização. Ressalta-se que o conceito de linhas será apresentado no capítulo a seguir.

Foi, portanto, nesse campo de sentidos e sensações dissonantes, constituídas no inter cruzamento de experiências múltiplas, que a escrita foi se desenhando. A pesquisa se materializou em seis capítulos, sendo que a elaboração desses teve como objetivo principal a análise de enunciados que, desde o final do século XIX, estiveram presentes em

discursos científicos, jurídicos, literários e midiáticos, os quais operaram na produção de figuras tradicionais e resistentes de mulheres na sociedade.

O primeiro capítulo, denominado “Experimentando um caminho de pesquisa”, apresenta os itinerários teóricos e metodológicos que fundamentaram as investigações e análises realizadas. Três conceitos emergiram como estratégicos para o desenvolvimento da pesquisa, na medida em que possibilitaram a apreciações de enunciados que se articulam nas entrelinhas dos discursos e das imagens: a noção de linhas (DELEUZE e GUATTARI, 1996), de *performatividade* (BUTLER, 2001) e de cartografia (DELEUZE e GUATTARI, 1995).

O segundo capítulo, “Mulheres em movimento: a transição do século XIX ao XX”, mapeia enunciados presentes em documentos de domínio público na transição do século XIX ao século XX, mais especificamente em laudos psiquiátricos, processos judiciais, textos científicos, literários e jornalísticos, que contribuíram para a produção das figuras da mulher “normal” e da mulher “anormal”. Símbolo da boa mãe e boa esposa, a mulher “normal” era comumente apresentada como heterossexual, branca, proveniente de classe média ou alta e simpatizante de modos de vidas europeus e estadunidense. Em contrapartida, a mulher “anormal” foi associada à vida pública e às classes populares, bem como a selvageria, forte erotismo, degradação moral, desequilíbrio psíquico, prostituição e homossexualidade.

O terceiro capítulo, “Imagens em movimento: deslocamento de fronteiras”, ocupa-se em analisar linhas que se desenharam nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, período conhecido como *Belle Époque*. Na análise, destacaram-se enunciados que circularam nos meios de comunicação de massa, em especial nos cartazes publicitários, e que operaram na produção de duas figuras morais e jurídicas de mulheres, a “sensata” e a “insensata”, assim como a mulher “civilizada” e a mulher “incivilizada”. Como referência de um modelo de feminilidade representado como “normal”, as noções de sensatez e civilidade estiveram amplamente relacionadas a dimensões da vida que se articularam ao espaço privado, ao casamento, a maternidade e ao consumo. Já as noções de insensatez e incivilidade estiveram correlacionadas ao trânsito por espaços públicos, a práticas sexuais extraconjugais, à inserção no mercado de trabalho e/ou estudos e/ou movimentos políticos. Ressalta-se que o acesso aos cartazes

publicitários se tornou possível por meio de sites de museus e livrarias europeus e estadunidenses.

Na continuidade da análise do século XX, o quarto capítulo, “Mulheres em guerra, embates entre novas e velhas perspectivas de gênero”, problematiza enunciados que se inter cruzaram em aparatos científicos, jornalísticos, comunicacionais e literários no período entre as duas grandes Guerras Mundiais e que contribuíram para a produção e divulgação da figura da mulher “companheira” dos combatentes de guerra e da figura da mulher apresentada como “inimiga” do Estado. As companheiras estiveram associadas às imagens de mulheres frágeis, cuidadoras, resignadas e abdicadas, tendo sido corporificadas nas figuras da “enfermeira”, da “sacerdotisa do lar” e da “mãe especializada”. Já aquelas apresentadas como risco foram relacionadas ao desejo de seguir modos de vida considerados autônomos, à hipersexualidade, à vaidade, à futilidade e à masculinização, sendo materializadas nas figuras da *garçonne*, na *flapper*, na feminista, na divorciada, na prostituta e na combatente.

No quinto capítulo, “Extra, extra, mulheres são vistas cometendo crimes”, em que se mapeia o cruzamento de linhas na segunda metade do século XX apenas no Brasil, a figura da mulher julgada como criminosa começa a aparecer de modo mais evidente. Nesse sentido, a análise privilegiou a problematização de enunciados que circularam em notícias veiculadas em jornais, revistas e *sites* sobre crimes cometidos por elas. Nesse percurso de investigação, notou-se a permanência de algumas noções desenhadas nas cartografias anteriores e que implicaram a produção de determinadas figuras estereotipadas de mulheres na criminalidade, produzidas em torno de características como vitimização, infância, paixão, desequilíbrio, ousadia e animalidade.

As reverberações do conjunto de linhas e figuras mapeadas nos quatro capítulos anteriores são problematizadas no último capítulo, “Criminosas *high tech* e a guerra das fronteiras”, em que se analisam as maneiras como, de 2000 a 2013, crimes investigados e/ou cometidos por mulheres vêm sendo descritos nas mídias impressa e digital brasileira. Enunciados que transitaram em séculos anteriores, bem como outros que emergiram mais recentemente, se tornaram visíveis por meio da apreciação de quatro figuras *high tech* que, comumente, estão correlacionadas na mídia a mulheres criminosas, a saber: a “vítima”, a “desequilibrada”, a “primeira dama” e a “emancipada”.

Esta pesquisa, portanto, se ocupou em analisar enunciados que operaram como “verdades” ao longo da história e que se produziram e/ou se desmancharam nas fronteiras entre teoria e prática, organismo e tecnologia, realidade e ficção. A seguir, apresento os caminhos teóricos e metodológicos que possibilitaram o desenho das cartografias e fundamentaram politicamente a investigação.

Capítulo 1

Experimentando um caminho de pesquisa

Ao longo da história, notícias sobre mulheres transgressoras a regras sociais foram, muitas vezes, recebidas com estranhamento, receio e pesar. Posicionadas como bruxas, selvagens, degeneradas ou vítimas, as mulheres que apresentavam discursos, práticas e aparências dissonantes à ordem moral e política vigente foram traduzidas como sobrenaturais, anormais e/ou frágeis.

A presente pesquisa se ocupará em analisar essa produção sobre as mulheres a partir do século XIX, por considerar que parte das linhas que ganharam consistência desde aquele momento e no século seguinte está ainda presente nos dias atuais. Desde já é possível dizer que tal processo se alinhou às concepções burguesas de família e sexualidade, desenhadas em meio a saberes, imagens, contextos e tecnologias que operaram no controle e regulação da população. Tais contextualizações são também importantes, à medida que permitem dar visibilidade às condições de possibilidade para a produção/circulação/perpetuação de certos enunciados que funcionaram (e ainda funcionam) como “verdades” na sociedade atual.

Nesse sentido, ressalta-se que a classificação das mulheres se organizou em meio a uma série de enunciados que, a partir da modernidade, se articularam em torno do controle e da produção de “indivíduos”. Substituindo o dispositivo da aliança (COSTA, 1989), o controle sobre a sexualidade das mulheres mostrou-se fundamental, inclusive em função da necessidade da “herança”. Neste contexto, as mulheres foram divididas, principalmente nos âmbitos científicos, morais e jurídicos, em normais ou anormais, honestas ou desonestas, adequadas ou inadequadas, civilizadas ou incivilizadas, sendo essas classificações profundamente marcadas por perspectivas binárias de gênero.

A expressão de uma “natureza feminina” apresentada como anormal e/ou imoral e/ou ilegal esteve encarnada em algumas figuras de mulheres, como a prostituta, a operária, a lésbica, a histérica, a infanticida, a *garçonne*, a *flapper* e a criminoso. As representações em torno dessas figuras estiveram comumente situadas em oposição à imagem da mulher honesta, tida como emblema de uma suposta natureza feminina normal. Assim, ao avaliar como desviantes os modos

como algumas mulheres viviam, legitimou-se a ideia de que existe uma forma adequada de “ser” mulher, que se edificou em torno de normativas como, por exemplo, o casamento e a maternidade.

Como um caminho para problematizar a trama de componentes subjetivos que, historicamente, interpelam as trajetórias de vida dessas mulheres, buscou-se analisar, de modo mais específico, as associações que circulam em torno da figura da criminosa. Crimes investigados, julgados e/ou supostamente cometidos por mulheres são apresentados em textos científicos, jurídicos, religiosos, artísticos e midiáticos. Tais atos são usualmente relatados como expressões de pessoas desequilibradas, apaixonadas, desesperadas, promíscuas, frívolas, entre outras expressões que operam na produção de uma correlação entre criminalidade feminina e desvio.

Na tentativa de cartografar as reverberações destas prerrogativas na atualidade, procurou-se, na presente pesquisa, analisar enunciados presentes nas maneiras como mulheres criminosas são descritas e retratadas em notícias veiculadas em jornais, revistas e sites no Brasil. Ressalta-se que o conceito de enunciado aqui utilizado encontra suporte na obra de Foucault (1986), como produção histórica e política, o que implica que as condições de sua existência tenham de ser problematizadas de modo contingente, na relação com outros enunciados. Ao analisar matérias que anunciam dimensões da criminalidade feminina, esta pesquisa partiu da premissa de que não há necessariamente uma equivalência entre os textos e imagens veiculadas nesses aparatos midiáticos e os enunciados que circulam nas narrativas. Os enunciados apresentam uma função, ou seja,

[...] o referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade (FOUCAULT, 1986, p. 104).

Nesse sentido, buscou-se problematizar enunciados que se articulam como “verdades” nas entrelinhas dos discursos e nos detalhes das imagens sobre crimes investigados e/ou supostamente cometidos por mulheres e que contribuem para a reprodução e/ou a desestabilização de

prerrogativas de gênero. Um fio que perpassa e conduz a escrita dos capítulos é a análise das condições sociais e históricas que, desde o final do século XIX, possibilitaram que as noções de masculinidade e feminilidade estivessem amplamente relacionadas a perspectivas binárias, como as ideias de normalidade e desvio, honestidade e desonestidade, adequação e inadequação às normas sociais. Buscou-se também elucidar movimentos coletivos e singulares que desestabilizaram parcialmente esses dualismos e abriram caminhos para a produção de outros modos de vida. Para isso, como já mencionado, três operadores conceituais se destacam como norteadores das análises: a noção de linhas (DELEUZE e GUATTARI, 1996), de *performatividade* (BUTLER, 2001), e de cartografia (DELEUZE e GUATTARI, 1995).

Esses conceitos se inter cruzaram na escrita desta pesquisa, que tem como pano de fundo os estudos de gênero e as teorias feministas, um campo constituído por uma heterogeneidade de posicionamentos teóricos, políticos e epistemológicos. O viés que fundamenta esta análise parte do pressuposto de que as variadas formas como as pessoas se constituem estão, necessariamente, relacionadas a um conjunto de “verdades” que impregna sutilmente o nosso cotidiano, articuladas a sistemas políticos e culturais. Nesse sentido, esta pesquisa encontrou aporte em autores que criticam noções identitárias de sexualidade e de gênero, que pretendem representar homens e mulheres como sujeitos universais e imutáveis. Em seu lugar, tais autores problematizam o processo plural, heterogêneo e contingente de como as configurações de gênero se organizam (HARAWAY, 1995; BUTLER, 1998).

O pressuposto de que a vida se produz de modo múltiplo e complexo implicou a escolha por uma perspectiva conceitual e metodológica que se alinhasse a esta prerrogativa. Assim, o conceito de linhas, tal como articulado por Deleuze e Guattari (1996), tornou-se um dos caminhos trilhados nesta investigação. Para esses autores, “somos feitos de linhas” (DELEUZE e PARNET, 2004, p. 151). Elas se misturam a todo o momento e em velocidades distintas, resultando em múltiplas composições de modos de vida que são singulares e coletivamente produzidos. As linhas são de diversas naturezas (sociais, políticas, culturais, científicas) e, ao se articularem, podem colaborar para a construção de códigos que interpelam a população diariamente, implicando maneiras instituídas de vida; mas também podem gerar fissuras nas instituições, possibilitando a construção de outras maneiras

de existir. Deleuze e Guattari (1996) destacam três tipos de linhas: as duras e/ou molares, as flexíveis e/ou moleculares e as linhas de fuga, sendo que, entre elas, há inúmeras composições e passagens possíveis.

As linhas duras estão relacionadas a configurações instituídas de vida e disseminam a existência de uma identidade una, natural e estável, estruturada em consonância com os modelos de inteligibilidade cultural vigentes em um dado momento histórico. Tais linhas são, geralmente, mais precisas, contabilizáveis e visíveis, sugerindo confiança e previsibilidade (DELEUZE; GUATTARI, 1996). Organizadas em conjuntos molares (como, por exemplo, o Estado, as instituições e as normas), as linhas duras acarretam modos prescritivos de vida e processos de educação e regulação da população. Os efeitos dessas composições, especificamente na problemática desta pesquisa, podem ser percebidos, por exemplo, em notícias jornalísticas que insistem em localizar a atuação de mulheres no crime como expressão de desvio de uma suposta natureza feminina dócil e passiva.

Contudo, mesmo que linhas duras pareçam se destacar nas notícias sobre mulheres julgadas e/ou tidas como criminosas, um olhar mais crítico e sensível pode perceber a circularidade de linhas flexíveis nos textos escritos. Há relatos, por exemplo, que sugerem que as mulheres sempre ocupam posição secundária no mundo do crime, subjugadas a um homem, ao mesmo tempo em que apresentam indícios, números e fatos que indicam um aumento significativo de mulheres líderes, por exemplo, no tráfico de drogas. Assim, ressalta-se que, nas fronteiras das composições molares, pode haver movimentações, ainda que lentas, de componentes moleculares que se atualizam em linhas mais flexíveis. Embora menos visíveis, essas linhas não são menos precisas ou efetivas, à medida que chegam a dirigir processos irreversíveis de mudanças, implicando fissuras nos modelos prescritivos de vida (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

Existem também as linhas de fuga ou ruptura que, ao se intercruzarem com as demais, produzem movimentos intensos de descodificação e ruptura, levando a destinos desconhecidos e imprevisíveis. Contudo, ao contrário de um movimento de renúncia e/ou de resignação, essas linhas se apresentam como “um trem em marcha” (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p. 70) que, ao passar, pode desestabilizar perspectivas instituídas de vida, possibilitando a invenção de outras maneiras de existir, bem como a experimentação de sensações que colocam em cena a confusão, o perigo e a perda de referências. Por

isso mesmo, as linhas de fuga são mais difíceis de serem localizadas, uma vez que se ensaiam na sutileza dos encontros, podendo ser rapidamente capturadas e transformadas em linhas mais endurecidas e institucionalizadas.

Não há como pensar as linhas duras, flexíveis e de fuga separadamente. As três se encontram imbricadas umas nas outras, interferindo, reagindo, rompendo e bifurcando. Nas notícias sobre mulheres julgadas e/ou localizadas como criminosas, por exemplo, se inter cruzam uma série de linhas, que implicam múltiplos efeitos, como a afirmação de modelos normativos de feminilidade (antagônicos à figura da criminoso), a evidência de mulheres capazes de agir de modo violento, a articulação entre desejo feminino e prazer, entre tantos outros arranjos.

Na tentativa de estabelecer conexões parciais entre o conceito de linhas e os processos pelos quais as noções de sexualidade e gênero se constroem, buscou-se, inicialmente, um diálogo com a perspectiva teórica de Foucault (1988), que situa a sexualidade como um dispositivo, ou seja, como resultado de um emaranhado de linhas que se materializam em discursos, normativas, tecnologias, instituições, imagens e contextos. Diz Foucault:

Através deste termo [dispositivo] tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p. 244).

As linhas que compõem o dispositivo da sexualidade foram traçadas em torno de um poder que Foucault (1988) denominou biopolítico. Este vem se articulando por tentativas de disciplinamento e regulação de fenômenos característicos da população (como a conjugalidade e os índices de nascimentos, morte e doenças), empreendidas pelo Estado. Neste contexto, o corpo tornou-se uma realidade biopolítica, o que garantiu uma “tomada de poder sobre o homem enquanto um ser vivo, uma espécie de estatização do biológico

ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar estatização do biológico” (FOUCAULT, 1999, p. 286).

Diferentes pesquisadores, como, por exemplo, Butler (2003) e Preciado (2008), afirmam que os processos pelos quais se constroem perspectivas de gênero estão alicerçados na premissa de que o corpo é uma estrutura natural e que carrega “verdades” ocultas. Marcados por uma divisão sexual, macho ou fêmea, que encontra aporte em explicações anatômicas e hormonais, os corpos são caracterizados como bases passivas em que um conjunto de significados culturais irá se instalar. Neste tipo de análise, os gêneros são considerados produções sociais, contudo, estes são avaliados a partir de um determinismo linguístico que estabelece uma conexão binária e universal entre macho/masculino e fêmea/feminino.

A diferença sexual instituída se apresenta como um conjunto de linhas mais duras que intervêm de forma contundente na produção de limites reguladores de gênero. Entretanto, o sujeito não se constrói apenas a partir deste pressuposto. Masculinidades e feminilidades são também produzidas em uma trama de linhas heterogêneas, interseccionadas a modalidades raciais, de classe, étnicas, sexuais e regionais, resultando em desenhos diferenciados na cartografia mutante da população. Tem-se um “sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido” (DE LAURETIS, 1994, p. 208).

A associação rápida entre gênero e diferença sexual instituída implica, ainda, uma perspectiva reducionista, senão tendenciosa, de análise das múltiplas formas como as pessoas experimentam a vida. A experiência é um “processo pelo qual a subjetividade é construída para todos os seres sociais” (DE LAURETIS, 1994, p.228), sendo ela marcada por hábitos, disposições, associações, percepções e desejos que se articulam no intercruzamento entre movimentos flexíveis e rígidos.

Logo, afirma-se que a delimitação de experiências e modos de vida considerados “adequados”, “sensatos”, “civilizados” e “naturais” a homens e mulheres está, necessariamente, imbricada a sistemas políticos, científicos, jurídicos e morais, que participam da constituição dos sujeitos e que, subsequentemente, passam a representá-lo (BUTLER, 2003). Foi assim que o conceito de *performatividade* também tornou-se relevante para este estudo, pois as construções de gênero estão relacionadas a uma série de elementos que interferem na sistematização de maneiras *performativas* (representacionais e

prescritivas) de ser homem e de ser mulher (BUTLER, 2001), que interpelam a população diariamente, sendo subjetivadas como autorrepresentações: sou mulher, sou homem, sou heterossexual, sou homossexual.

As *performatividades* não se apresentam como “atos” singulares e teatrais, mas sim como “prática discursiva que efetua ou produz aquilo que ela nomeia” (BUTLER, 2001, p. 167). O funcionamento das *performatividades* se organiza por meio da “citacionalidade” e a “interabilidade”, ou seja, as normas do sexo são corporificadas na interação com mecanismos repetitivos de citação (nomeação) dessas normas. A aparente teatralidade dessa construção está relacionada à invisibilidade da historicidade desse processo, o que recai na ideia de uma posição de gênero natural e pré-determinada.

As práticas discursivas de reiteração de normas acontecem, em grande medida, a despeito da vontade dos sujeitos, pois fazem parte de processos regulatórios que se articulam a uma espécie de poder que produz, demarca e diferencia os corpos. Nesse sentido, parte das *performatividades* de gênero é estabelecida em consonância com um sistema de sexo-gênero que institucionaliza a feminilidade a atributos sociais como passividade, sensibilidade e reprodução, e a masculinidade a virilidade, agressividade e racionalidade (BUTLER, 2001).

Pautado pela premissa da heterossexualidade como modo “normal” de subjetivação, esse sistema se produz em meio a um conjunto de representações que se materializam em discursos, enunciados, convenções, normas, práticas, aparatos biomédicos, jurídicos e tecnológicos, e que intervém na regulação da ordem dos gêneros (DE LAURETIS, 1994; PRECIADO, 2008). Exemplos dos efeitos de correlações heteronormativas na vida de homens e mulheres encontram-se nos modos como as *performatividades* de muitas criminosas são muitas vezes representadas na mídia. Há diversas matérias, por exemplo, que associam suas práticas a desvios psicopatológicos, como se elas não tivessem condições de decidir ou desejar cometer um delito.

A matriz heterossexual se organiza, portanto, como uma espécie de contrato social, um aparato de construção corporal em que modelos de masculinidade e feminilidade são engendrados na afirmação de hierarquias entre homens e mulheres. Como um regime político de regulação da vida, o pressuposto da heterossexualidade se dissemina em processos de diagnóstico e classificação dos corpos e no

estabelecimento de uma linearidade causal entre sexo anatômico (genitais femininos ou masculinos), gênero (aparência, status e *performatividade*) e sexualidade (heterossexual ou desviante) (PRECIADO, 2008). A articulação entre esses elementos se institui por meio da coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (BUTLER, 2003), que, por sua vez, se materializa nas correlações entre vagina / mulher / feminilidade / heterossexualidade e pênis / homem / masculinidade / heterossexualidade.

Ainda que essa afirmação implique a sensação de certo determinismo, o corpo materializado não se ajusta totalmente às normas, sendo esse processo instável, o que possibilita brechas nessa articulação e a produção de *performatividades* dissonantes à ordem dos gêneros, assim como analisa Díaz (2013, p.445): “Na reiteração se estabilizam as normas e se oferece assim o espaço para o surgimento de fissuras que impossibilitam o completo e definitivo assentamento das normas e de suas produções”.

O fato de as *performatividades* de gêneros nem sempre se constituírem de maneira coerente com a matriz heterossexual tem relação com a interferência de linhas flexíveis e/ou de fuga nos modos de subjetivação, que desestabilizam a aparente “coerência” com que as noções tradicionais de gênero são assimiladas. Tais instabilidades “marcam um domínio no qual a força da lei regulatória pode se voltar contra ela mesma para gerar rearticulações que colocam em questão a força hegemônica daquela mesma lei regulatória” (BUTLER, 2001, p. 154). Em uma análise mais atenta às notícias sobre criminosas, por exemplo, é possível mapear relatos de mulheres que associam seu envolvimento no mundo do crime à experimentação de prazer, *status* e poder, o que vai na contramão do pressuposto de que mulheres são obrigadas a cometer crimes em nome do amor e/ou de uma condição psicopatológica e/ou da necessidade de cuidar dos filhos, entre outras justificativas que operam no sentido de correlacionar o feminino a passividade, fragilidade e maternidade.

Entretanto, o paradoxo dessa produção está no fato de que modos de vidas que parcialmente escapam aos modelos prescritivos de gênero estão geralmente classificados pelas normas regulatórias no âmbito da anormalidade, o que contribui para reafirmar a existência de um campo onde determinadas *performatividades* de gênero são representadas como normais. O estranhamento e a dificuldade em apreender o envolvimento de mulheres no mundo do crime, especialmente as expressões de

mulheres violentas e/ou líderes em ações criminais, se articula ao fato de essas expressões desestabilizarem os modelos de inteligibilidade de gênero. Um corpo anatomicamente delimitado como feminino e que *performativamente* se expressa por meio de práticas, discursos e desejos tidos como masculinos, embaralha os códigos que fundamentam a ordem dos gêneros, sendo necessário readequá-lo a pressupostos heteronormativos, situando-o como vítima e/ou desviante.

Configurações que destoam da matriz heterossexual são comumente situadas como anormais, inadequadas, imorais, incivis e perigosas, como se essas expressões colocassem a ordem política e social em risco, o que justifica que elas sejam constantemente vigiadas, examinadas e, por vezes, excluídas (FOUCAULT, 2010). Ainda que a população em geral esteja cotidianamente exposta e conectada a redes de vigilância social, é possível considerar que as pessoas que experimentam formas de vida classificadas como desviantes estejam à mercê, de maneira mais violenta e evidente, dos efeitos coercitivos de práticas e discursos regulatórios. Sobre isso, analisa Butler:

Os limites de análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade do gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso culturalmente hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero (BUTLER, 2003, p. 28).

Os efeitos da interferência de estruturas binárias na produção de perspectivas de gênero implicam que certas *performatividades* sejam representadas como inconcebíveis, ou seja, como “seres abjetos” que se apresentam como “zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do estatuto de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é

necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito” (BUTLER, 2001, p. 155).

Assim, ao mesmo tempo em que as *performatividades* de gênero se produzem na legitimação de normas sociais, elas são também desestabilizadas no curso dessa produção, sendo o sujeito constituído em meio à interferência de linhas de exclusão e abjeção, “uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, ‘dentro’ do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio” (BUTLER, 2001, p. 156). Assim, a presente pesquisa considera que notícias sobre mulheres julgadas ou supostamente envolvidas na criminalidade operam no sentido de reafirmar e desestabilizar modelos prescritivos de gênero.

Performatividades de gênero, portanto, se compõem e decompõem na interação com uma série de elementos que circulam na vida em sociedade. Segundo Preciado (2002), nas últimas décadas assistimos aos avanços e transformações de tecnologias sociais, denominadas por essa autora como biotecnologias, que se estruturaram em meio a sistemas políticos consolidados em um regime pós-industrial de controle, que interferem nas maneiras como a vida se compõe e decompõe.

O surgimento e a disseminação de novas tecnologias, farmacológicas e audiovisuais, como os medicamentos estimulantes ou depressores, as injeções de hormônio, as modificações corporais por meio de implantes e transplantes de órgãos e as sensações e percepções experimentadas no contato com aparelhos *high tech* de visibilidade (como televisão, internet, celulares) e a difusão ultrarrápida de informações, são exemplos de relações que se estabelecem entre corpos e tecnologias e que interferem sobremaneira nos modos como *performatividades* de gênero são construídas e subjetivadas. Nesse sentido, a “indústria não é mais considerada numa relação extrínseca de utilidade, mas em sua identidade fundamental com a natureza como produção do homem pelo homem” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 15).

Os reflexos das produções midiáticas na construção de modos de existir aludem ao caráter eminentemente social e tecnológico com que realidades e subjetividades se compõem. Sobre esse debate, Haraway (2000) acrescenta a indissociabilidade entre corpo e tecnologia, natureza e artificialidade, elegendo como emblema feminista a figura do ciborgue, um organismo máquino, como indaga a própria autora:

As máquinas do final do século XX tornaram completamente ambígua a diferença entre o natural e o artificial, entre a mente e o corpo, entre aquilo que se autocria e aquilo que é extremamente criado, podendo-se dizer o mesmo de muitas outras distinções que se acostumavam aplicar aos organismos e às máquinas. Nossas máquinas são perturbadoramente vivas e nós mesmos assustadoramente inertes (HARAWAY, 2000, p. 06).

O ciborgue assenta-se na superação de dualismos que se pautam pela ideia de um ser humano “puro”, “natural” e “estável”. A crescente interferência de tecnologias nos modos de subjetivação, principalmente a partir dos avanços tecnológicos que marcaram o século XX, implicou a hibridização de limites humanos e não humanos, físicos e biológicos, orgânicos e inorgânicos, sendo que “a fronteira entre ficção científica e a realidade social é uma ilusão ótica” (HARAWAY, 2000, p. 1). Assim, a análise da intersecção entre vida e tecnologia implica a afirmação de parâmetros de gênero como produções sociais e tecnológicas.

Nesse sentido, a pesquisadora De Lauretis (1994) assinalou a existência de “tecnologias de gênero” (como o cinema e a mídia) que, principalmente a partir do século XX, interferem na articulação de *performatividades* hegemônicas e contra-hegemônicas de masculinidade e feminilidade. Em consonância com essa perspectiva, a presente pesquisa se interessou em problematizar as maneiras como mulheres julgadas ou tidas como criminosas são produzidas em notícias veiculadas em jornais, revistas e *sites* no Brasil, sendo que essas imagens de criminosas *high tech* e *ciborgues* habitam fronteiras onde noções institucionalizadas e resistentes de gênero convivem em guerra.

Matérias jornalísticas são construções discursivas que “podem ser analisadas com o objetivo de perceber, no evento narrado, o que passa a ser naturalizado ou percebido como autêntico” (PEREIRA, 2009, p. 488). Os valores jornalísticos, pautados pela neutralidade e objetividade, reproduzem discursos altamente valorados, que se materializam em códigos e enunciados e que posicionam as *performatividades* de homens e mulheres em consonância com o sistema de sexo-gênero. Deste modo, o jornalismo faz parte de uma complexa rede de interpretação, representação e disseminação de opiniões e contribui para a tecedura e

perpetuação de noções conservadoras e resistentes de gênero (PEREIRA, 2009). Logo, ao operar modos específicos de significação da realidade, notícias sobre crimes julgados ou supostamente cometidos por mulheres se configuram como importantes operadores de vigilância e normalização social, ao mesmo tempo em que desestabilizam a aparente estabilidade dessa produção.

Os pressupostos teóricos que fundamentaram esta pesquisa implicaram também a escolha de uma perspectiva metodológica que pudesse dar suporte ao caráter transitório dos temas e conceitos analisados. Deste modo, optou-se pela cartografia como uma estratégia capaz de acompanhar os enunciados que transitam nas versões impressa e digital do “aparelho jornalístico” (DE LAURETIS, 1994). A cartografia se relaciona à ideia de produção de mapas sucessivos, o que colabora para sustentar o movimento incessante de suas linhas. Esses mapas são desenhados no inter cruzamento de múltiplas linhas (arquitetônicas, tecnológicas, geográficas, sociais, políticas, econômicas e subjetivas) que interferem na construção de determinados modos de vida.

Assim, esta proposta metodológica se apresenta refratária a um “método de investigação que vise representar um objeto e requer um método capaz de acompanhar o processo em curso” (PASSOS; BARROS, 2010, p. 76). Ressalta-se que não há um único caminho a ser seguido na construção de uma pesquisa. Há rastros, visíveis ou não, que são parcialmente percebidos e/ou inventados pelo pesquisador (PASSOS; BARROS, 2010). Dessa maneira, a escolha por um determinado percurso de investigação é sempre parcial, perspectiva localizada e pretende desenhar as linhas e mapas de tensões que se articulam em torno de um determinado contexto (HARAWAY, 1995).

O processo cartográfico implica, portanto, uma reversão metodológica: a de que o pesquisador se guie pelos caminhos que se desenharam ao longo da investigação, buscando mapear as condições que possibilitaram a emergência de determinados discursos, enunciados, imagens, práticas e contextos em um momento histórico delimitado (KASTRUP; BARROS, 2010). Assim sendo, não se buscou nesta pesquisa “desvelar” uma verdade subjacente às mulheres criminosas brasileiras, algo como uma natureza feminina desviante, e sim mapear traçados que se articulam na produção de noções estereotipadas sobre o envolvimento delas na criminalidade.

Nesta pesquisa, tais traçados foram pinçados desde o final do século XIX, principalmente por meio da análise de enunciados que, naquele momento, estiveram presentes em laudos psiquiátricos, processos judiciais, textos científicos, literários e jornalísticos, e que contribuíram para a articulação de noções de normalidade e anormalidade relacionadas a mulheres que apresentaram *performatividades* dissonantes da ordem dos gêneros.

No que se refere à análise das reverberações dessas noções nas notícias sobre mulheres apresentadas como criminosas, o processo de coleta de dados buscou matérias sobre crimes (tráfico, homicídio, infanticídio, parricídio, sequestro, assalto e estelionato) julgados ou supostamente cometidos por mulheres especificamente no Brasil. Ainda que se considere a importância de analisar cada um desses crimes em separado, haja visto que possuem representações e impactos diferentes na sociedade e na mídia, a análise buscou perceber enunciados e linhas insistentes, recorrentes e convergentes nas notícias e que operaram na produção de figuras estereotipadas de mulheres no crime.

Os trechos de notícias e imagens destacadas ao longo do último capítulo foram selecionados dos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo, bem como da revista Veja e de diferentes sites policiais. A escolha por esses jornais e revista se pautou pelo fato de esses terem ampla circulação no Brasil, ainda que atinjam, sobretudo, camadas privilegiadas do país. Nesse sentido, a pesquisa em sites policiais também era interessante, pois sendo a internet um meio de comunicação acessível a grande parte da população brasileira, considerou-se que a análise abarcaria um campo maior de investigação. Os sites foram selecionados ao acaso, tendo apenas como premissa a busca por notícias sobre crimes cometidos por mulheres.

No processo de obtenção de informações, a escolha por analisar notícias divulgadas nos jornais, revista e sites delimitados emergiu pela constatação de que foi por meio desses veículos de comunicação que, desde 2000, crimes supostamente cometidos por mulheres têm ganhado maior visibilidade. Chama a atenção o fato de esses aparatos midiáticos se apresentarem como ícones da imprensa conservadora no Brasil, principalmente a revista Veja, que tem sido incansavelmente propulsora de “verdades” sobre fatos ocorridos no país.

Tal constatação se tornou intrigante, pois sendo a evidência de mulheres julgadas e/ou supostamente envolvidas na criminalidade algo que, de certo modo, abala as premissas de docilidade e passividade

associadas politicamente ao corpo feminino, por que são exatamente esses veículos conservadores de comunicação que têm dado maior visibilidade a essas *performatividades*? De que maneiras os supostos delitos dessas mulheres são apresentados nesses veículos? Que imagens de criminosas são enunciadas por meio desses aparatos tecnológicos?

Esses questionamentos possibilitaram a problematização das maneiras como crimes cometidos por mulheres ganharam contornos nas notícias divulgadas. Na análise chamou novamente a atenção o lugar da mídia como “produtora de verdades e realidades”, como a própria culpabilização de muitas mulheres antes mesmo de terem sido julgadas pelos aparatos jurídicos, ou mesmo os modos estereotipados como suas *performatividades* são posicionados nas narrativas.

Logo, ao posicionar as mídias impressas e digitais como tecnologias que produzem noções binárias de gênero (DE LAURETIS, 1994), não é surpresa que, nas últimas décadas, as notícias sobre mulheres criminosas ganhassem maior destaque exatamente em jornais, revistas e sites com tendências conservadoras. Afinal, esses aparatos se somam a uma série de outras tecnologias que circulam na vida em sociedade e que contribuem para a produção de noções “duras”, tradicionais, disciplinares, macropolíticas e cristalizadas de gênero.

Como se pode verificar, as cartografias estiveram relacionadas a fontes de origens distintas (laudos médicos, processos judiciais, cartazes publicitários e cinematográficos, textos jornalísticos e literários). A escolha por percorrer múltiplos documentos se tornou importante nesta pesquisa, pois, em cada momento histórico, notou-se que diferentes aparatos jurídicos, científicos, literários e tecnológicos emergiram com mais ou menos força na produção de noções naturalizantes, morais e jurídicas relacionadas às dimensões de gênero.

Outras fontes fundamentais para esta pesquisa foram os textos teóricos e conversas informais com pessoas (acadêmicos, adolescentes envolvido no “mundo do crime”, criminosas) que, ao longo da investigação, se interessaram pela temática da criminalidade entre as mulheres e compartilharam comentários, informações, críticas e matérias jornalísticas. Durante a elaboração desta pesquisa, foram divulgados na mídia crimes julgados ou supostamente cometidos por mulheres que se tornaram importantes por gerarem discussões e apontarem que o percurso teórico que vinha sendo delineado estava atento a movimentos que se desenham na atualidade, bem como por sinalizar pistas que não eram percebidas pela pesquisadora.

Essas conexões inesperadas se tornaram importantes, pois além de contribuir para a tecedura da tese, elucidaram o caráter “aleatório” de como um processo de investigação se constrói, à medida que não há como prever de antemão todo o percurso que será vivenciado e delineado, como analisam Alvarez e Passos:

[...] pesquisar é uma forma de cuidado quando se entende que a prática da investigação não pode ser determinada só pelo interesse do pesquisador, devendo considerar também o protagonismo do objeto. A investigação é cuidado ou cultivo de um território existencial no qual o pesquisador e o pesquisado se encontram (ALVAREZ; PASSOS, 2010, p. 144).

Um processo cartográfico, consequentemente, sugere a imersão no plano da experiência que coloca o pesquisador em contato mais direto com elementos que surgem ao acaso durante a investigação. A ideia é praticar a cartografia e não simplesmente aplicá-la. A experimentação de outras possibilidades de pensar e perceber a vida, e mais precisamente o objeto de investigação escolhido, exige do pesquisador a disponibilidade para acolher o novo, bem como apreender e desconstruir alguns conhecimentos prévios. Assim, buscou-se estar atento e sensível ao caráter transitório e, por vezes, ocasional e acidental, como a vida se compõe e decompõe, o que implica o abandono de crenças e referências identitárias, como analisa Rolnik:

[...] o que lhe interessa [ao pesquisador] nas situações com as quais lida é o quanto a vida está encontrando canais de efetuação. Pode-se até dizer que um princípio do cartógrafo é um antiprincípio: um princípio que obriga a estar sempre mudando de princípios. É que tanto seu critério quanto seu princípio são vitais e não morais (ROLNIK, 2011, p. 68).

Logo, a atenção desta cartógrafa não pretendeu apenas selecionar e sistematizar informações, mas buscou manter-se sensível à “detecção de signos e forças circulantes, ou seja, de pontas do processo em curso” (KASTRUP, 2010, p. 33), que se apresentaram de forma desconexa, fragmentada e pouco visível durante o desenvolvimento da pesquisa.

Assim, não foram simplesmente selecionadas cenas de um campo perceptivo dado, mas produziu-se o próprio campo perceptivo, em meio a elementos díspares que demandavam maior atenção, mesmo que de maneira desordenada.

Para dar início ao desenho das cartografias, o capítulo a seguir problematizará enunciados que, no final do século XIX, estiveram presentes em laudos psiquiátricos, processos judiciais, textos científicos, literários e jornalísticos e que contribuíram para a produção de noções de normalidade e anormalidade em relação aos modos como muitas mulheres articularam a própria vida. Ainda que o foco principal desta pesquisa seja a análise de enunciados presentes nos aparatos midiáticos, ressalta-se que, no século em questão, a pluralidade dos documentos analisados se tornou necessária à medida que esses tornaram acessíveis e visíveis as maneiras como determinadas configurações de vida entre as mulheres foram estabelecidas nas fronteiras pouco permeáveis entre norma e desvio, adequação e/ou inadequação às regras sociais. É, portanto, na errância entre esse material que sigo trilhando o rizoma dessa cartografia.

Capítulo 2

Mulheres em movimento: a transição do século XIX ao XX

Neste capítulo, discute-se sobre as diferentes maneiras como homens e mulheres foram retratados na transição do século XIX ao XX, em documentos (laudos médicos e processos judiciais) e textos científicos, literários e jornalísticos, bem como as implicações disso na produção de determinadas noções de masculinidade e feminilidade. A intenção de analisar os enunciados que circularam nestes meios se fez importante à medida que algumas linhas que ganharam consistência naquele momento ainda se fazem presente na atualidade, em especial, nas notícias veiculadas sobre mulheres julgadas e/ou tidas como criminosas.

Autores como Foucault (1988), Laqueur (2001) e Butler (2003) refletiram sobre os modos como a vida de homens e mulheres esteve, em diferentes momentos da história, relacionada a discursos, imagens e práticas sociais. No que se refere à produção de determinadas noções de gênero, nota-se que, ao longo do século XIX, intensificaram-se, na Europa e Américas, enunciados diversos que restringiam a imagem do feminino a características como passividade, sensibilidade e reprodução, e do masculino à virilidade, agressividade, racionalidade e prazer. As distintas atribuições entre corpos localizados como masculinos e femininos estiveram (como ainda hoje estão em grande medida) em consonância com composições de linhas que, nesta pesquisa, denominam-se “naturalizantes”, por se articularem a partir da premissa da existência de uma natureza inerente aos corpos.

A partir desse pressuposto, as mulheres foram consideradas como responsáveis pela educação dos filhos e cuidados com a família, sendo que não os amar “se tornou um crime sem perdão” (BADINTER, 1985, p.211), e os homens foram situados como capazes de gerenciar a vida pública, devido às suas capacidades “adequadas” de direcionamento político (LAQUEUR, 2001). Ressalta-se que, durante o cristianismo, a maternidade já era apresentada como um “destino” para as mulheres, mas, na modernidade, esta se apresenta como função “natural” delas.

O imperativo da reprodução se organizou como uma forte linha de subjetivação das mulheres. O processo de apreensão da maternidade como um dever se tornou possível pela interpelação de uma série de práticas e discursos que se materializaram em campanhas

governamentais e discursos científicos, artísticos, jurídicos e religiosos. Com respaldo no pressuposto da existência de um instinto materno que caracterizava o corpo feminino, promulgava-se que a maternidade também representava uma ação patriótica, pois a criança bem educada se tornaria um adulto saudável e trabalhador (COSTA, 1989).

Diferentes enunciados exaltavam a figura da mulher sadia, que amamentava habitualmente seu filho e dedicava seu tempo e desejo aos cuidados da família. A amamentação era incentivada a partir da justificativa de que essa prática representava um “retorno à natureza”, ou seja, as mulheres deveriam amamentar os filhos porque isso seria saudável e natural, ao invés de atribuir essa responsabilidade a amas-de-leite ou a funcionários de internatos e/ou conventos, prática comum nos séculos XVII e XVIII. A concepção que circulava era a de que a natureza deu seios à mulher com o objetivo de que eles fossem o meio nutritivo e de sobrevivência para os filhos, e não de obtenção de prazer sexual (BADINTER, 1985).

No processo de construção desse novo ideal de mãe, o “médico da família” teve também um papel fundamental (COSTA, 1989). O advento da medicina moderna, no século XIX, possibilitou a emergência desse novo personagem que, por meio de constantes visitas domiciliares, prescrevia quais as condutas adequadas à família. Nesta conjuntura, a “mãe” tornou-se interlocutora, assistente e enfermeira por meio de uma aliança privilegiada com o médico da família e o Estado. Essas novas atribuições possibilitaram o aumento do poder de decisão e *status* dela no espaço doméstico.

No processo de afirmação da imagem da mãe sadia, as mulheres que, por diferentes razões, não tinham filhos eram avaliadas como “anormais”, o que legitimava uma série de intervenções sobre seus corpos. Birman (2001) afirma que a psiquiatria de então se encarregou de enquadrar estas mulheres em três modalidades psicopatológicas: ninfomania, infanticídio e, principalmente, histeria. A ninfomaniaca era descrita como uma mulher que apresentava desejo sexual exacerbado e insaciável; a infanticida como aquela que mataria seus filhos para viver com liberdade; e a histérica, figura minuciosamente descrita no século XIX, era tida como uma mulher que deslocaria o desejo erótico para o campo da fantasia, adoecendo neuroticamente em virtude disso. Essas imagens de mulheres “desviantes” tiveram efeitos normalizadores, à medida que representavam práticas e desejos apresentados como

“perigosos” para a sociedade, sendo passíveis de aprisionamentos e/ou internações para tratamento.

A organização da vida familiar em torno do cuidado e educação da criança implicou também a construção de novas relações de conjugalidade. Diferindo das maneiras como muitos casais se uniam até então, pautados por laços de herança, a constituição de um “novo casal”, unido em torno do amor romântico e da procriação, se apresentou como uma linha que impactou sobremaneira a vida de homens e mulheres. Apregoava-se que o “[...] ponto culminante da união conjugal era o amor. Mas, ao contrário do amor romântico, o amor higiênico era pragmático, reclamava seus vínculos com a sexualidade e a procriação” (COSTA, 1989, p. 231). No século XIX, o matrimônio se configurou em torno dos laços de hereditariedade, sendo que, nessa perspectiva, “[...] a saúde do filho não dependia apenas do trato que lhe fosse dado após o nascimento. Ela estava ligada à saúde dos pais” (COSTA, 1989, p.219).

Outro elemento que contribuiu amplamente na constituição da família burguesa foi a vigilância dos pais à masturbação dos filhos. Segundo Foucault (2010), foi em meados do século XVIII que começou uma forte campanha antimasturbatória, que se estruturou em torno de conselhos, advertências e imposições. O argumento que sustentava as restrições era de que o ato de se masturbar era a causa possível de todas as doenças físicas e mentais, o que configurou uma interpenetração entre autoerotismo e responsabilização patológica. A luta contra a masturbação infantil assumiu a ordem do dia, sendo que, principalmente nas últimas décadas do século XVIII, organizou-se toda uma série de observações sobre sua prática que se articulou na premissa de que era “preciso vigiar as crianças desde o berço” (Idem, p. 211). Promulgava-se que o ato de manipular os genitais não era natural, mas sim um acidente do acaso, que só era possível devido a uma ação exterior, como a manipulação da criança por adultos (principalmente empregados), ou o toque, ao acaso, da criança de seus órgãos. Logo, era preciso evitar que essas interferências externas pudessem colocar em risco a sanidade da criança. Sendo assim, os pais foram advertidos a se ocupar pessoalmente dos cuidados dos filhos, com o objetivo de prevenir possíveis acidentes, com argumentos como o que se apresenta a seguir: “[...] pais, cuidem de suas filhas excitadas e das ereções de seus filhos, e é assim que vocês se tornaram verdadeira e plenamente pais!” (Idem, p. 216). Nessa recomendação, chama atenção a associação das novas práticas parentais à ideia de “verdade”, como se houvesse um modo inato de ser pai e mãe,

a despeito das articulações políticas que possibilitaram a emergência da família burguesa.

Essas “recomendações” contribuíram para a organização de uma nova economia familiar, que repercutiu na divisão física do espaço doméstico, na supressão e/ou vigilância da criadagem e, principalmente, na atribuição de funções disciplinares aos pais. Instaurou-se um espaço familiar sexualmente asséptico, sendo o funcionamento familiar pautado pela tentativa de manter uma vigilância contínua de seus membros, que articulou o corpo da criança aos corpos dos pais. Criou-se um “núcleo restrito, duro, substancial, maciço, corporal, afetivo da família: a família-célula no lugar da família relacional, a família-célula com seu espaço corporal, com seu espaço afetivo, seu espaço sexual, que é inteiramente saturado pelas relações diretas entre pais-filhos” (Idem, 2010, p. 216).

O investimento na família nuclear burguesa, portanto, se organizou em torno da prevenção de doenças. Esta relação de vigilância entre pais e filhos estava diretamente associada à relação entre médico e pacientes, pois se anunciava que, quando os pais diagnosticavam a ação masturbatória nos filhos, deveriam alertar um médico para que ele pudesse providenciar a cura da maledicência e prescrever condutas que deveriam ser adotadas no cotidiano familiar. Era exclusivamente por meio da confissão aos médicos e do desejo de se livrar desse mal que o doente masturbador poderia ser “salvo”, o que implicou a localização da família como um agente de medicalização, controle, coerção, exame, julgamento e intervenção social.

O médico da família teve papel fundamental nessa transição, pois contribuiu para a disciplinarização da vida privada do casal e o estabelecimento de regras ao casamento. O “novo casal” passa a se unir por laços de afetividade e prazer e, embora a prática sexual fosse amplamente estimulada entre marido e esposa, ela deveria ter como foco a reprodução. O sexo tornou-se, então, objeto das intervenções médicas, sendo as dimensões do prazer interpretadas por esses especialistas como ameaças ao bem estar familiar.

Na tentativa de proteger a solidez da família de atos sexuais tidos como indevidos, pronunciava-se que o espaço familiar deveria ser redistribuído, com o objetivo de garantir o mínimo de contato possível entre seus membros. Surgiram campanhas contra os quartos comuns, contra as camas comuns de pais e filhos, contra as camas comuns para crianças, sendo que essa divisão, quando possível, deveria seguir

critérios de idade e sexo. As famílias pobres eram ensinadas a construir casas com, no mínimo, três cômodos, um para os pais, outro para os filhos homens e outro para as filhas mulheres, para que seus corpos mantivessem a maior distância possível (FOUCAULT, 2011).

Principalmente por meio da medicina, a regulação da sexualidade teve o propósito de conter os homens casados, para que eles não se relacionassem com prostitutas e se dedicassem com exclusividade à família. O incentivo à vida sexual das mulheres casadas foi um dos fatores que contribuiu para o estímulo à monogamia no âmbito conjugal. Nesta conjuntura, as prostitutas foram denominadas “inimigas”, pois se considerava que elas colocavam em risco o bem estar das famílias e, portanto, da nação (COSTA, 1989). Sujeitas a constantes exames médicos (com a finalidade de se constatarem doenças venéreas) e interdições policiais, jurídicas e psiquiátricas, a perseguição à prostituição também contribuiu para o processo de normalização de outras mulheres, pois se afirmava que, se elas negassem a sua natureza (maternal e monogâmica), estariam passíveis de sofrer violências, ou, enlouquecer. Contudo, embora as prostitutas fossem consideradas “contagiosas”, elas eram necessárias ao duplo padrão de moral sexual, uma vez que o casamento destinava-se à procriação e os homens deveriam saciar seus supostos “instintos” fora do núcleo familiar.

Há diversos registros na história de atos de violência arbitrariamente cometidos contra prostitutas. Em 1839, por exemplo, surgiu em Londres o *Metropolitan Police Act*¹, com o objetivo de “limpar” a rua das prostitutas, garantindo assim a seguranças de homens e mulheres “decentes”. No Brasil, embora o Código Criminal de 1830 não considerasse a prostituição como um crime, trazia em seu texto sobre a pena de estupro uma evidente distinção entre “mulheres honestas” e “mulheres públicas”. O estupro era descrito no Artigo 222 como “copula carnal por meio de violência, ou ameaças, com qualquer mulher honesta”, sendo a pena do criminoso o aprisionamento por três a doze anos. Contudo, ainda no artigo, ressalta-se que, caso a violentada seja uma prostituta, a pena de prisão reduziria para um mês a dois anos (RABELO, 2002). Há, portanto, uma relação de desigualdade entre mulheres consideradas honestas e normais e as prostitutas.

Uma série de enunciados insistia na associação entre prostituição e desequilíbrio psíquico (COSTA, 1989), o que justificava a internação

¹ Lei de segurança urbana.

de muitas delas em hospitais psiquiátricos. A ameaça de adoecimento psíquico estava alicerçada em um discurso médico que, constantemente, anunciava que “a sexualidade desregrada afeta a saúde” (DEL PRIORE, 1992, p. 25). Tal prerrogativa partia da premissa de que quadros psicopatológicos eram reflexos da desarmonia entre os registros hormonal, cromossômico e moral, sendo o sujeito “desregrado” associado a “distúrbios das paixões humanas e incapaz de partilhar do pacto social” (AMARANTE; TORRES, 2001, p.74).

Logo, a psiquiatrização, moralização e a judicialização de práticas e modos de vida considerados ameaçadores ao aparelho do Estado se constituíram como linhas que interferiram nos processos de subjetivação de homens e, principalmente, mulheres. As intervenções médicas, policiais e jurídicas eram comumente aplicadas como forma de coibir práticas sociais e sexuais de indivíduos avaliados como anormais (FOUCAULT, 2010), como a homossexualidade, a prostituição, as relações extraconjugais, a negação da maternidade, o trânsito (das mulheres) nas ruas e outros espaços públicos.

Mulheres que não eram casadas e/ou negavam a maternidade eram constantemente questionadas e sofriam proibições. Desde meados do século XIX, por exemplo, havia na França um movimento natalista chamado Aliança Nacional pelo Crescimento da População Francesa, que homenageava as famílias numerosas e denunciava o egoísmo e o individualismo como as causas morais do declínio demográfico da população (THÉBAUD, 2003, p. 202). Com o apoio de instituições como o exército, a igreja e as escolas, os natalistas elaboravam programas que colocavam a maternidade como dever da mulher e reivindicavam medidas repressivas contra as práticas contraceptivas e o aborto. Em decorrência dessas movimentações, o governo francês promulgou uma lei, em 1920, que responsabilizava criminalmente qualquer provocação direta ou indireta do aborto, assim como toda e qualquer informação sobre a contracepção (THÉBAUD, 2003, p.205).

No Brasil, a judicialização de práticas resistentes à maternidade e/ou ao casamento tradicional pode ser também evidenciada em um processo de divórcio que aconteceu em 1856 em São Paulo, quando em seu despacho um juiz afirmou que “fazendo a mulher o contrário de amar e respeitar o marido é permitido a este reger e aconselhar sua mulher, e ainda castigá-la moderadamente se merecer” (DEL PRIORE, 1992, p. 17). Na sentença, está implícita a ideia de que a mulher é responsável pelo bem estar do casamento, como reflexo da sua própria

condição natural feminina, tendo que ser “corrigida” caso apresente um comportamento inadequado.

Em 1890, o Código Penal brasileiro estabeleceu uma diferenciação entre “mulher honesta” e “mulher desonesta”, sendo que nos processos judiciais de crimes de estupro e traição, a sentença direcionada ao réu estava diretamente vinculada à “classificação” da vítima. Nos crimes de adultério, por exemplo, as mulheres eram punidas com prisão celular de um a três anos, sendo que o marido só seria preso se mantivesse uma concubina “teúda e manteúda” (SOUZA, 2012, p. 7), ou seja, uma amante fixa. Nota-se que os homens gozavam de maior acesso ao prazer, desde que não colocassem em risco o patrimônio familiar.

No final do século XIX, o médico criminologista Cesare Lombroso argumentava que as leis de punição ao adultério deveriam estar atentas às diferenças entre as mulheres “normais” e as “selvagens”. Posicionadas como aquelas que apresentavam predisposição a este comportamento, algumas mulheres (criminosas, prostitutas, loucas e pobres) eram interpretadas como “dotadas de erotismo intenso e forte inteligência” (SOIHET, 2011, p. 363), sendo consideradas, então, perigosas. Esperava-se que as mulheres permanecessem quietas e dóceis. Exemplo disso pode ser encontrado na ação policial e judicial da época, que procurava “moderar” a linguagem de mulheres de segmentos populares e ensiná-las “hábitos sadios e boas maneiras”, como pode ser verificado nos registros de um promotor de justiça brasileiro, que abordou a desavença conjugal entre a viúva pernambucana Tereza de Sá Barreto, parda, alfabetizada, costureira, com o seu amásio Roque da Silva, branco, solteiro, alfabetizado e desempregado: “Roque havia regressado à sua casa um tanto embriagado e começou a alterar [brigar] com sua amásia, ora denunciada e esta, longe de desculpar o excesso de linguagem de seu amásio e evitar qualquer desacato, procurou ainda mais exacerbá-lo, mantendo com ele discussão irritante e imprudente” (SOIHET, 2011, p. 376). Nota-se o lugar de passividade que é exigido a esta mulher, sendo que, embora ela tenha sido o alvo das agressões do marido, o texto a converte em sujeito responsável pela desavença. Provavelmente, a condição da “viúva” Tereza amasiada com o “solteiro” Roque, a colocava ainda mais vulnerável perante a polícia, pois sua “honestidade” também estava em questão. O fato de esta mulher reagir às agressões verbais do marido era a “prova” de sua condição selvagem, avessa a sua condição “natural” de passividade. Soma-se a isso o fato de

ser “parda”, uma vez que aos negros, em geral, é imputada uma sexualidade exacerbada (homens hipersexualizados e mulheres hipersensualizadas).

Apesar da circulação de discursos, enunciados e práticas conservadoras no Brasil, o que implicou certos modos tradicionais de vida e a organização de “uma classe dirigente sólida – respeitosa das leis, costumes, regras e convenções” (SOIHET, 2011, p. 362), a maioria dos brasileiros não seguia os moldes familiaristas tradicionais e vivia em condição de concubinato². Mas, ainda assim, promulgava-se que a negação de determinadas regras sociais (casamento e reprodução) implicaria enlouquecimento e/ou degradação moral, sendo necessária a intervenção da justiça e/ou psiquiatria. Os reflexos disso podem ser percebidos na descrição de um prontuário médico, referente à internação de uma paciente no hospital psiquiátrico São Pedro, em 1897:

S. B. 1.183, vide 494, com 25 anos, solteira, parda, brasileira. Foi admitida em 15/07/1897 e teve alta em 15/09/1898. Seu diagnóstico era de “excitação maníaca remitente”. Alta curada em 15/09/1898. Observação: a doente a quem se refere esta papeleta já esteve neste estabelecimento sofrendo também de excitação maníaca, que foi gradativamente cedendo, a proporção que progredia a gestação, sob cuja influência apareceu a moléstia mental que a trouxe a este Hospício, donde afinal saiu curada em 21 set de 1890, tendo dado entrada em 11 de junho do mesmo ano (Dr. T. T.) (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2007, p. 1045).

Alguns trechos do prontuário chamam a atenção. Pelo que consta registrado, a paciente “solteira” deu entrada no hospital “grávida”, condição que, na época, era considerada vergonhosa e coibida. Nesse sentido, indaga-se se a internação se apresentou como um modo de

² Organização típica das camadas populares, o concubinato ora reproduzia o padrão estrutural do matrimônio quando reunia mulheres e homens solteiros, ora era mantido concomitantemente ao casamento, ligando viúvas e solteiras a homens casados (DEL PRIORE, 1992, p. 33).

“esconder” esta mulher durante os meses da gestação e amamentação, estando ela “curada” ao término deste período.

Cunha (1998) afirma que os pressupostos da psiquiatria do século XIX estavam em consonância com discursos, enunciados e práticas que buscavam restringir a vida de algumas mulheres (principalmente as de classe média e elite) à “nobreza” do lar e da maternidade. Para tanto, a pesquisadora lembra que era comum a internação de mulheres que apresentavam comportamentos considerados transgressores aos valores de sua classe social pelos seus pais e/ou maridos. Exemplo disso pode ser verificado em um processo de internação no hospital psiquiátrico Juquery de São Paulo, em 1910, de uma paciente de 30 anos. No prontuário médico constavam os motivos de sua internação: “dona de uma precoce vivacidade intelectual, passou a viver só e por sua própria conta após a formatura” e “trabalhava demais, escrevendo livros escolares” (CARMO, 2012, p. 117). Ressalta-se que esta mulher era solteira e atuava profissionalmente como professora, o que demarcava uma *performatividade* avessa à “natureza” feminina e, portanto, passível de tratamento.

Nas últimas décadas do século XIX, as mulheres brasileiras compunham a maioria dos internos no hospital psiquiátrico Juqueri; no entanto, as pobres, negras e imigrantes (que eram minoria na internação se comparadas às brancas e de alta classe) não estavam, geralmente, internadas por descumprir suas funções sociais, mas sim, por serem consideradas “naturalmente” degeneradas, animais e idiotas (CUNHA, 1998). Observa-se que o processo de exclusão de mulheres pobres e consideradas desviantes articulava-se majoritariamente no campo policial/jurídico com o seu aprisionamento, como se verifica no caso de Henriqueta Maria da Conceição:

Natural do Rio de Janeiro, com 18 anos, casada, analfabeta, exercendo o serviço doméstico, a 17 de Agosto de 1896 achou por bem pernoitar na casa onde trabalhava, pois precisaram de seus serviços no baile que lá se realizava. Tomou essa decisão sem consultar o marido, demonstrando desprendimento e elevado senso profissional. Ao retomar à sua casa, foi agredida por seu marido que afirmava não ser verdade o motivo alegado. Henriqueta, porém, ciosa de seus direitos, reagiu à agressão, ficando ambos machucados. Inconformado com a atitude da mulher, o marido

providenciou a prisão de Henriqueta, que foi levada para a casa de Detenção onde ficou, ilegalmente, até 6 de Outubro (SOIHET, 2011, p. 378).

A detenção de Henriqueta refletia as desigualdades de poder entre homens e mulheres, que se sustentavam por meio de argumentos naturalizantes. A “animalidade” (característica associadas às mulheres de classes populares) de Henriqueta era “evidente” em suas atitudes (tomar decisões sem a permissão do marido e agir com violência), sendo a detenção um modo de assegurar a “proteção” da sociedade.

Algumas mulheres também foram obrigadas a permanecer reclusas em conventos, por motivos como a devoção à vida religiosa, a educação das mulheres mais jovens ou a garantia da honra. Lima (2005) ressalta o caráter involuntário de muitas internações, que se justificavam por condutas morais consideradas inadequadas, fruto de “esposas infiéis ou filhas insubmissas” (Ibidem, p. 36). As justificativas das internações e aprisionamentos de mulheres no Brasil estavam, geralmente, aliadas ao pressuposto de que elas “falharam” na efetivação de seus atributos femininos “naturais”, sendo necessário que o Estado assegurasse a tutela sobre seus corpos, para que elas não colocassem em risco a organização social. Nota-se, portanto, que diretrizes médicas, legalistas e religiosas operavam em consonância nos processos de normalização social.

Esses discursos e práticas normalizadoras, contudo, tiveram impactos diferentes nas trajetórias de mulheres negras e brancas. A chegada das mulheres negras no Brasil foi marcada por relações violentas e exploratórias, evidentes durante o colonialismo. Juntamente com as crianças, elas eram vendidas como as mercadorias mais baratas e foram submetidas a múltiplas intervenções, como a captura para o trabalho escravo e a exploração sexual, o que deixou como resultado a miscigenação da população brasileira (CARMO, 2012). Por muito tempo, as mulheres mulatas foram representadas como “objetos sexuais” e “pessoas perigosas”, sendo consideradas, principalmente por mulheres brancas, como as responsáveis pela sedução de seus homens.

Mulheres negras e brancas abandonavam filhos provenientes de relacionamentos ilegítimos em casas de misericórdia por motivos distintos. Venâncio (1997) conta que, durante os séculos XVIII e XIX, foram acolhidos cerca de 50 mil recém-nascidos enjeitados. As brancas abandonavam seus filhos devido ao receio de serem descobertas em seus amores proibidos ou mesmo pelo temor de serem reconhecidas como

aquelas que romperam com o pacto social e tiveram relações sexuais fora do matrimônio. Já os filhos de negras resultavam de abusos sexuais sofridos pela ação de homens brancos, sendo considerados bastardos. Observa-se que as mulheres brancas eram, geralmente, menos vítimas de estupro que as negras, devido ao fato de elas serem localizadas como as “detentoras da moral familiar”, tendo que, obrigatoriamente, manter a castidade até o casamento.

O século XIX, portanto, não aceitava facilmente a expressão de mulheres com opinião e/ou envolvidas em ações políticas, revoltas ou brigas (TELLES, 2011). Contudo, embora as imposições dos modelos tradicionais de feminilidade e masculinidade tenham sido amplamente disseminadas na população ocidental, ressalta-se que, principalmente a partir de meados do século XIX, a consonância de algumas linhas contribuiu para a articulação de movimentos individuais e coletivos de resistência. Nas últimas décadas do século XIX, emergiram movimentos artísticos, intelectuais e ativistas que contribuíram para desestabilizar, ainda que parcialmente, modos instituídos de vida em sociedade.

Um primeiro exemplo de movimentos de mulheres que questionaram as restrições a que, constantemente, elas eram submetidas se refere às reivindicações, de muitas delas, em relação a maior inclusão nos estudos. No que tange à escolarização de algumas brasileiras no século XIX, as famílias reduziam o seu acesso igualitário ao ensino, restringindo-as a disciplinas como artes e cuidados do lar, com o objetivo de recreação, distração e orientação, para que elas assumissem posteriormente as suas *performatividades* “naturais” como esposas e mães (COSTA, 1989). Muitas mulheres, contudo, reivindicaram igualdade no campo da educação e produção de conhecimento científico e, embora tenham sofrido preconceitos e restrições, alcançaram significativa participação nesta área. Realça-se que as mulheres de classes populares tinham acesso extremamente restrito (ou nulo) aos estudos, pois, desde muito novas, tinham de trabalhar para garantir a sua sobrevivência (e de sua família).

No que se refere à educação, portanto, as divisões de classe, etnia e raça tinham um papel importante na articulação das formas de educar. Nesta conjuntura, lembram-se as intervenções de entidades religiosas no processo de ensino, principalmente no que se refere ao disciplinamento de jovens órfãs. Nesse sentido, Louro (2004, p. 445) apresenta o relato de um marinheiro norte-americano, datado de 1849, em que figura o tipo de educação que era ofertado a meninas residentes em orfanatos:

“Aprendiam a ler, a escrever, aritmética, costura, cozinha e todos os ramos úteis de trabalho cotidiano. Muitos moços vão lá (no asilo de órfãos) procurar esposas e depois de apresentar atestado de boa moral e de ser trabalhador são recebidos no vestibulo onde encontram as moças casadoiras”. Nesta breve descrição, fica evidente a distinção moral entre comportamentos considerados corretos e esperados de um “aprendiz” de mulher.

Embora houvesse oposições à inserção das mulheres na educação, elas foram progressivamente assumindo lugares nas escolas e universidades. Nesta conjuntura, um número considerável de brasileiras começou a escrever e a publicar textos, artigos e livros. Os reflexos disso podem ser exemplificados no surgimento da imprensa feminina no Brasil no período entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Os periódicos escritos por mulheres, contudo, eram constantemente ridicularizadas pelos homens, não sendo considerados como objeto de interesse da historiografia literária. Foi apenas nas últimas décadas do século XX que as escritoras conseguiram, em parte, publicar alguns textos em espaços (revistas, jornais e livros) considerados sérios pela crítica (SOUZA, 2012).

Escritoras como Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo adotado por Dionísia de Faria Rocha, autora de *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, de 1832, utilizaram a escrita como forma de reivindicação de direitos. Em um trecho do livro citado, Nísia demonstra os sistemas de opressão a que muitas mulheres eram submetidas:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós somos próprias se não para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens [...] Entretanto, eu não posso considerar esse raciocínio senão como grandes palavras, expressões ridículas e empoladas, que é mais fácil dizer do que provar (TELLES, 2011, p. 406).

Como uma suposta saída para este sistema, Nísia anunciava que a educação seria o caminho para as mulheres tomarem consciência de sua condição social, assim como para elas construírem possibilidades de resistência. Louro (2011, p. 433) descreve Nísia Floresta como “uma

voz feminina revolucionária”, que problematizava a condição precária em que muitas mulheres viviam no Brasil e reivindicava a sua emancipação, como se verifica na citação a seguir:

Nenhuma diferença existe entre a alma de um tolo e de um homem de espírito, ou de um ignorante e de um sábio, ou a de um menino de quatro anos e um homem de quarenta. Ora, como esta diferença não é maior entre as almas dos homens e das mulheres, não se pode dizer que o corpo constitui alguma diferença real nas almas. Toda sua diferença, pois, vem da educação, do exercício e da impressão dos objetos externos, que nos cercam nas diversas circunstâncias da vida (FLORESTA, 1989a, p. 47 apud CAMPOI, 2011, p. 208).

Influenciada pelo pensamento de Nísia, a escritora Ana Eurídice Eufrosina de Barandas escreveu, em 1845, o livro *Ramalhete ou flores escolhidas no jardim da imaginação*, em que ela critica o fato de os homens considerarem as mulheres como sua propriedade:

Tendo nós os mesmos atributos, os mesmos sentidos [...] uma voz porque autoridade haveis de pensar, amar, aborrecer, desejar, temer e seguir a vossa vontade, como bem vos parece, e não haveis de querer que nós outras façamos uso desse admirável presente que recebemos do Criado! Não: também temos um alvedrio, bem a pesar vosso, pois que tendes querido fazer mais que o Onipotente (TELLES, 2011, p. 407).

As tentativas dessas escritoras de problematizar as condições de vida das mulheres no século XIX resultaram em obras literárias, filosóficas e psicológicas, que questionavam principalmente a autoridade masculina (TELLES, 2011). As obras de escritoras como Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, a Cora Coralina, Maria Firmina dos Reis, que escreveu o primeiro romance de uma autora brasileira, Narcisa Amália de Campos, que participou da vida intelectual maranhense colaborando com a imprensa local e publicando de livros e

antologias, ganharam, com muito custo, relevância na produção intelectual brasileira.

Há diversos exemplos de jornais fundados por mulheres brasileiras, que formavam uma rede de publicações em diversos estados do país. Esses jornais pertenciam, geralmente, a mulheres de classe média, algumas das quais investiram todos os seus recursos financeiros para consolidá-los. No Rio Grande do Sul, os jornais *Escrínio* e *Corymbo* publicavam “qualquer aventura de mulheres brasileiras no campo das letras e nas várias profissões” (TELLES, 2011, p. 426). Em Porto Alegre, o *jornal Parteon* seguia uma linha editorial diferente, mantendo o foco na denúncia das injustiças sofridas por mulheres. O jornal *Sexo Feminino*, de propriedade de Francisca Senhorinha da Mota Diniz, tinha o objetivo de defender a capacidade intelectual da mulher para as ciências, literatura e a filosofia. A escritora Francisca chegou a afirmar que “[...] a mulher é mais bem dotada que o homem para os estudos, porque possui mais paciência” (TELLES, 2011, p. 427). Ainda que algumas dessas publicações considerassem a diferença entre homens e mulheres desde perspectivas identitárias e naturalizantes, elas contribuíram para o debate sobre os limites vivenciados por mulheres no acesso a instâncias públicas.

As mulheres organizaram também revistas voltadas para o público feminino. A revista *Mensageira*, da escritora Prisciliana Duarte de Almeida, surgiu em São Paulo no final do século XIX, mais especificamente em 1897. O objetivo do periódico era “[...] levar ideias novas ao lar e, ao mesmo tempo, estabelecer entre as brasileiras uma simpatia espiritual pela comunhão dessas mesmas ideias” (TELLES, 2011, p. 427). Esta revista era caracterizada como “uma revista literária dedicada às mulheres”, tendo publicado produções literárias de escritoras brasileiras e estrangeiras. Entre as colaboradoras frequentes estavam Prisciliana Duarte, Júlia Lopes de Almeida, Áurea Pires, Narcisa Amália, Francisca Júlia, Auta de Souza, Ignêz Sabino, Josefina Álvares de Azevedo (TELLES, 2011).

Embora esses periódicos tenham se apresentado como espaços para a problematização dos avanços dos direitos das mulheres e davam visibilidade à sua atuação em espaços públicos, eles traziam também matérias que afirmavam o papel da mulher associado às suas funções como mãe, esposa e dona de casa. Notam-se, nessas publicações, a mistura de discursos e enunciados que insistiam em associar a mulher a *performatividades* prescritas de feminilidade. Portanto, o final do século

XIX é marcado pela coexistência de diferentes linhas, que se materializam em modos de pensar e agir; entre eles, os que questionavam os modelos tradicionais (disciplinares) vigentes, ao mesmo tempo em que os legitimavam.

Ao longo do século XIX, medidas eram tomadas com o intuito de adequar as práticas de homens e mulheres brasileiros aos imperativos do desenvolvimento europeu. Tais medidas estavam em consonância com a pulverização de premissas que a mulher “normal” seria aquela que, em determinado momento prescrito de sua vida, se envolvesse em um padrão heterossexual de relacionamento afetivo, balizado por um casamento monogâmico e pela reprodução de filhos saudáveis. Nesta conjuntura, a “virgindade” antes do casamento era promulgada como extremamente importante, sendo um requisito fundamental na união matrimonial. “A virgindade funcionava como um dispositivo para manter o *status* da noiva como objeto de valor econômico e político, sobre o qual se assentaria o sistema de herança e de propriedade que garantia a linhagem da parentela” (D’INCÃO, 2011, p. 235). Para afiançar a virgindade articulada ao casamento, as mulheres eram submetidas a redes contínuas de vigilância.

Contudo, nas últimas décadas do século XIX no Brasil, mulheres (principalmente de camadas populares) experimentavam outros modos de vida. Ao analisar as impressões de viajantes estrangeiros no início do século XIX, Del Priore (1992) notou as múltiplas formas de organização social no país, pois constavam registros de mulheres brasileiras jovens, “matronas”, reclusas ao espaço doméstico e com muitos filhos à sua volta, ao mesmo tempo em que outros relatos apontavam as trajetórias de mulheres que viviam em relação de concubinato e que trabalhavam em espaços públicos.

As composições familiares das classes populares brasileiras assumiram diversas configurações, sendo que muitas eram (e, ainda hoje o são) chefiadas por mulheres. “A organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós. Isso se devia não apenas às dificuldades econômicas, mas igualmente às normas e valores diversos, próprios da cultura popular” (SOIHET, 2011, p. 362). A visibilidade desses arranjos era mal vista pelas camadas da elite, sendo que uma série de discursos científicos, jornalísticos, religiosos anunciavam os “riscos” que a falta de concepções de honra e conjugalidade das pessoas pobres implicava para a moral burguesa.

Também em nosso país, muitos juristas, referendados em pressupostos médicos, consideravam a rua um espaço impróprio para mulheres “honestas”, sendo que elas até poderiam frequentar determinados lugares, como teatros, casas de chá e passeios em avenidas, desde que acompanhadas. A rua estava associada a ideias de desvio, tentação e promiscuidade, cabendo, principalmente às mães, a tarefa de vigiarem suas filhas para que elas não se “perdessem” nestes “antros”. Todavia, a exigência de restrição do corpo feminino ao espaço privado era impossível às mulheres pobres, pois elas necessitavam trabalhar, tendo a rua um significado de “sobrevivência” em suas vidas (SOIHET, 2011).

O trabalho era um elemento fundamental nos modos como muitas mulheres de classes populares se subjetivaram e, embora elas tenham sido mantidas em posições sociais subalternas nos empregos, lutavam de diferentes formas contra as restrições impostas (como o recato, submissão, delicadeza e fragilidade). “Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil” (SOIHET, 2011, p. 367). O modo crítico como elas lutavam, porém, não foi forte o suficiente para subverter a ideia de que o cuidado dos filhos era um assunto que lhes dizia respeito, sendo que a maioria dessas mulheres se apresentava como as responsáveis por eles.

Nos anos que antecederam a virada do século XIX ao XX, o Brasil foi acometido por mudanças e transformações em prol do desenvolvimento econômico que repercutiram sobre as relações estabelecidas entre mulheres e homens. O desenvolvimento estava fortemente associado a modelos europeus e estadunidense de vida, que justificaram a ênfase na educação para o “progresso”, bem como a legitimação de práticas racistas. As influências das negras na educação dos filhos das “sinhas”, por exemplo, começaram a ser alvo de críticas, sendo que, em 1870, um jornal pernambucano publicou uma matéria em que afirmava: “A nossa primeira mestra é ordinariamente uma preta muito bruta, que nos dá de mamar, nos pensa e nos trata” (CARVALHO, 2003, p. 59). Neste momento, ficou claro que “[...] era preciso livrar-se de todos os vestígios “negros”” (CARMO, 2012, p.116).

No início do século XIX, a atividade econômica brasileira era majoritariamente rural. Nas décadas seguintes, porém, a aceleração da

urbanização, ocorrida em virtude da consolidação do capitalismo, ascensão da burguesia e do incremento de uma vida urbana, provocou uma progressiva transição de pessoas moradoras das zonas rurais para as capitais em busca de trabalho. Esses deslocamentos produziram verdadeiros aglomerados urbanos nas áreas centrais, que resultaram em cortiços e favelas. A evidência desses conjuntos populacionais era mal vista pelas classes dominantes, que consideravam que as classes populares tinham que se “adequar” às novas demandas, fortemente influenciadas pelo modelo parisiense de vida. “Nesse sentido, medidas foram tomadas para adequar homens e mulheres dos segmentos populares ao novo estado de coisas, inculcando-lhes valores e formas de comportamento que passavam pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo do trabalho, estendendo-se às demais esferas da vida” (SOIHET, 2011, p. 362).

Neste período, era comum a elite viajar ao exterior e retornar ao Brasil fortemente interessada pelas inovações e tecnologias do “mundo moderno”. Além disso, um número cada vez maior de imigrantes, em destaque os italianos, veio morar no país, o que contribuiu para a aproximação com um modo europeu de vida e a instauração de campanhas e ações governamentais em prol do desenvolvimento. “Extremamente simpáticos às últimas idéias, invenções e tendências européias, as elites governantes pretendiam modernizar o país, até mesmo transformar suas cidades em cópias dos admirados centros europeus” (HAHNER, 2003, p. 121-122).

Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, alguns países da Europa e os Estados Unidos passavam por intensos processos de modernização em virtude do surgimento e avanço dos meios de comunicação de massa (cinema, rádio e televisão), expansão dos bancos, crescimento dos espaços e transporte urbanos, aumento da produção fabril, progressão do comércio e ampliação do consumo de produtos industrializados. Este período teve forte impacto nas relações econômicas e produções artísticas, intelectuais e tecnológicas, possibilitando a muitos homens e, principalmente, às mulheres, a experimentação de novas possibilidades de vida (COTT, 1991).

Essas mudanças e “avanços” impactaram sobremaneira a população brasileira, pois a intelectualidade do país ficou capturada por um “[...] eurocentrismo inabalável que acumulava experiência e territórios, pessoas e narrativas, classificando-as, unificando a multiplicidade na medida em que bania identidades diferentes, a não ser

como ordem inferior da cultura e da idéia de uma Europa banca, masculina, letrada e cristã” (TELLES, 2011, p. 401). A “modernização” do Brasil, portanto, esteve articulada a tentativas de imposição de modos de vida estrangeiros ao cotidiano do país, o que implicou efeitos nos processos de re(produção) da ordem dos gêneros, bem como de movimentos de oposição a essas construções, como é possível verificar no capítulo 3.

Logo, o século XX nasce em meio às exigências de modernização de diversos países, o que implicou em avanços no campo dos direitos femininos, bem como na experimentação da população de múltiplos modos de vida. Há, contudo, a interrupção, em parte, dessas movimentações, com a eminência de duas Grandes Guerras Mundiais, que contribuíram significativamente para operar retrocessos em processos emancipatórios que se desenhavam, ainda que tenham também possibilitado novas vivências a homens e mulheres. Estes panoramas que marcaram a primeira metade do século XX serão analisados com mais detalhes nos dois próximos capítulos.

O capítulo a seguir problematiza mais especificamente os primeiros anos do século XX, período conhecido como *Belle Époque*. Destacam-se, sobretudo, a maior visibilidade e influência dos meios de comunicação de massa, em especial os cartazes publicitários, na vida em sociedade. Chama também a atenção a intensidade com que algumas linhas se somaram na produção de novos cenários urbanos e sociais, contribuindo para desestabilizar, ainda que parcialmente, limites reguladores de gênero. Apesar disso, insiste-se em dar visibilidade à recorrência e à insistência com que algumas linhas continuam incidindo no cotidiano da população, sendo essas atualizadas nas fronteiras tênues entre os âmbitos morais e jurídicos, sendo materializadas, principalmente, nas noções de sensatez e insensatez, bem como de civilidade e incivilidade.

Capítulo 3

Imagens em movimento, deslocamentos de fronteiras

Neste capítulo serão percorridas algumas linhas tecidas nos anos anteriores à emergência da primeira Guerra Mundial em 1914, marcados pela intensificação da urbanização e a circularidade dos meios de comunicação de massa e suas implicações na vida da população, em especial das mulheres. Destacam-se os impactos das informações e imagens que circularam em tecnologias audiovisuais nas construções de gênero, assim como alguns movimentos de mulheres que reivindicavam maior inserção na educação, trabalho e política. Para elucidar a análise, serão descritos eventos que aconteceram em países como a Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, e suas reverberações no Brasil. A escolha por esses países se justifica pela influência que tiveram nos modos como muitos brasileiros viveram na primeira metade deste século.

Nos primeiros anos do século XX, incentivos governamentais e científicos, bem como a expansão dos meios de comunicação de massa contribuíram para o desenvolvimento de processos de industrialização em diversos países do ocidente, intensificação da urbanização e crescimento populacional, proliferação de novas tecnologias e de uma cultura de consumo de massa (SINGER, 2004).

Essas mudanças implicaram o acesso da população a novas informações e experimentações, que tornaram o ritmo da vida mais frenético. As cidades já eram caracterizadas anteriormente por serem mais movimentadas do que as zonas rurais e as transformações que marcaram a virada do século contribuíram para agitar os modos de vida mais tradicionais. Exemplo disso pode ser encontrado em um *cartoon* publicado na revista *Life*, em 1900, chamado “*Broadway – past and present*”³ (GUNNING, 2004), que apresentava o contraste da figura de um lugar calmo e rural sendo “atropelado” por um bonde que se movia rapidamente, gerando pavor nos pedestres que ali caminhavam. Esta imagem ilustra as intensas transformações que marcaram o período, assim como as dificuldades de muitos grupos em lidar com as novas configurações de vida que naquele momento se desenhavam.

A circulação mais rápida de informações tornou-se possível por meio do avanço dos meios de comunicação (telégrafo, telefone,

³ Broadway – passado e presente.

fotografia, publicidade e o cinema), e, principalmente, pela construção dos carros e estradas de ferro, o que permitiu a expansão e o transporte de matérias primas e mercadorias, assim como “[...] a reestruturação do espaço rural e urbano como locais de circulação” (GUNNING, 2004, p. 34). Os novos meios de transporte reconfiguraram as noções de tempo e espaço segundo as necessidades de circulação e consumo, sendo que, a partir daquele momento, as distâncias pareceram menores, o tempo pareceu mais rápido, o que implicou novas experiências corporais e sociais. Essas mudanças tiveram forte impacto na vida de muitas mulheres, principalmente no que se refere ao aumento de sua presença nos espaços públicos e no acesso a informações e ao consumo.

Entre os múltiplos impactos dessas mudanças na vida de muitas mulheres, ressalta-se a luta pela maior inclusão na esfera pública, em especial na educação e no “mundo do trabalho”, principalmente no mercado formal assalariado. Nesse sentido, a massificação da alfabetização teve uma repercussão fundamental na proliferação de ideias emancipacionistas entre as mulheres (MENDEZ, 2005), que implicaram o aumento da sua participação em movimentos sociais (abolicionistas, associações e sindicatos), fábricas e trabalhos liberais.

Em decorrência disso, é possível notar nas primeiras décadas do século XX, um aumento significativo do número de mulheres em serviços de escritório, administrativos, vendas e em profissões qualificadas. Nota-se, contudo, que essas mulheres ganharam visibilidade devido à sua condição de classe, geralmente média e alta, mas que muitas pobres já constituíam anteriormente a força de trabalho em fábricas e na agricultura. Embora esses dados indiquem avanços no campo dos direitos femininos e a evidência de certa flexibilização em modos prescritivos de vida, discursos, enunciados e práticas conservadoras também estavam presentes. O aumento do número de mulheres empregadas, por exemplo, refletiu diretamente no acréscimo do número de casamentos formais nas classes médias, pois os ganhos delas possibilitavam o pagamento dos custos da cerimônia. Além disso, elas se inseriam, majoritariamente, em “nichos” e funções considerados adequados à sua presença, como os cargos de professora e secretária, assim como demais ocupações associadas aos “cuidados”.

Embora a presença feminina no mercado de trabalho fosse, a esta altura, inevitável, havia questionamentos em torno de mulheres casadas que permaneciam empregadas, como se o trabalho colocasse em risco a harmonia familiar. É possível notar tais indagações nos títulos de artigos

escritos na época: “Pode uma mulher gerir simultaneamente uma casa e um emprego?”; “A mulher, a casa e o emprego”; Por que trabalham as mulheres casadas?”; “Filhos e empregos” (COTT, 1991, p. 104). Observa-se a afirmação de uma natureza feminina articulada (e restrita) à maternidade, ao casamento e ao espaço doméstico, como se essas instâncias garantissem a constituição de uma mulher “verdadeira” e pronta. Nesse sentido, indaga-se se a maior permissividade da sociedade com o trabalho entre as solteiras acontecia porque elas eram tidas como mulheres em fase de construção, ou seja, mulheres que ainda não tinham acedido a posições de esposa e mãe.

Nos empregos, as mulheres geralmente ocupavam as piores funções e eram (e ainda são) remuneradas de modo desigual, tendo de lidar com o fato de o trabalho feminino ser considerado, por muitos, como uma forma de prostituição e vulgarização, o que implicou cenas de humilhação e abusos sofridos por muitas delas. Nos países europeus, era comum as mulheres solicitarem a permissão do pai ou do marido para trabalhar; logo, é possível observar que, embora o processo de profissionalização das mulheres se apresentasse como um avanço no campo dos direitos femininos, ele também sofreu as interferências de sistemas hierárquicos de dominação entre homens e mulheres.

O aumento de mulheres no mercado de trabalho também estava relacionado à necessidade de ampliação de operários na produção. No século XIX, elas (e as crianças) foram posicionadas como mão de obra barata, que contribuiu para ascensão da sociedade industrial, embora esse fato tenha desestabilizado, ainda que parcialmente, as relações familiares. Nota-se, portanto, ambiguidades no processo de entrada delas no mercado de trabalho, pois se, de um lado, a expansão capitalística legitimasse essa inserção, havia resistências do operariado masculino e da burguesia. No romance *Germinal*, o escritor Émile Zola descreveu o “susto” de muitos homens com a entrada das mulheres na produção industrial e, em especial, com a evidência de que elas tinham as mesmas capacidades, ou mais, para o desenvolvimento do trabalho:

O rapaz, cujos olhos se iam acostumando ao escuro, encarava-a e via-a branca, com a sua tez de clorose; e não lhe podia atribuir a idade, apenas lhe dava onze anos, tão raquítica lhe parecia. Todavia, sentia-a mais velha, com a sua liberdade de rapaz e o seu ingênuo descaramento, que o molestava um pouco; a moça desagradava-lhe,

achava mesmo muito gaiata a sua cabeça lívida de Pierrot, amarrada nas fontes pelo lenço. Mas o que lhe causava espanto era a força dessa criança, uma força nervosa em que havia muita destreza. Ela enchia o seu vagão mais depressa do que ele, a pazadas regulares e rápidas; depois, empurrava-o até o plano inclinado, com um só impulso lento, sem tropeçar, passando sem dar isso por debaixo das rochas mais baixas. E ele ralava-se, descarrilava, ficava a pedir socorro” (ZOLA, 1996, p. 45 apud MENDEZ, 2005, p. 53).

Em virtude dessas dificuldades, muitas mulheres se aliaram ao movimento operário na luta contra a exploração capitalista. Essa inserção possibilitou maior organização das trabalhadoras na reivindicação por direitos iguais, sendo que, no final do século XIX, a participação delas em sindicatos e em associações de trabalhadores chegava a 10% (MENDEZ, 2005), o que lhes possibilitou o acesso a informações, participação em ações coletivas, sindicatos e greves. Nas manifestações, algumas mulheres utilizavam tons sarcásticos e gozadores como modo de articulação política, o que gerava mal estar em muitos homens, como pode ser visto na breve descrição de uma manifestação ocorrida no final do século XIX:

Em dado momento, no curso de uma greve, as mulheres, gozadores, chegaram a mostrar o traseiro a uma autoridade local, que se recusou a recebê-las. Tal atitude era vista com maus olhos por parte das lideranças sindicais, que se esforçavam para que não se comentasse o assunto. [...] Pretendiam ‘organizá-las’ [...] que se adequassem às formas tradicionais de organização. E, se possível, que fossem dirigidas pelos homens (MARTINHO, 2003, p. 204).

Além das dificuldades em lidar com a presença e postura de muitas mulheres nos movimentos operários, ressalta-se que as pautas específicas delas nem sempre eram absorvidas pelo conjunto do movimento. Entretanto, as mulheres permaneceram lutando pela redução da jornada de trabalho e reconhecimento profissional, alcançado alguns frutos com suas reivindicações, como as leis que foram

aprovadas, em 1857, na Inglaterra e, em 1907, na França, que definiram que as mulheres deveriam receber diretamente seus salários (antes eles eram entregues aos pais ou maridos) (PERROT, 2008).

Nesta conjuntura, o surgimento dos cartazes publicitários no final do século XIX se apresentou como um novo elemento às linhas que se desenhavam nesse período. Sendo inicialmente criticado como uma forma de arte menor, o cartaz publicitário nasceu como um anúncio preto e branco e imagens consideradas “toscas” (VERHAGEN, 2004). A partir de meados da década de 1880, os cartazes começaram a ser produzidos com novas cores, formas e ilustrações, vindo a ser avaliados por alguns críticos da arte. A circulação desses meios de comunicação de massa gerava preocupação e controle nas elites mais conservadoras, por apresentarem imagens que posicionavam mulheres e homens em *performatividades* não compatíveis com os padrões tradicionais de feminilidade e masculinidade.

No início do século XX, o cartaz se apresentava como um dos meios privilegiados da cultura de massa na França. Nesta conjuntura, sobressaiu-se o trabalho de Jules Chéret que, durante décadas, foi considerado pelos parisienses como o principal artista na área (VERHAGEN, 2004). Chéret ficou amplamente conhecido por ter feito nascer e crescer uma personagem, a Chérétte, símbolo da “nova mulher”, que surgiu em meio aos anseios da modernização e urbanização das grandes cidades.

A Chérétte, como se pode verificar na ilustração à esquerda (figura 1), era uma dançarina com ares de ninfa, “uma atriz que se postava no brilho intenso das luzes da ribalta” (VERHAGEN, 2004, p. 129). Charmosa e sexy, a personagem era comumente ilustrada dançando e flutuando sobre o ar, como um corpo que desejava voar. O enunciado, que se articulava na



Figura 1 – A Chérétte

expressão de alegria e autonomia que sempre acompanhava a face dessa personagem, sugeria uma mulher independente, que se delicia com os prazeres do mundo. Apresentada como um convite ao público feminino

para a experimentação de prazeres e possibilidades até então restritos aos homens, a Chérrete encarnava a expressão de *performatividades* de feminilidade que escapavam às normativas sociais vigentes.

A circulação dos cartazes publicitários aconteceu em consonância com o fortalecimento da indústria de entretenimento e consumo. Nessa conjuntura, Chérret e outros artistas passaram a ser chamados com regularidade para desenhar cartazes publicitários sobre produtos alimentícios e bens de consumo, que começaram a fazer parte da paisagem urbana, como pode ser verificado na descrição de Verhagen (2004, p. 131):

Na virada do século, os bulevares foram ornamentados com colunas Morris (colunas para cartazes de publicidade); e a partir de 1874, os bondes elétricos que transportavam passageiros para áreas afastadas da cidade também passaram a ostentar anúncios. Em 1886, somente Chérret havia criado quase mil desenhos. Com graus variados de entusiasmo, jornalistas registraram que os cartazes estavam parecendo em todos os lugares, clamando por atenção e transformando a paisagem urbana com suas imagens vistosas e brilhantes (VERHAGEN, 2004, p. 131).

Além dos cartazes publicitários, a evidência de outros meios de comunicação de massa, como o rádio, o cinema e a publicidade, contribuiu para acelerar mudanças que já vinham acontecendo desde as últimas décadas do século XIX (GUNNING, 2004). Instalados nas ágeis redes de circulação de mercadorias e informações da época, os meios de comunicação possibilitaram o acesso a informações e a imagens desconhecidas, produzindo na população novas experimentações e sensações. Desse modo, é importante considerar a participação dessas tecnologias na “remodelação de todo um território no qual sinais e imagens, efetivamente apartados de um referente, circulavam e proliferavam” (GUNNING, 2004, p. 36). Os meios de comunicação de massa fizeram circular representações e ideias, a vida tornava-se mais fluida.

Os impactos dessas mudanças nos Estados Unidos resultaram na constituição de um “estilo de vida americano”, que se disseminou para outros países, principalmente por meio da publicidade, imprensa, moda,

cinema e rádio. Assistiu-se, naquele momento, a ampliação da produção em série de bens de consumo (como comida enlatada e empacotada), eletrodomésticos e carros, assim como a popularização dos sistemas de pagamento a prestação, o que possibilitou o aumento do consumo de parte da população estadunidense. Cott (1991) destaca que, em 1910, havia um automóvel para cada 265 pessoas no país, sendo que, em 1928, essa porcentagem ampliou para um automóvel a cada 6 pessoas.

Embora circulasse no exterior uma imagem homogênea e consumidora dos Estados Unidos e Europa, suas populações vivenciavam diversidades culturais, econômicas e sociais. Grande parte da população não tinha condições de acesso a produtos comercializados, como as mulheres negras trabalhadoras de plantações de tabaco em Durham na Carolina do Norte que, ainda nas décadas de 1920 e 1930, utilizavam bacias para lavar roupa, latrinas fora de casa e fogão a lenha (COTT, 1991).

O estilo de vida americano era disseminado em campanhas publicitárias, que estampavam homens e mulheres felizes com as novas possibilidades de consumo e acesso a tecnologias. As mulheres eram geralmente retratadas em espaços públicos, com a mesma autonomia e liberdade dos homens, como é possível verificar em alguns cartazes da campanha *Refreshing*⁴. Divulgada em 1891, a campanha tinha o objetivo de divulgar uma nova marca de refrigerante, a Coca Cola, sendo que as mulheres foram um público privilegiado nos cartazes.

Retratadas como sujeitos que sabiam viver de forma leve, divertida, livre e refrescante, as mulheres eram apresentadas como frequentadoras de lugares públicos (cafés, casas noturnas, lojas), usuárias de carros “velozes”, como esportistas e como consumidoras (CAMPOS-TOSCANO, 2009). O cartaz da figura 2, publicado no início do século XX, é um dos exemplos da campanha *Refreshing*. Ao sugerir o



Figura 2 – Campanha *Refreshing*

⁴ Refrescante.

refrigerante como um modo de se refrescar após os exercícios, o enunciado que circula no cartaz anuncia que a liberdade era acessível por meio do consumo de um modo de vida feminino apresentado como moderno.



Figura 3- Estar sobre rodas

Atividades esportistas, aliás, foram amplamente utilizadas em muitas campanhas publicitárias, como as imagens de mulheres andando de bicicleta, como se verifica no cartaz a esquerda. Símbolo do “novo mundo”, a bicicleta servia para facilitar os encontros sociais e o lazer, para o deslocamento ao trabalho e para as competições esportivas, o que sugeria (através das imagens) um ar de igualdade entre homens e mulheres (MELO; SCHETINO, 2009). Estar na moda era “estar sobre rodas”, sendo que estas imagens de mulheres em movimento se somaram ao desenho de novas linhas que produziam

fissuras nos modelos de inteligibilidade de gênero.

O “jeito americano de viver” disseminou-se especialmente por meio da propagação de filmes estadunidenses. “O cinema, tal como se desenvolveu no final do século XIX, tornou-se a expressão e a combinação mais completa dos atributos da modernidade” (CHARNEY; SCWARTZ, 2004, p. 17). Por meio dos filmes, a população teve oportunidades de experimentar, ainda que em breves momentos e como telespectador, outras ideias, paisagens e possibilidades de vida (GUNNING, 2004).

Os filmes também tiveram grande importância e repercussão na construção de uma nova imagem de feminilidade, sendo que “através do veículo da indústria cinematográfica estadunidense, que nos anos 20 inundou os cinemas europeus com os seus produtos, o modelo particular de emancipação da mulher moderna ao estilo americano era levado a outros países” (COTT, 1991, p. 111). De modo ora velado ora escancarado, os meios de comunicação colocaram em pauta a expressão sexual feminina; filmes como “Os anos ousados”, “Pecadores na seda”, “Mulheres que dão”, “O preço que ela pagou”, “Lábios pintados”, “A rainha do pecado”, “Juventude ardente”, são exemplos das maneiras como sexo e prazer foram disseminados como direitos também das mulheres (COTT, 1991).

Por outro lado, o processo de emancipação das mulheres era percebido como ameaçador à organização social, o que fica evidente no filme *The devil is a woman*⁵ (apresentado no Brasil com o título “Mulher satânica” – figura 4), do diretor Joseph Von Sternberg. O filme apresenta o carnaval de Sevilha em 1890 e a “teia” de sedução com que Concha Perez enfeitiça o jovem militar Antonio Galván. Aparece, ao longo do filme, a história de outro homem que fora enganado por essa *femme fatale*⁶, Don Pasqual, que tenta desesperadamente avisar Antonio sobre os perigos dessa mulher



Figura 4 - The devil is a woman

desejante. Contudo, nesse percurso, Don Pasqual percebe que ainda está apaixonado por Concha Perez e, então, a convoca para um duelo. Fica claro um tom de “aviso” sobre os perigos do processo de emancipação das mulheres e a posição dos homens como responsáveis pela proteção da sociedade.

No que se refere à produção de um determinado modelo de feminilidade disseminado na publicidade, é possível notar a apropriação dos publicitários de parte das reivindicações de organizações feministas que, desde a segunda metade do século XIX, se estruturavam em meio aos “anseios e símbolos de liberdade e de individualidade das mulheres” (COTT, 1991, p. 95). Apesar das imagens de mulheres tímidas, delicadas e submissas que marcou o imaginário social ao longo do século XIX, as mulheres do século XX eram retratadas como enérgicas, atraentes, sociáveis, informadas e consumidoras. Neste sentido, Cott (1991) afirma que “os publicitários apressaram-se em embalar a individualidade e a modernidade das mulheres sob forma de mercadoria” (p.110), o que interferiu, ainda que de modo parcial, nos modos como mulheres e homens experimentavam as mudanças que estavam acontecendo.

⁵ O demônio é uma mulher.

⁶ Mulher fatal.

Muitas campanhas publicitárias estavam em consonância com vieses conservadores e modelos prescritivos de gênero, pois apresentavam as mulheres como as responsáveis pela compra de produtos que garantiriam o bem estar de sua família e do lar. A localização do consumo como “dever” das mulheres se articulou com a reafirmação de *performatividades* inteligíveis de feminilidade. Portanto, embora os cartazes anunciassem o nascimento de uma nova mulher, eles também legitimavam, ainda que de modo mais sutil que outrora, imagens conservadoras de feminilidade.

Assim, as ambiguidades das demandas que giravam em torno das mulheres estavam relacionadas às exigências de que elas acessem a modos de vida apresentados como “modernos”, ao mesmo tempo em que deveriam re(produzir) os modelos tradicionais de gênero. Essas expectativas contraditórias criaram em volta das mulheres um ar de “conflito psicológico” (COTT, 1991). Nessa conjuntura, pesquisadores afirmavam que, por meio do conhecimento científico, seria possível contornar as dificuldades da “mulher moderna”, com o objetivo de garantir a plena atuação dela em suas responsabilidades com a família, o trabalho e o consumo (COTT, 1991). Pautados por essa prerrogativa, os publicitários trataram de correlacionar uma noção de normalidade à imagem da mulher (sempre branca e de elite) consumidora, que conciliavam ideias e práticas emancipadoras aos cuidados com a educação dos filhos e do marido.

Conhecimentos científicos foram também reapropriados em outros meios de comunicação de massa (jornal, rádio, cinema), que promulgavam “verdades” sobre os modos como a população deveria gerir a própria vida, como se comportar, educar os filhos e estabelecer relacionamentos afetivo-conjugais. Esses enunciados podem ser percebidos em textos jornalísticos, que afirmavam que a falta de sucesso individual era reflexo de desajustamentos psíquicos (COTT, 1991). Ressalta-se a disseminação de mecanismos sutis de controle sobre a vida da população nessas tecnologias audiovisuais, materializados em “verdades” veiculadas em textos e imagens gráficas, fotográficas e cinematográficas, que fizeram circular normas e valores capitalísticos.

Disciplinas como a sociologia e a psicologia buscavam também analisar os prós e contras dos efeitos na sociedade (e, principalmente, na família) do aumento de mulheres no mercado de trabalho. À medida que os modelos experimentais (principalmente a observação) eram as bases

para a produção de conhecimento científico, pesquisadores tendiam a observar a organização social vigente, considerando-a como referência de “normalidade” (COTT, 1991). Exemplo disso pode ser percebido em pesquisas de “sociólogos masculinos aparentemente mais solidários com as aspirações feministas” que advertiam que a mulher “insensível ou endurecida” pela vida profissional acabaria por repelir os homens (GUNNING, 2004).

Outra linha relevante que se desenhou nesta época foi o ativismo feminista que contribuiu para a conquista de direitos civis importantes para as mulheres (CARMO, 2012). Feministas como Emmeline Pankhurst, Edwards-Pilliet, Pauline Roland, Regina Terruzzi, George Sand, Jules Saudeau (MAUGUE, 1991) lutavam pela emancipação das mulheres do sistema de sexo-gênero, ressaltando em seus escritos e movimentos a capacidade das mulheres de acederem a cargos que,

historicamente, eram considerados como exclusivamente de propriedade dos homens.



Figura 5 – Mulheres já não são tão domesticáveis

No lugar da afirmação de noções identitárias de feminilidade, que se estruturavam na premissa de passividade e docilidade associada ao corpo feminino, reivindicava-se a ampliação de direitos sociais das mulheres, bem como o reconhecimento de que elas eram capazes de aceder a posições de poder. O cartaz expresso na figura 5 ironiza uma inversão das relações hierárquicas de dominação entre mulheres e homens, demonstrando que elas já não eram tão domesticáveis como outrora.

Nesta conjuntura, a luta pelo igualitarismo sufragista (direitos sociais e políticos iguais) entre homens e mulheres se consolidou como um mote que contribuiu para unificar e consolidar a articulação de grupos de mulheres em diferentes países da Europa e Estados Unidos da América. Nesse período, a possibilidade de uma mulher votar era encarada com desconfiança, como se o ato de participar mais ativamente da cena política, por meio de escolha de seus representantes, incorresse em risco

a um modelo tradicional de feminilidade que restringia as experimentações das mulheres ao âmbito privado.

Linhas que se organizaram em torno do movimento sufragista feminino europeu e estadunidense reverberaram no Brasil e fomentaram a organização de grupos de mulheres que reivindicaram o direito ao voto. Como exemplo de dificuldades vivenciadas pelas mulheres em outros países, ressalta-se a resistência dos homens brasileiros em aceitar o sufrágio feminino, como se verifica no trecho a seguir:

[...] a oposição ao sufrágio feminino no Brasil baseou-se na suposta nobreza, pureza e domesticidade das mulheres [...]. A mulher deveria ser um anjo confortador, companheira amorosa de seu homem e a deusa do lar, mas nunca sua adversária ou rival na luta cotidiana da vida. Para os positivistas, a mulher constituía a parte moral da sociedade, a base da família, que por sua vez era a pedra fundamental da nação (HAHNER, 1981, p. 85).

Essas resistências impactaram de modos variados as conjunturas políticas dos países, o que implicou o fato de mulheres de diferentes nacionalidades terem conquistado o direito ao voto em momentos diferentes. O primeiro lugar no mundo onde as mulheres obtiveram o direito ao voto foi o estado do Wyoming, nos Estados Unidos, em 1869. A Nova Zelândia, em 1893, foi o primeiro país a conceder a elas o direito ao voto em nível nacional (RIBEIRO, 2008). O direito ao voto feminino só foi possível às inglesas em 1918, contudo, só quando elas tivessem 30 anos (idade em que aumenta a probabilidade de elas estarem casadas). Na França, a Câmara dos Deputados aprovou em 08 de maio de 1919 o direito das mulheres votarem.

No Brasil, o Rio Grande do Norte foi o primeiro estado a reconhecer o direito feminino ao voto, em 1927, e as mulheres ganharam o direito de votar nas eleições nacionais com o Código Eleitoral Provisório de 1932, entretanto, só mulheres casadas (desde que autorizadas pelo marido), solteiras e viúvas que tivessem a sua própria renda. No ano seguinte, Carlota Pereira de Queiroz, uma médica paulista, foi a primeira brasileira a ser eleita deputada federal e, inclusive, participou dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte

entre 1934 e 1935. As restrições ao voto feminino foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934, que, no entanto, ditava a obrigatoriedade de votar apenas para os homens (DIREITO..., 2008).

Há de se ressaltar, contudo, que, embora o movimento feminista tenha se configurado em torno de um discurso crítico ao sexismo na sociedade ocidental, também refletia, naquele momento, as ansiedades e expectativas de mulheres brancas de elite. As múltiplas experiências de vida entre as mulheres não eram contempladas na pauta do movimento, sendo que apenas em meados do século XX evidenciam-se movimentos críticos a racionalidades colonialistas, articulados por mulheres negras, chicanas e lésbicas (OLIVEIRA, 2010).

Embora as mudanças destacadas neste capítulo tenham provocado avanços no campo dos direitos femininos, um olhar mais atento para a complexidade de linhas que se intercruzavam naquele momento faz notar que movimentos emancipatórios coexistiam com movimentos de readequação da “nova mulher” a modelos de inteligibilidade de gênero. Para elucidar esta análise, observa-se que o aumento de mulheres nas Universidades (nos anos 1920, as mulheres representavam quase a metade dos estudantes universitários em alguns países da Europa), aconteceu concomitantemente à evidência também do aumento do número de casamentos (COTT, 1991).

Logo nas duas primeiras décadas do século XX, já se notava também uma tendência à diminuição do número de filhos nos casamentos, o que se tornou possível devido à divulgação de diferentes técnicas contraceptivas, como o coito interrompido, o aborto, o surgimento do diafragma e do preservativo masculino. Entretanto, a diminuição da quantidade de filhos implicou o aumento das exigências de que as mulheres cuidassem com maior dedicação da educação deles. Para tanto, foram disseminadas uma série de normativas científicas e conselhos de como ser uma boa mãe e cuidar da família, como se verifica a seguir:

As expectativas em matéria de saúde e bem-estar excediam as de gerações anteriores, e as donas de casa encaravam a sério a oportunidade de melhorar a saúde e a segurança das suas famílias, porque, à sua volta, os especialistas de economia doméstica e os publicitários proclamavam que se uma dona de casa cuidasse convenientemente do seu lar contribuiria para o conforto, o ajustamento

e a eficiência dos seus entes queridos (COTT, 1991, p. 107).

Assim, o emaranhado de linhas que se articulava em alguns países nos primeiros anos do século XX possibilitou a continuidade de movimentos emancipatórios e conservadores na população. Essas movimentações acarretaram reverberações no Brasil que, neste mesmo período, também vivenciava intensas transformações econômicas, tecnológicas, urbanas e sociais. Daqui em diante serão analisados os reflexos dessas articulações no país, principalmente na vida de mulheres e homens, o que implica, por vezes, uma sensação de repetição de conteúdos que já foram descritos anteriormente. Porém, é exatamente na tentativa de repetir alguns modelos e modos de vidas estrangeiros, que a elite brasileira instaurou no país um processo de modernização da população e das cidades a qualquer custo.

Estimulada por um novo dinamismo no contexto da economia internacional, a elite se espelhava nos modelos europeu e estadunidense de vida como padrões a serem apresentados e seguidos pela sociedade brasileira. Iniciou-se um processo de reorganização social e urbana de determinadas cidades, que buscavam imitar, principalmente, o cenário parisiense, bem como práticas de coerção a modos de vida das classes populares (SEVCENKO, 1998). Ainda que práticas regulatórias se pulverizassem rapidamente no país, este processo de “regeneração” não foi aceito passivamente por grande parte da população, que reagiu de diferentes modos a essas imposições⁷.

⁷ Destacam-se dois movimentos de resistência importantes no Brasil, o povoado de Canudos e a Revolta das vacinas. Canudos foi o nome dado a um pequeno vilarejo no sertão da Bahia, constituídos por um grupo de pessoas que estavam atordoados pela imposição do processo de urbanização e que buscaram viver de modo mais simples. Já a Revolta da Vacina foi um motim que aconteceu em 1904, no Rio de Janeiro, composta por um grupo de pessoas cansadas de se submeter aos imperativos governamentais de modernização da cidade, considerada como a vitrine do Brasil no exterior, o que implicou na expulsão dessas pessoas do centro da cidade e a obrigação de que estas fossem vacinadas contra a varíola (SEVCENKO, 1998).

Em 1904, o processo de “regeneração” da população se fortaleceu com a inauguração da avenida central do Rio de Janeiro, “eixo de um novo projeto urbanístico da cidade, contemplada com um concurso de fachadas que a cercou de um décor arquitetônico *art nouveau*, em mármore e cristal, combinado com os elegantes lampiões da moderna iluminação elétrica e as luzes da vitrine das lojas de artigo finos importados” (PATARO, 2010, p. 13). Nessa avenida, eram frequentes os desfiles de moda, onde rapazes circulavam com trajes ingleses e as damas exibiam as últimas extravagâncias dos tecidos, cortes e chapéus franceses. As pessoas que não tinham condições econômicas de se vestir “adequadamente”, tinham seu acesso restrito ao centro da cidade. Sevckenko (1998) descreve que, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, homens e mulheres da elite brasileira se cumprimentavam com a frase “*Vive la France*”, sendo que as festas populares, principalmente o carnaval, já não se compunham

de fantasias e músicas populares, mas sim de pierrôs e colombinas bem comportados, típicos do carnaval de Veneza.

O cartaz publicitário acima (figura 6) é um exemplo das imagens que circulavam na publicidade no início do século XX no Brasil: a figura da mulher loira, de olhos azuis e pele branca, com um chapéu típico da moda francesa, retrata um modelo de estética a ser almejado, o da mulher europeia. O enunciado que se articula nas mensagens também associa a mulher (bem como o suco de laranja) a ideias de pureza, higiene e superioridade, o que contribuiu para afirmar um modo “normal” de ser mulher, assim como representações negativas em torno de outras etnias e raças, em especial da raça negra, apesar da evidência do Brasil como um país altamente miscigenado.

A variedade de questionamentos, experiências e linguagens novas que se apresentavam no Brasil, resultou em diferentes impactos na vida da população. Destacam-se, principalmente, os movimentos de mulheres que, influenciadas pelas articulações feministas de outros países,



Figura 6- A imagem da mulher europeia em cartaz publicitário

posicionaram-se contrárias a discursos e imagens que restringiam as *performatividades* femininas a atividades domésticas, maternas e conjugais. Elas exigiam maior inserção nos espaços públicos e direito a ter acesso a prazeres. A brasileira Ercília Nogueira Cobra, por exemplo, escreveu em 1924, sem a utilização de um pseudônimo masculino (fato

raro no país), um ensaio intitulado “Virgindade anti-higiênica”, no qual defendia a liberdade sexual para as mulheres (MALUF; MOTT, 1998). Como reflexo dessas articulações, era possível vislumbrar nas grandes cidades do país mulheres de classe média e alta passeando em espaços públicos acompanhadas de suas amigas, com novas roupas, novos hábitos, novos gestos.

Essas mudanças estão evidentes também no *cartoon* à esquerda (figura 7), divulgado no Brasil em 1913. A figura do homem “paquerador” que diz: - *Ó minha flor, dê-me um sorriso por esmola* é ironizada pela resposta da mulher que, de modo firme, responde: - *Impossível. Deixe a bolsa em casa*. A “nova mulher”, com roupas ousadas e um cabelo a

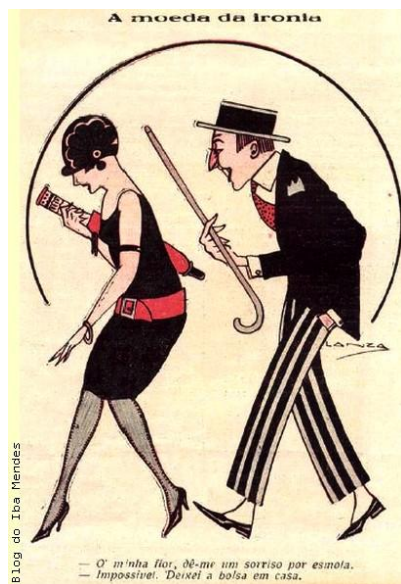


Figura 7 – A moeda da ironia
(cartoon)

la garconne, não se sente intimidada e demonstra, por meio de sua resposta, que algumas mulheres já não aceitavam de bom grado aceder aos modelos de inteligibilidade de gênero, que as localizavam como passivas e frágeis, submetidas ao jugo e desejo dos homens.

Por outro lado, e de modo muito mais intenso e evidente, este momento foi marcado pela crítica e coibição de setores conservadores da população aos movimentos emancipatórios de mulheres, assim como analisam Maluf e Mott:

As mudanças no comportamento feminino ocorridas ao longo das três primeiras décadas deste século [XX] incomodaram conservadores,

deixaram perplexos os desavisados, estimularam debates entre os mais progressistas. Afinal, era muito recente a presença das moças das camadas médias e altas, as chamadas “de boa família”, que se aventuravam sozinhas pelas ruas da cidade para abastecer a casa ou para tudo o que fizesse necessário (1998, p. 368).

A exemplo de movimentos conservadores que se teciam em países da Europa e dos Estados Unidos, um forte movimento em prol da defesa de determinadas instituições basilares da sociedade, como a família burguesa, também se desenhou no Brasil (MALUF; MOTT, 1998). A mulher “sensata”, principalmente se fosse casada, era ensinada a não sair à rua com um homem que não fosse o seu pai, irmão ou marido e a não se perder nas frivolidades do mundo moderno, como é possível verificar em um trecho da revista *Feminina*, um importante periódico lido pelas mulheres na época:

Hoje em dia, preocupada com mil frivolidades mundanas, passeios, chás, tangos e visitas, a mulher deserta do lar. É como se a um templo evadissem um ídolo. É como se a um frasco evolasse um perfume. A vida exterior, desperdiçada em banalidades, é um criminoso esbanjamento de energia. A família se dissolve e perde a urdidura firme e ancestral dos seus liames. “Rumo à cozinha”! Eis o lema do momento (MALUF; MOTT, 1998, p. 372).

Em consonância com as prerrogativas familialistas, a *Revista Feminina* (MALUF; MOTT, 1998, p. 394-396) anunciou algumas regras que deveriam ser seguidas por mulheres “sensatas” no início do século XX:

- I- Ama teu esposo acima de tudo na terra e ama o teu próximo da melhor forma que puderes; mas lembra-te de que a tua casa é de teu esposo e não do teu próximo;
- II- Trata teu esposo como um precioso amigo; como a um hóspede de grande consideração e nunca como uma amiga a quem se contam as pequenas contrariedades da vida;

III- Espera teu esposo com teu lar sempre em ordem e o semblante risonho; mas não te aflijas excessivamente se alguma vez ele não reparar nisso;

IV- Não lhe peças o supérfluo para o teu lar; pede-lhe sim, caso possas, uma casa alegre e um pouco de espaço tranquilo para as crianças;

V- Que teus filhos sejam sempre bem-arranjados e limpos; que ele ao vê-los assim possa sorrir satisfeito e que essa satisfação o faça sorrir quando se lembre dos seus, em estado ausente;

VI- Lembra-te sempre que te casaste para partilhar de teu esposo as alegrias e as tristezas da existência. Quando todos o abandonarem fica tu a seu lado e dize-lhe: Aqui me tens! Sou sempre a mesma;

VII- Se teu esposo possuir ventura de ter sua mãe viva, seja boa para com ela pensando em todas as noites de aflição que terá passado para protegê-lo na infância, formando o coração que um dia havia de ser teu;

VIII- Não peças à vida o que ela nunca deu para ninguém. Pensa antes que se fores útil poderás ser feliz;

IX- Quando as mágoas chegarem não te acovardes: luta! Luta e espera na certeza de que os dias de sol voltarão;

X- Se teu esposo se afastar de ti, espera-o. Se tarda em voltar, espera-o; ainda mesmo que te abandone, espera-o! porque tu não és somente a sua esposa; és ainda a honra do seu nome. E quando um dia ele voltar, há de abençoar-te.

Assim, apesar da evidência de mulheres brasileiras que questionaram os limites reguladores de gênero no início do século XX, perspectivas conservadoras eram mais frequentes. Em consonância com essas prerrogativas, o Código Civil de 1916 do Brasil legitimava a relação de inferioridade da mulher no âmbito conjugal, sendo o homem responsável pela administração dos bens comuns do casal, enquanto a mulher deveria cuidar dos “assuntos menores” (MALUF; MOTT, 1998).

A despeito da circularidade destas (entre outras) estratégias normalizadoras da população, grande parte dos brasileiros não se adequava aos padrões de comportamento esperados pela elite. Muitas relações conjugais, por exemplo, continuavam a se constituir de maneiras não formais, sendo apenas uniões consensuais. Em diversas famílias, e principalmente pelas dificuldades financeiras, as mulheres trabalhavam fora desde muito cedo, tendo ainda que lidar com os cuidados da casa e filhos (MALUF; MOTT, 1998). Estes modos de

vida, no entanto, eram comumente fiscalizados e submetidos a medidas prescritivas e violentas, que fomentaram processos intensos de estigmatização das vivências e expressões culturais de grande parte do povo brasileiro nas primeiras décadas do século XX.

Esses movimentos conservadores, articulados em meio a conjunto de linhas que se teceram em países da Europa, Estados Unidos e Brasil, tornaram-se ainda mais evidentes e fortes no período entre as duas Grandes Guerras Mundiais, o que resultou em múltiplos efeitos, como se verifica a seguir.

Capítulo 4

Mulheres em guerra: embates entre novas e velhas perspectivas de gênero.

A euforia que marcou os primeiros anos do século XX resultou em avanços no campo dos direitos femininos, o que gerou receio dos homens de perder o controle sobre as mulheres. A explosão da Primeira Guerra Mundial interrompeu, em parte, esse processo de conquistas,



Figura 8– O homem vai à guerra

pois se desenvolveu em meio a campanhas que buscavam resgatar a “honra masculina” e restabelecer a mulher na sua condição “natural”. Nesse sentido, a guerra surgiu como um pretexto para a restauração de modelos inteligíveis de masculinidade e feminilidade, que se sustentaram na valorização das imagens do homem viril e combatente e da mulher frágil e cuidadora, como se pode verificar no cartaz à esquerda (figura 8).

Moura (2007) afirma que as guerras e conflitos armados contribuem para produção e legitimação do sistema de sexo-gênero pautado pela matriz heterossexual, que se articula na afirmação de um modelo de masculinidade dominante (heterossexual, homófobo, misógino e violento) e na contraposição de “masculinidades e feminilidades silenciadas” (p. 26), consideradas frágeis e docilizáveis. Nesse sentido, campanhas governamentais divulgadas no início da guerra retratavam mulheres desamparadas, ao mesmo tempo em que situavam os homens em posturas viris, como demonstra a figura 8. Destaca-se, ainda, que havia um tom racista nessas campanhas, pois os personagens apresentados como exemplos de boa conduta eram majoritariamente brancos.

As campanhas exaltavam também a disposição “natural” dos homens para a guerra e defesa de suas famílias e nação. Cartazes convocam os soldados com argumentos de que eles deveriam alistar-se porque eram “homens”, como se nesta descrição já estivesse subjacente a disponibilidade necessária para guerrear. O cartaz “*Join the navy*” (figura 9) solicita aos homens que “*entrem para a marinha: o serviço do homem combatente – Serviço Naval deseja um ilimitado número de homens – O jeito*

certo – Se cadastre em qualquer recrutamento da marinha” (tradução da autora). Os enunciados no corpo do texto trazem implícita a ideia de que existe um “*Right away*” (jeito certo) de ser homem que se articula por meio da *performatividade* do combatente viril, heterossexual, branco e responsável pela proteção de sua pátria.



Figura 9 - Join the Navy

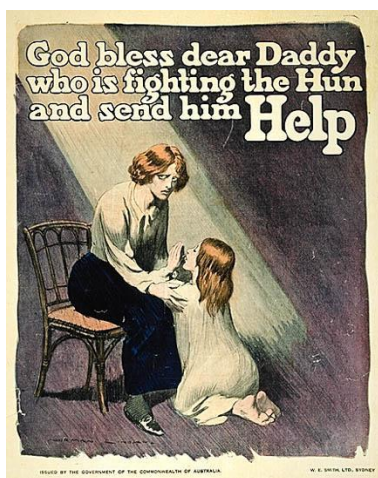


Figura 10 - God bless dear Daddy

Já as mulheres eram, geralmente, retratadas nos cartazes com olhares piedosos e assustados, como se elas fossem incapazes de sobreviver sem os homens. O cartaz à esquerda (figura 10) mostra a imagem de uma mulher e sua filha em posição de reza pelo marido/pai soldado: “*Deus abençoe o querido papai que está lutando contra o inimigo e envie a ele ajuda*” (tradução da autora), em que fica clara a insinuação de que as mulheres deveriam aguardar passivamente o retorno dos homens e, enquanto isso, garantir o cuidado da casa e da família.

Um cartaz oficial do governo britânico, “*Womem of Britain say 'go'!*”⁸ (figura 11), ilustrava a aflição e resignação das mulheres com a partida

⁸ Mulheres da Grã-Bretanha dizem: “vá!”

dos seus protetores, como é possível verificar na figura à direita. Nota-se que elas eram “convidadas” a incentivar os homens a aderirem aos combates, como prova de seu amor à nação. Ou seja, a eles, a defesa da pátria estava associada à ação no espaço público, nos campos de guerra; a elas, a defesa se articulava no cuidado da casa e da família, na espera resignada do retorno de seu homem amado. Assim, reafirmava-se, por meio da publicidade, modelos de inteligibilidade de gênero.

Contudo, logo no primeiro ano da guerra (1914) foi possível perceber que ela não seria resolvida com rapidez, sendo que as reservas industriais se tornariam escassas em pouco tempo, assim como as reservas pessoais que garantiram que muitas mulheres de classes média e alta não trabalhassem no início dos combates.

Embora fossem pagos subsídios governamentais às mulheres, estes eram disponibilizados de forma lenta e não atendiam suficientemente as necessidades cotidianas. Nesse sentido, a figura amplamente associada às mulheres, no início da guerra, de esposa abdicada tomou um novo contorno, pois era necessário que elas assumissem a produção industrial. Surgem, então, cartazes que exaltavam a figura de mulheres “combatentes” nos campos da indústria e nos cuidados da saúde dos soldados. Ressalta-se, contudo, que os empregos assumidos por mulheres eram claramente definidos (em campanhas governamentais, publicidade e contratos de trabalho) como propriedade dos homens ao término da guerra, sendo que, na Alemanha, por exemplo, as mulheres eram obrigadas a assinar a sua contratação junto com a sua futura carta de demissão. Logo, nota-se que o fato de as mulheres assumirem novos campos de trabalho não aconteceu como uma conquista de direitos, muito menos como um reconhecimento da sua capacidade em trabalhar, mas sim porque a mão de obra delas era necessária para a continuidade da guerra. Ainda que tenham ocupado novos espaços na sociedade, esses eram anunciados como um “empréstimo” provisório durante os combates.



Figura 11 - Woman of Britain say "Go!"

Diversas estratégias foram produzidas com o objetivo de “convidar” as mulheres a assumirem empregos na indústria e setor terciário. Em 1915, surgiram as primeiras circulares ministeriais voltadas aos donos de indústria, solicitando abertura para as mulheres nas linhas de produção e, em Paris, ampliaram-se as agências de emprego com anúncios voltados especificamente a elas. No dia 7 de agosto de 1914, o presidente do conselho, René Viviani, lança um apelo às mulheres francesas para que elas assumam o trabalho nas fábricas:

De pé, mulheres francesas, crianças, filhos e filhas da Pátria! Substituí no campo de trabalho aqueles que estão no campo de batalha. Preparai-vos para lhes mostrar, amanhã, a terra cultivada, as colheitas armazenadas, os campos semeados! Nesta hora grave, não existem trabalhos desprezíveis. É grande tudo o que serve o país! Em ação! Mãos à obra! Amanhã a glória será para todos (THÉBAUD, 1991, p. 37).

Há de se observar, contudo, que a maioria das campanhas tinha um especial apelo voltado às mulheres camponesas e de camadas



Figura 12 – Deveres femininos em tempos de guerra

populares, para que elas assumissem prontamente a produção industrial, principalmente a fabricação das munições. O cartaz “*On her their lives depend – These women are doing their bit – Learn to make munitions*”⁹ (figura 12) exemplifica o quanto o trabalho das mulheres na fábrica era disseminado como um dever feminino em tempos de guerra, um meio de elas ajudarem seus maridos e a nação. Ao analisar outros cartazes lançados durante a

⁹ A vida deles depende delas – Estas mulheres estão realizando sua tarefa – Aprenda a fazer munição.

primeira guerra, nota-se a satisfação com que as personagens femininas são retratadas, ao mesmo tempo em que homens combatentes são apresentados com expressões faciais de dor e sofrimento. Há subjacente a ideia de que a “carga” maior é sempre a dos homens, na manutenção da família e na guerra.



Figura 13 - Come to the factories

O cartaz “*Come into the factories*”¹⁰ (figura 13) elucida a posição que as mulheres eram “convidadas” a ocupar na guerra. Na imagem, o júbilo com que a operária convoca outras mulheres britânicas a assumirem lugar de “retaguarda” dos soldados, na produção de instrumentos bélicos, está em consonância com uma *performatividade* de feminilidade considerada natural, da esposa-mãe que garante o cuidado do lar e da família para que seu marido possa trabalhar com segurança.

Discursos jornalísticos e campanhas publicitárias localizavam o trabalho feminino como necessário, porém, avesso à “natureza” frágil e sensível das mulheres, como é possível verificar na descrição do modo como as operárias eram vistas durante a guerra, publicada no jornal *J'ai vu* em 16 de Junho de 1917:

Ao apelo da Pátria em perigo, as mulheres da Grande Guerra responderam oferecendo todas às forças. Usando o fato de trabalho dos operários, vimo-las nas fábricas a tornear os obuses, a fundir o aço para os canhões, a fabricar explosivos. E nessa atmosfera de morte, entre esses duros trabalhos de homens, tão rudes para os seus frágeis braços, souberam continuar a ser mulheres e conservar toda a sua graça (A HISTÓRIA, 2013).

¹⁰ Mulheres britânicas, venham para as fábricas.

A ideia de uma “natureza” feminina, que se articula principalmente na frase “souberam continuar a ser mulheres e conservar toda a sua graça”, alude novamente ao fato de o trabalho nas fábricas ser considerado como temporário para as mulheres e avesso às suas capacidades. Na citação, as mulheres são elogiadas como aquelas que estão se esforçando pelo amor aos homens e que, por isso, encontram forças para superar suas limitações. Nesse sentido, o elogio se converte em legitimação de uma perspectiva identitária que reafirma o feminino como amorosa e cuidadora.

Nessa conjuntura, a figura da enfermeira foi também amplamente utilizada como referência feminina da guerra. Muitas mulheres assumiram postos nos hospitais auxiliares da Cruz Vermelha e foram retratadas com louvor por artistas da guerra. O cartaz “A maior mãe do mundo”, retratava uma enfermeira gigante cuidando de um homem em miniatura imobilizado numa maca (COTT, 1991), o que sugere uma correlação entre enfermagem e instinto materno. Os meios de comunicação, portanto, enalteciam a imagem da enfermeira caridosa ou da madrinha de guerra, que salva, cuida e consola os homens, o que contribuiu para afirmar uma determinada perspectiva naturalizante de feminino. Muitas campanhas associavam a enfermeira a uma mãe sagrada, como pode ser verificado na imagem do cartaz “*Keep this hand of mercy at its works*”¹¹ (figura 14), em que uma luz vinda do céu abençoa o trabalho da “santa” enfermeira. O braço gigante e colorido que protege os pequenos e indefesos feridos de guerra faz alusão à imagem da bendita mãe que cuida de seus filhos frágeis.

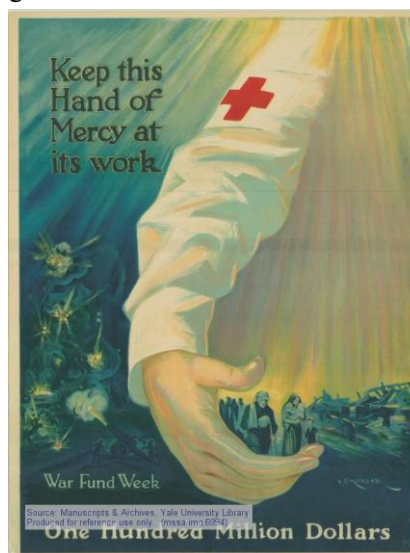


Figura 14 – *Keep this Hand of Mercy at its work*

¹¹ Mantenha essa mão misericordiosa no seu trabalho.

Mensagens e enunciados que circulavam nas campanhas, matérias jornalísticas, pronunciamentos, entre outros meios de comunicação, tiveram forte impacto nos modos como muitas mulheres se posicionaram durante os combates. Neste período, grupos de feministas afirmaram que as mulheres deveriam ser solidárias às dificuldades vivenciadas pelos homens na guerra e dedicar-se exclusivamente ao cuidado do Estado e da família. Em 1914, a feminista Marguerite Durand faz um apelo no jornal francês *La Fronde*: “Mulheres, o vosso país precisa de vós, sejamos dignas de ser cidadãs, que o nosso objetivo [o direito de voto] seja reconhecido quer não” (THÉBAUD, 1991, p. 36). A feminista Jane Mismo também escreveu no primeiro número do jornal *La Française* na guerra: “Enquanto durar a provação que faz sofrer o nosso país, não será permitido ninguém falar aqui dos seus direitos; agora só temos para com ele, deveres” (THÉBAUD, 1991, p. 36).

O aumento do acesso das mulheres ao trabalho despertou o

interesse de muitas em se associar ao exército e/ou aeronáutica. Em decorrência disso, surgiu em 1918 na Inglaterra um corpo auxiliar do exército formado exclusivamente por mulheres, o *Women's Army Auxiliary Corps* - WAAC, tendo no final da guerra contabilizado 40.000 mulheres soldadas (THÉBAUD, 1991, p.42). Porém, houve muitas resistências à sua inserção nos campos de batalha, sendo que elas eram constantemente boicotadas ou ridicularizadas. Um postal ilustrado, chamado “Indústria próspera e paixão nacional”, retratava o tema das mulheres combatentes com figuras de mulheres com roupa decotada e sexy.

O cartaz à esquerda (figura 15)

elucida um tipo de imagem que era comumente divulgada em relação às mulheres que pretendiam combater na



Figura 15 – *Coming right up!*

guerra. A soldada loira, maquiada e com roupas sensuais se apresenta na figura; junto com um avião a mensagem “*coming right up!*”¹², o que sugere uma ereção masculina. O desejo de se associar às forças armadas e/ou aeronáutica era correlacionado à hipersexualidade, vaidade e futilidade. Nesse sentido, ressaltam-se as tentativas de ridicularizá-las, por meio de insinuações de que os objetivos das soldadas eram mais superficiais do que os dos homens ou que refletiam hormônios femininos exacerbados.

A resistência do governo e da população francesa às mulheres soldadas foi um pouco mais amena, sendo a entrada delas no exército permitida em 1916, mas apenas em funções administrativas no escritório do Ministério da Guerra, com horas de entrada e saída diferentes das dos homens. Em Londres, a criação de um corpo oficial feminino recrutava as mulheres para servir como cozinheiras e empregadas de escritório ou mecânica. “Isto, no entanto, sem conseguir acabar com as críticas contra essas mulheres, acusadas de desonrar o uniforme do rei, banhada com sangue dos soldados, de renegar seu sexo e de “macaquear” os homens numa paródia de mau gosto; fortemente suspeitas também de imoralidade, se não de homossexualidade” (THÉBAUD, 1991, p. 44). Portanto, a “aceitação” das mulheres nas forças armadas e aeronáutica se tornou palatável desde que elas atuassem nesses espaços com suas atribuições femininas “naturais”, como cozinheiras e secretárias. Mulheres que reivindicavam exercer funções ditas masculinas, como atuar nos campos de combate e pilotar aviões de guerra, foram representadas como desviantes, sendo associadas à homossexualidade (que era rapidamente interpretado como um desejo de “ser” homem) e/ou indecência, que se materializava na figura da “prostituta”.

No mundo operário, a hostilidade com o trabalho feminino era ainda maior, pois havia um receio de que elas concorressem com os homens. Exemplos de atitudes misóginas perante o trabalho das mulheres podem ser notados no enfurecimento de famílias populares dos meios politizados de Turim na Itália contra as operárias da fábrica de carros Fiat, e no pronunciamento do representante do Ministério do Interior perante a comissão do Reich em 1917: “*Quando observamos hoje em dia as mulheres que trabalham nas tarefas mais duras, temos, por vezes, de observar bem para ver se temos perante nós uma mulher ou um homem*” (THÉBAUD, 1991, p. 44). Destaca-se, ainda, um trecho

¹² Subir já!

do artigo publicado no jornal *Mercure de France* pelo médico francês, Dr. Hout, em que ele “denuncia” a entrada das mulheres no trabalho como um risco à sociedade, devido à ameaça de “*anarquia moral que resulta na confusão dos sexos*” (THÉBAUD, 1991, p. 45).

Críticas às mulheres podem ser também encontradas nos textos de romancistas e poetas ingleses e americanos, como D. H. Lawrence, T. S. Eliot, Wilfred Owen, Siegfried Sasson e Ernest Hemingway, que descreveram a guerra como uma “reviravolta apocalíptica no combate dos sexos, como um sacrifício dos rapazes aos pais e às mulheres” e um “festival de excessos femininos” (THÉBAUD, 1991, p. 48). As descrições desses escritores anunciavam, ainda, uma crise de masculinidade após o término da guerra, que se fazia presente nas imagens que circulavam em seus escritos de homens paralisados, estéreis ou mutilados. Os escritores Paulo Fussell e Eric Leed descreveram em suas obras as consequências psicológicas da guerra sobre os combatentes, elencando as vivências das mulheres nos espaços públicos como um dos motivos que contribuíram para desestabilizar emocionalmente os soldados.

Na tentativa de restaurar a masculinidade ferida, propagandas e textos jornalísticos, divulgados durante os combates e, principalmente, ao término da Primeira Guerra, referiam-se aos soldados a partir da exaltação de determinadas características, como a coragem e a virilidade. O jornal *The illustrated war news* apenas fotografava homens em ocupações viris, sendo as fotos acompanhadas de comentários que rechaçavam as perspectivas igualitárias entre os sexos. Campanhas publicitárias sugeriam também que, na ausência dos homens, o Estado deveria ocupar o lugar de “proteção” e vigilância das mulheres, da família e dos costumes. Considerações sobre a importância da família eram comuns, sendo que a preocupação com a queda da natalidade e o alto número de mortes durante a guerra (nove milhões de mortes, em sua maioria de homens jovens) foi motivo para a circulação de uma política demográfica coercitiva e culpabilizadora de homens e mulheres que não acedessem a modos de vida tradicionais.

O retorno dos soldados ao término da guerra, bem como o culto aos mortos em combates, fortaleceu o processo de adequação da vida de homens e mulheres ao sistema de sexo-gênero. Outra estratégia apregoadada foi a de “convidar” as mulheres a cederem os lugares que, durante a guerra, conquistaram na produção fabril aos seus “verdadeiros” proprietários, os homens. Elas foram, ainda, pressionadas

a regressar para as suas *performatividades* “naturais”, no cuidado afetivo e passivo do lar e da família, por meio de argumentos que circulavam em jornais, campanhas publicitárias e estatais que elogiavam a mulher dona de casa, associando-a a uma rainha.



Figura 16 – A sacerdotiza do lar se orgulha do seu lar, que gosta de fazer bem as coisas, para que ele se sinta orgulhoso dela e dos seus filhos” (SOHN, 1991, p. 119).

A imagem da mulher dona de casa continuava relacionada ao consumo, sendo que, principalmente nos Estados Unidos da América, bem como em alguns países da Europa, as propagandas elogiavam a imagem da mulher que, com alegria e dedicação, desejava adquirir produtos industriais para garantir o bem estar e cuidado de sua família. A ideia de felicidade está necessariamente associada à ideia de uma *performatividade* feminina dita “natural”, que se articula em consonância com a matriz heterossexual.

Nesse sentido, salienta-se que as experimentações de muitas mulheres durante a guerra não subverteram o sistema de sexo-gênero, sendo que, distante das aspirações igualitárias que caracterizaram o início do século XX, o período do pós-guerra marcou um retrocesso na luta pelos direitos das mulheres, como analisa Thèbaud (1991, p. 31): “O final da guerra mostrará quão frágil foram as suas conquistas, quão conservadora é a guerra em matéria de relação entre os sexos e até que ponto se pôde fazer regressar as mulheres ao lar e as tarefas do seu sexo.”.

(figura 16), que foi uma imagem que se consolidou nos cenários das artes, literatura e obras científicas no século anterior e que aludia à mulher frágil, que necessita da proteção do pai e/ou marido e que “naturalmente” anseia pela experiência da maternidade e responsabilidade de educar os filhos, bem como do cuidado do lar (SOHN, 1991). Em consonância com esta perspectiva, destaca-se um trecho da matéria publicada pela revista *Housewife* no final da guerra: “Feliz do homem cuja mulher

Contudo, a separação de homens e mulheres durante alguns anos, devido aos combates bélicos, possibilitou que muitas mulheres vivessem sem a intervenção controladora dos homens, tendo acesso a novas formas de prazer e de sociabilidade, assim como maior desenvoltura para transitar em espaços públicos. Essas experimentações resultaram em novos aprendizados e composições de vidas, sendo que muitas já não eram as mesmas de outrora, como analisa Thébaud (1991, p. 83/84): “A aquisição mais evidente e mais geral parece ser a conquista de uma liberdade de atitudes e de movimento, aprendida na solidão e no exercício da responsabilidade. Desembaraçado dos entraves do espartilho, das roupas compridas e apertadas, dos chapéus incomodativos e por vezes das cuias, o corpo feminino começa a poder mexer-se”. Nesse sentido, no período entre as duas grandes guerras, surgem novas práticas que, aos poucos e em torno de diversas críticas, foram gradualmente se mesclando ao cotidiano das mulheres, como transitar sozinhas pelas ruas, explorar sua sexualidade e, por vezes, decidir a sua vida.

Durante a Primeira Guerra Mundial, o Brasil vivia um momento de prosperidade, pois as demandas dos países beligerantes implicaram a necessidade de desenvolvimento das indústrias nacionais para exportação e importação de produtos. Um dos efeitos do desenvolvimento industrial foi a intensificação das práticas de consumo e da assimilação das elites brasileiras de estilos de vida estrangeiros, que foram amplamente instigados pela publicidade e meios de comunicação de massa. O acesso a revistas ilustradas, a difusão das práticas desportivas, a popularização do cinema são fatos que contribuíram para fazer circular ideias e informações sobre movimentos que aconteciam em outros países (RAGO, 2011).

Nesta conjuntura se intensificavam os acessos de mulheres brasileiras, principalmente das classes médias e populares, a instâncias públicas. Ainda que a dimensão privada fosse amplamente divulgada como *lôcus* das mulheres, o espaço doméstico esteve à mercê das interferências de um Brasil que buscava alinhar os ponteiros do relógio com o mundo moderno. No processo de urbanização do país durante a Primeira Guerra Mundial, a mulher brasileira também experimentou novas possibilidades de acesso ao trabalho, aos estudos e o trânsito (sem acompanhantes) por avenidas, casas noturnas, comércios, teatros, entre outros espaços. Essas vivências infiltravam, ainda que lentamente, os modos como a vida de homens e mulheres se tecia.

No período após a Primeira Guerra Mundial, é possível destacar também algumas imagens de mulheres que circularam com mais evidência nos meios de comunicação de massa, e que contribuíram para afirmar uma suposta “normalidade” de determinadas *performatividades* femininas, ou para desestabilizar modos instituídos de vida. Os binarismos dessas imagens se materializava em figuras antagônicas que, nos anos 1920, articulavam-se na publicidade: a “rainha do lar”, já descrita anteriormente, e a *flapper* e a *garçonne*.



Figura 17 – A *garçonne*

Movimentos emancipatórios que se conjugaram nas primeiras décadas do século XX interferiram de diferentes formas nos modos como mulheres e homens se subjetivaram, principalmente as mais jovens, que resistiram a reproduzir *performatividades* inteligíveis de gênero. Na Inglaterra, embora de maneira mais discreta, a jovem emancipada se concretizou na figura da *flapper*, que era adepta ao estilo *dancing* e as saias curtas. Na França, surgiu a figura da *garçonne*, mulher que, além de impor sua liberdade sexual e moral, luta pela sua independência financeira. A *garçonne* surgiu na década de 1920, em meio aos “anos loucos”, eufóricos e alegres pelo fim da Primeira Guerra Mundial e representava a emancipação feminina principalmente através da moda. Como característica principal, a *garçonne* mantinha os cabelos curtos, como se verifica no cartaz acima (figura 17), tendo esta imagem sido construída em torno também das propostas da estilista Gabrielle Chanel - Coco Chanel (SOHN, 1991). Destaca-se que as costuras de Chanel representaram uma mudança de paradigma no que se refere à moda na cultura ocidental, pois antes da emergência desta estilista, as roupas e acessórios apresentavam uma quantidade maior de panos, babados, rendas, amarras (como o espartilho), enfim, uma quantidade muito maior de detalhes.

Em 1923, o escritor Victor Margueritte publicou o romance “*La Garçonne*” que, traduzido em doze línguas, gerou forte impacto e contestações, tendo o governo britânico tentado, inclusive, proibir a circulação da obra. Na Europa, jornalistas, homens públicos e

romancistas “acomodados” também criticaram essa produção literária, sendo que até grande parte das feministas chocou-se com o viés “pornográfico” do livro. Segundo Sohn (1991, p.117), “[...] apenas as feministas revolucionárias, principalmente professoras primárias sindicalizadas no CGTU¹³, apoiaram o modelo [*garçonne*] em nome da igualdade dos sexos”.

Outro efeito da primeira guerra foi o desenvolvimento dos empregos no setor terciário (comércio, bancos, serviços públicos e profissões liberais), que se tornaram espaços privilegiados para a atividade feminina, principalmente para as jovens da burguesia, que obtiveram um relativo direito ao trabalho (THÉBAUD, 1991, p. 82). Ainda que circulasse uma série de estratégias que buscavam “convidar” as mulheres a retornar com exclusividade aos afazeres domésticos, muitas delas se recusaram a abandonar os empregos, sendo que, na França, por exemplo, havia um milhão de operárias fabris em 1906, 1.220.000 em 1921 e 1.470.000 em 1926 (SOHN, 1991).

No que se refere à educação formal, nota-se que, no período entre as duas guerras, houve maior igualdade de acesso de homens e mulheres aos estudos secundários e superiores. Principalmente na França, houve a fundação de escolas comerciais e de engenharia abertas às mulheres e, em 1924, o governo francês estabeleceu equiparação entre o ensino secundário masculino e feminino. As mulheres ocupavam vagas também na alta educação, como na Sorbonne ou em Oxford, o que lhes possibilitou o acesso a informações, argumentos e meios de garantir o próprio sustento financeiro.

As mulheres jovens experimentaram também sensações de liberdade em relação à vigilância paterna (e/ou do marido) durante a guerra, o que contribuiu para que elas pudessem frequentar espaços de sociabilidade artística e intelectual. Essas experiências resultaram na crítica aos padrões da moda e sociabilidade burguesa, que limitavam consideravelmente as condições de vida das mulheres. Como efeitos disso, surgiram simbolicamente a “morte do espartilho, o encurtamento das saias, a simplificação do traje” (SOHN, 1991, p.118), anunciando um novo modo de “ser” mulher, caracterizado por roupas mais leves, que possibilitavam o movimento do corpo.

Durante a primeira guerra mundial, muitas mulheres se animaram pela possibilidade de conquistar novos direitos, o que gerou efeitos

¹³ Confederação Geral do Trabalho Unitário (SOHN, 1991, p. 117).

libertadores, como a circulação de textos homoeróticos femininos. Escritoras como Amy Lowell e Gertrude Stein produziram as suas obras mais eróticas durante a guerra, como, por exemplo, *Lifting Belly*. Em 1915, Charlotte Perkins Gilman publica *Herland*, que descreve um universo sem homens e, em 1918, a escritora Harriet Stanton Blatch publica uma obra de ficção que descreve a Inglaterra como “[...] um mundo de mulheres, onde a solteirona apagada deu lugar à mulher capaz, de olhos brilhantes, feliz.” (THÉBAUD, 1991, p. 48). Exemplos como esses podem ser analisados por diferentes vieses, mas o que chama a atenção é a reivindicação dessas mulheres ao prazer e ao trânsito por espaços públicos, direitos nem sempre permitidos em uma sociedade que correlaciona feminilidade à passividade e vida privada.

No regresso dos soldados ao término da guerra, aumentou significativamente o número de divórcios, principalmente devido às dificuldades dos casais em lidarem com as diferentes experiências que ambos vivenciaram, em separado, durante este período. Eles já não se reconheciam, como pode ser percebido no comentário assustado do dramaturgo e poeta Paul Gerald: “Quando voltei a ver a minha mulher, não reconheci os seus olhos” (THÉBAUD, 1991, p. 80). A guerra também implicou mudanças nos longos rituais de noivado e casamento, pois a ideia tão presente de morte dos soldados fez com que muitas pessoas buscassem a satisfação pessoal ao invés de seguirem os modelos tradicionais de matrimônio.

Os impactos da guerra no movimento feminista, que se articulava desde o final do século XIX, implicou a divisão do grupo em dois, as feministas nacionalistas, que eram a favor da guerra e que incitavam as mulheres a servirem a pátria, e as feministas pacifistas, que se posicionavam contra a guerra e afirmavam: “*sou inimiga da guerra porque sou feminista; a guerra é o triunfo da força brutal, o feminismo só pode triunfar pela força moral e pelo valor intelectual*” (THÉBAUD, 1991, p. 74). Os movimentos pacifistas eram mais evidentes em países que não participavam dos combates, como os escandinavos, mas também nos Estados Unidos da América, onde muitos ativistas se posicionaram contrários à guerra.

Os diferentes posicionamentos de grupos feministas ampliaram divisões e conflitos no movimento, sendo que, a partir disso, ativistas dos países beligerantes negaram as alianças que vinham sendo construídas com as feministas de outros países. Neste contexto, no entanto, a continuidade do movimento sufragista era uma bandeira

comum entre pacifistas e nacionalistas, apesar de elas discordarem dos motivos pelos quais acreditavam que uma mulher tinha o direito de votar. Feministas nacionalistas argumentavam que este direito deveria ser concedido como um mérito pela contribuição das mulheres durante a guerra, como se pode verificar no trecho de uma matéria publicada em um jornal feminista em 1915: “Direitos de voto para as heroínas e para os heróis” (THÉBAUD, 1991, p. 36). Já as feministas pacifistas sustentavam sua reivindicação em torno do argumento da igualdade de direitos entre homens e mulheres como uma premissa para a luta.

Apesar das discordâncias, em 6 de fevereiro de 1918, as inglesas conseguiram o direito de voto, mas só eram autorizadas a votar a partir dos trinta anos. Entretanto, foi apenas em 1928 que a igualdade cívica na política entre homens e mulheres foi adquirida na Inglaterra. As mulheres francesas também conseguiram o direito ao voto em 8 de maio de 1919; todavia, para ter força de lei, o projeto teve de ser ratificado pelo Senado, tendo sido recusado em 1922, 1925, 1932 e 1935, sendo aprovado apenas em 1945 (SOHN, 1991).

No Brasil, as reverberações das mudanças e permanências que aconteceram no período entre as Guerras Mundiais trouxeram implicações parciais nos modos como principalmente a família brasileira se constituía. Sendo “convidada” a se ajustar às novas demandas econômicas, tecnológicas e de consumo, bem como aos efeitos que a luta pelos direitos femininos implicava na vida de muitas mulheres e homens (AZEVEDO; FERREIRA, 2006), a família brasileira começava a sofrer pequenas fissuras. No entanto, a despeito dessas mudanças, os discursos e práticas que associavam o feminino aos cuidados da família continuavam intensamente presentes no cotidiano da população, como se pode verificar no trecho de uma matéria publicada no jornal operário “A razão”, de 29 de julho de 1919: “O papel de uma mulher não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes consequências lamentáveis, quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar.” (RAGO, 2011, p. 585).

Muitas brasileiras reagiram às pressões para que elas retornassem às antigas *performatividades* de gênero, sendo que grande parte delas se recusou a restringir suas vidas aos cuidados exclusivos da família e da casa. Era necessário, então, “convencê-las” do seu papel “natural” na organização social, porém os argumentos tinham que ser mais sutis que outrora. Nesse sentido, retomou-se mais uma vez o argumento da “mãe

especializada” (AZEVEDO; FERREIRA, 2006) que educa seus filhos e cuida do lar de modo mais profissional, pautada por suas experiências de escolarização e trabalho. Esta figura se torna objeto de exaltação da imprensa, propaganda e, inclusive, do movimento feminista brasileiro. Nesse sentido, Rago (2011) analisa o tom com que muitas feministas articularam seus discursos no período entre guerras, em revistas como “A mensageira” e a “Revista Feminina”, que comumente anunciavam os benefícios do trabalho feminino fora do lar: “[...] uma mulher profissionalmente ativa e politicamente participante, comprometida com os problemas da pátria, que debatia questões nacionais, certamente teria melhores condições de desenvolver seu lado materno” (p. 590). Nota-se que, embora o trabalho feminino fosse defendido como um direito, o trecho localiza a feminilidade em uma perspectiva natural em que a maternidade se torna o destino.

O anúncio da Segunda Guerra Mundial, em 1939, foi recebido com horror por grande parte da população, tendo interrompido, em diversos países, alguns movimentos emancipatórios que se desenhavam desde a primeira Guerra, resultando em transformações tecnológicas, econômicas, sociais e políticas. Ao analisar contextos que se articularam na Segunda Guerra, principalmente no que se refere aos impactos desses nos múltiplos modos como as mulheres foram retratadas nos meios de comunicação de massa, nota-se que há articulações muito parecidas com as que se engendraram na Primeira Guerra. Ao analisar cartazes de homens e mulheres que circularam nas guerras, tive que me ater com atenção às datas em que cada material foi produzido, para não confundilos, pois os desenhos e enunciados entre eles eram muito parecidos. Essa sensação de repetição vai além dos cartazes publicitários, pois, embora cada guerra tenha suas peculiaridades, houve movimentações políticas e sociais muito similares entre as duas, como se verifica a seguir.

Na Segunda Guerra Mundial, práticas e discursos racistas contra as mulheres foram muito mais explícitos e violentos. Milhares delas foram assassinadas, principalmente nos campos de concentração nazistas, sendo que quase dois terços dos judeus alemães deportados e mortos em campos de extermínio eram mulheres. Thébaud (1991) afirma que a Alemanha de Hitler é referência da dominação extrema da mulher, pois o partido nacional-socialista passou a controlar minuciosamente suas vidas, por meio de casamentos arranjados, premiação de gestantes que tinham filhos homens, promulgação do aborto como crime sem remissão e esterilização de prostitutas e de

mulheres deficientes e/ou que mantinham práticas consideradas avessas às representações de feminilidade. Durante o nazismo foram realizados cerca de 30.000 abortos eugênicos, sendo acompanhados de esterilização compulsiva (BOCK, 1991).

A política hitleriana sustentou-se em torno do culto à virilidade masculina e o extermínio em massa de povos e grupos considerados “inferiores”, como, por exemplo, judeus, ciganos, homossexuais e algumas mulheres tidas como “desviantes”. Metade das vítimas do racismo nacional-socialista eram mulheres, sendo que práticas de discriminação contra elas, que eram legitimadas em torno de uma política estatal, intervieram sobre seus corpos e vidas, com o objetivo de “regeneração” da raça alemã (BOCK, 1991).

Durante a Segunda Guerra Mundial, a maior parte dos homens/soldados alemães se deslocou com tropas para outros países. Em meio a esta conjuntura, as mulheres alemães foram “incentivadas” a ocuparem três papéis fundamentais na guerra: a produção industrial, a gestação de filhos para o novo Reich e a educação/doutrinação das crianças em torno da perspectiva nazista. Nos primeiros anos dos combates, contudo, no que se refere ao recrutamento de mulheres para o trabalho nas indústrias (e setor terciário), principalmente para atuação no exército, os governos da Alemanha e Itália demonstraram resistências. A Itália, principalmente por argumentos religiosos e conservadores, considerava a atuação das mulheres no espaço público como “indevida”. Já o governo alemão, ainda que fosse também conservador, tinha nas mulheres outro objetivo, o de provedoras da raça ariana, os filhos “puros” do Reich, sendo que antes de elas assumirem qualquer outra função, deveriam cumprir com seus deveres de boas esposas, boas mães e boas parideiras.

Porém, o avanço dos combates obrigou diversos países a terem de aceitar o trabalho feminino no cenário da guerra como um meio pelo qual era possível a manutenção dos combates e de um poder masculino que se estruturava em torno da força bélica. Em relação a isso, havia opiniões divergentes na Alemanha, pois a maior parte dos alemães também preferia que suas mulheres permanecessem em casa, porém, logo, isso se tornou impossível. Em pouco tempo, elevou-se o número de mulheres inseridas em diferentes trabalhos, sendo que, em 1944, foram registradas 14,9 milhões de mulheres alemãs empregadas (BOCK, 1991).

Outros países também tiveram que convocar as mulheres para assumir trabalhos durante a guerra. Nesse sentido, assim como na Primeira Grande Guerra, elas foram maciçamente chamadas para ocupar vagas de emprego nos setores terciários, serviços públicos e, principalmente, na produção de armamentos, navios e aviões. Novamente, o trabalho feminino vinha ao encontro da necessidade de suprir, provisoriamente, a mão de obra masculina dos soldados em campos de batalha, ainda que fosse estabelecido que estas vagas de emprego deveriam ser devolvidas aos homens ao término dos combates. O cartaz expresso na figura 18 é um exemplo dos modos como as mulheres eram “convidadas” a ocupar vagas em



Figura 18 – *The girl he left behind*

indústrias. A mensagem *The girl he left behind is still behind him*¹⁴, demonstra o quanto as *performatividades* das mulheres nas fábricas foram associadas às *performatividades* da esposa/mãe dedicada à família. A ideia de retaguarda da mulher dona-de-casa, que cuida do lar para que o marido possa trabalhar, está correlacionada à ideia da mulher operária, que cuida da fábrica para que o soldado possa guerrear.

Grande parte das feministas, como na primeira guerra, considerou a necessidade de as mulheres assumirem postos de emprego como um meio de ajudar os soldados combatentes. Esta perspectiva está evidente no cartaz *Rose the Riveter* (figura 19), ícone do feminismo estadunidense na Segunda Guerra, que teve o objetivo de convencer as mulheres de suas potencialidades para o trabalho nas indústrias, principalmente na indústria militar. Nesta



Figura 19 - We can do it!

¹⁴ A garota que ele deixou para trás está ainda por detrás dele.

imagem, a feição delicada e maquiada da personagem e o lenço de bolinhas no cabelo sugerem um ar de feminilidade doce e vaidosa, mas os braços musculosos indicam uma perspectiva masculinizada para o corpo da operária, como se trabalhar em fábricas implicasse masculinização. Nota-se também que, ao contrário das imagens que circulavam em cartazes da Primeira Guerra Mundial, que retratavam mulheres com feições angelicais e/ou sensuais, muitas mulheres foram retratadas na Segunda Guerra como um rosto mais rude e firme, como se os avanços nos campos dos direitos femininos implicassem efeitos nos modos como as propagandas articulavam suas campanhas nesse momento.

Nesta conjuntura, o governo britânico instituiu, em 1941, com forte crítica da população, o recrutamento de mulheres para o esforço da guerra, sendo que elas tinham a opção de trabalhar nos empregos civis, auxílio ao exército ou defesa civil. Entre os cargos ofertados, muitas delas se interessaram pelos postos de auxiliares do exército, enquanto tantas outras ocuparam vagas nas indústrias, algumas, inclusive, em cargos de chefia. Muitas delas também se interessaram em ingressar nos exércitos como combatentes, o que gerou fortes resistências.

Em diversos países, houve contestações em relação a mulheres



Figura 20 - Enlist in a proud profession

ocuparem frentes de combate, sendo que os grupamentos exclusivamente femininos foram criados somente com o objetivo de tirar os soldados de funções secundárias e auxiliares. Um exemplo de grupamento feminino foi a *Auxiliary Territorial Service*¹⁵, evidente logo no início da guerra na Grã-Bretanha. Embora inicialmente a ATS contasse com cerca de 17.000 voluntárias, cinco anos depois esse número aumentou para 200.000 soldadas voluntárias. A maioria das soldadas desenvolvia ações como cozinheiras e tradutoras, sendo que dificilmente eram autorizadas a atuar diretamente nos conflitos (MELLO, 2012). Portanto, foi permitido que elas

¹⁵ Serviço Auxiliar Territorial.

ingressassem nestes espaços, desde que se comportassem como “mulheres”.

A enfermeira também foi uma figura amplamente exaltada nos cartazes que circulavam na Segunda Guerra Mundial, sendo, assim como na Primeira Guerra Mundial, associada a uma “grande mãe” da nação. No cartaz apresentado na figura 20, a mensagem “*Enlist in a PROUD profession*”¹⁶, faz alusão à enfermagem como uma profissão que possibilitava às mulheres expandirem suas características femininas “naturais”, de cuidadoras, o que era visto como algo célebre.

Os combates se estenderam até 1945, quando o lançamento de bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagazaki resultou no desfecho da segunda Guerra e no anúncio da “era tecnológica”. Os Estados Unidos da América e a União Soviética, contudo, mantiveram um clima de ameaça entre si, a chamada “Guerra Fria”, que se estendeu até 1991 e se configurou como um conflito de ordem política, militar, tecnológica, econômica e social entre essas duas nações (BOCK, 1991).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil estava sob o jugo do governo paternalista e repressivo de Getúlio Vargas (1930-1945), o que implicou um recrudescimento no que se refere aos avanços no campo dos direitos femininos. As técnicas de propaganda e dos meios de comunicação de massa, especialmente o rádio, foram amplamente utilizadas com o objetivo de reinstaurar valores e modos de vidas mais conservadores. “Interferindo na dinâmica dos instintos e dos afetos mais íntimos de cada um, o regime consolidava a ordem política coletiva” (SEVCENKO, 1998, p. 38), as campanhas governamentais buscavam interferir no dia a dia da população, principalmente nos modos como cada indivíduo deveria articular sua vida privada.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, muitas mulheres permaneceram no trabalho, sendo que alguns estudos apontam que, inclusive, a presença feminina no mercado de trabalho aumentou nos anos seguintes aos combates (MELLO, 2012). Nos países socialistas, por exemplo, esse crescimento chegou a atingir 46% do total da mão de obra que estava disponível no mercado de trabalho, sendo que as mulheres se concentravam, em maior parte, nos campos da indústria. Na Europa Ocidental, havia também mais mulheres do que homens no setor de administração e em empregos como enfermagem, telefonista,

¹⁶Aliste-se em uma profissão de orgulho.

cabelereira e tinturaria, o que resultou em perda de prestígio social dessas profissões e diminuição das remunerações (THÉBAUD, 1991).

Na área do ensino, houve também forte presença feminina, principalmente no nível fundamental. Após a Segunda Guerra Mundial, a entrada das mulheres nas universidades da Europa foi numerosa. Ainda assim, os campos que mais se abriram às mulheres foram os das ciências humanas e os estudos literários, pois as áreas das ciências exatas, que obtinham maior prestígio e financiamentos, eram (e ainda são) eminentemente masculinas (FERNANDES; VASCONCELOS, 2010). Nesta constatação, ficam evidentes os efeitos de certas composições de imagens, práticas e discursos na vida de mulheres e homens.

Os efeitos da guerra nos modos como as mulheres viviam, principalmente no que se refere aos impactos do aumento delas no mercado de trabalho e ensino, implicaram transformações nas formas de elas agirem e pensarem. O desejo de esquecer os horrores da guerra também fez com que muitas buscassem o prazer como um imperativo de vida, sendo que as ideias de satisfação e paz foram amplamente correlacionadas a modelos familialistas e tradicionais de gênero. Nesta conjuntura, verificamos alguns retrocessos no campo dos direitos femininos, sendo o trânsito de mulheres em espaços públicos, por exemplo, situado muitas vezes a partir de concepções moralistas e tradicionais de gênero.

Logo, a população brasileira, assim como parte da população europeia e estadunidense, estava exposta, por um lado, a movimentos que se alinhavam aos ideais de modernização e urbanização do país, e, por outro, a atitudes que implicavam uma retomada de modelos de inteligibilidade cultural, social e de gênero. Tais condições possibilitaram múltiplos efeitos no Brasil e, em destaque, na vida das mulheres brasileiras, como os avanços e retrocessos no campo dos direitos femininos na segunda metade do século XX.

É possível notar os efeitos dessas composições de linhas na temática da presente pesquisa, pois foi também na segunda metade do século XX que notícias sobre mulheres supostamente envolvidas na criminalidade começaram a ocupar o cenário midiático. Ainda que houvesse evidências de mulheres envolvidas em situações de crimes no século XIX e na primeira metade do século XX, discursos e práticas que se desenhavam naquele período operaram no sentido de apresentar os

atos cometidos por elas como expressões de anormalidade, insensatez, incivilidade, impudor, ou seja, inadequação às normas sociais.

Os efeitos dessas composições naturalizantes, morais e jurídicas podem ser vislumbrados nos motivos e maneiras como mulheres eram presas até meados do século XX. Em diferentes países, o encarceramento delas em distritos e cadeias acontecia geralmente pelos crimes de prostituição, alcoolismo, vadiagem e pequenas brigas, sendo a maioria das presas pobres, mulatas e negras (ARTUR, 2011). Deste modo, nota-se o incômodo que o trânsito de mulheres, sobretudo de classes populares, em espaços públicos e/ou na experimentação delas de práticas posicionadas como masculinas, causava ao Estado.

No Brasil, a criminalidade feminina era tratada em larga medida com descaso. Até meados do século XX, não havia no país instituições específicas para o aprisionamento desta população. As mulheres eram geralmente encarceradas em delegacias e/ou distritos junto com homens, o que implicava condições precárias de aprisionamento delas e a produção de práticas de prostituição e de abuso sexual nesses locais (ARTUR, 2011). Nesta conjuntura, os agentes carcerários também não estavam devidamente capacitados para lidar com o público feminino, o que ampliava as dificuldades vivenciadas por elas nesses espaços.

O pressuposto de incapacidade de as mulheres serem criminosas e violentas estava evidente nas maneiras como elas eram presas, bem nas formas pejorativas como muitas eram representadas em documentos de domínio público. Exemplo disso são os trechos de um relatório emitido por uma comissão do Ministério da Justiça, que era responsável por vistoriar unidades de aprisionamento existentes no início do século XX no Brasil:

Essas mulheres estão na detenção por causas fúteis, causas que cometem diariamente até a cólera final dos inspetores tolerantes ou a vingança de algum soldadinho apaixonado (BARRETO, 1908, p. 255).

Consomem o tempo em tagarelice ou dormindo [mulheres presas]. [...] Constitui-se assim, um numeroso grupo de verdadeiras pensionistas que, longe de encarar a reclusão como um castigo ou penalidade, a consideram, pelo contrário, um ponto de ociosidade e repouso (SENA, 1908, p. 21).

Ainda que a criminalidade feminina fosse posicionada como banal, ressalta-se que, no final do século XIX e início do século XX, diferentes países começaram a questionar os motivos do envolvimento delas no cometimento de crimes e quais os mecanismos adequados para puni-las (ARTUR, 2011). Tais problematizações reverberaram também no Brasil; no entanto, foi apenas em meados dos anos de 1940 que essas questões começaram a ser problematizadas de modo mais sério no país, por meio de movimentos que reivindicavam que mulheres deveriam cumprir pena em estabelecimentos específicos para esse público. Em virtude dessas pressões, foi inaugurado, em 11 de agosto de 1941 em São Paulo, o “Presídio de Mulheres” e, em 24 de dezembro de 1942 no Rio de Janeiro, foi construída uma Penitenciária Feminina (ARTUR, 2009).

As condições físicas e de gerenciamento destas Unidades Penais refletiram as maneiras como a criminalidade feminina era localizada pelo Governo, principalmente no que se refere à insistência em descaracterizar essas mulheres como criminosas e violentas. Ambos os presídios, por exemplo, foram administrados nos seus primeiros anos por freiras, ao invés de agentes penitenciários ou policiais, o que reforça a pressuposição de que elas eram figuras “naturalmente” inocentes e dóceis.

As freiras eram responsáveis por articular processos de ressocialização imbricado em noções familialistas tradicionais, que posicionavam as mulheres “normais” como boas donas de casa, esposas e mães. O trabalho estava fundamentado na premissa de que era necessário readequar as experiências das mulheres presas às suas condições naturais de feminilidade, para que pudessem contribuir no processo de modernização do país. No discurso de inauguração do “Presídio de Mulheres”, o professor e médico legista Flaminio Favero declarou que o “a readaptação das mulheres delinquentes será feita sob a égide desta ideia dominante e vital: conceder-lhes um lar comum de que o seu próprio será, mais tarde, suave prolongamento” (ARTUR, 2011, p. 135).

Os efeitos dessa racionalidade na prática estiveram evidentes no fato de as penas condenatórias serem cumpridas pelas presas por meio de trabalhos em oficinas de costura, lavanderia e engomagem de roupas, sendo os produtos desses afazeres destinados a repartições oficiais do Estado. Outro exemplo das maneiras como os presídios de mulheres se

organizaram em meio a noções prescritivas de feminilidade foi o fato de os projetos arquitetônicos dos presídios femininos seguirem o modelo de uma casa, sem aparatos de segurança característicos de unidades penais (ARTUR, 2009). Foi, portanto, na reafirmação do espaço privado e doméstico como lugar de mulher que os presídios femininos se organizaram no Brasil.

A insistência em sobredeterminar as experiências de mulheres no crime a noções tradicionais de gênero pode ser também elucidado pelas maneiras estereotipadas com que mulheres cangaceiras foram retradas no Brasil. O surgimento do cangaço no país manteve relação direta com as mudanças econômicas e políticas que se desenhavam na primeira metade do século XX. As imagens de um Brasil que se alinhava a formas de vida europeias e estadunidenses aconteciam em concomitância com territórios marcados por intensas desigualdades e problemas sociais, como as regiões nordestinas (FACÓ, 1963). Os cangaceiros emergiram como resposta a essas discrepâncias, sendo um grupo marcado por um estilo de vida nômade, que transitava pelo Sertão armado, saqueando fazendas, comboios e sequestrando fazendeiros para obtenção de resgates (QUEIROZ, 2005).

A incorporação de mulheres ao cangaço aconteceu por volta dos anos de 1930 e foi marcada por duas interpretações. Considerava-se que elas adentravam neste movimento de maneira voluntária, por amor a um cangaceiro ou por que tinham sido raptadas pelo grupo e obrigadas a permanecer com eles. Logo, ainda que muitas delas tenham sido reconhecidas como Amazonas hábeis e belicosas (SOUZA; LIMA, 2013), foi geralmente como coadjuvantes apaixonadas e/ou vítimas de homens cangaceiros e/ou mulheres de moral questionável que o envolvimento delas no cangaço fora explicado. Os estereótipos construídos em torno das experiências de mulheres cangaceiras dificultaram a apreensão dos diferentes motivos que as fizeram seguir este modo de vida.

Segundo Queiroz (2005), houve diversas mulheres que decidiram seguir o cangaço como uma maneira de experimentar formas de vida que se produziam para além dos contornos tradicionais de gênero, do árduo trabalho nos meios rurais e das dificuldades financeiras. Na tentativa de ampliar as possíveis análises em relação a essas mulheres, acrescentam-se dados apresentados por Freitas (2005), que demonstram que havia também casos de cangaceiras provenientes de classes médias

e altas, que vislumbraram no cangaço a possibilidade de “fugir” de casamentos arranjados e de um cotidiano delimitado ao espaço privado.

Como emblema da mulher cangaceira, destaca-se a figura de Maria Bonita como a primeira mulher a adentrar neste grupo em 1930. Ela se sobressaiu pela capacidade com que se posicionou também como liderança no cangaço e por ter rompido com padrões que circulavam na vida em sociedade e no Código Civil de 1916 (SOUZA; LIMA, 2013). Ao abandonar o lar, estabelecer uma parceria afetiva ilegal e participar das ações violentas do grupo, Maria Bonita foi considerada adúltera e criminosa, tendo sido retratada na literatura e no cinema comumente como “mulher macho”.

Logo, a população brasileira, assim como parte da população europeia e estadunidense, estava exposta a movimentos que se alinhavam aos ideais de modernização e urbanização do país e à composição de linhas que implicavam uma retomada e/ou subversão de modelos de inteligibilidade cultural, social e de gênero. Estas composições multifacetadas se apresentaram como condições que possibilitaram, na segunda metade do século XX, movimentos que desestabilizaram de modo contundente a ordem dos gêneros, como se verifica no próximo capítulo. Ressalta-se que foi na segunda metade do século XX que figuras de mulheres criminosas começaram a aparecer, ainda que de modo tímido, com mais frequência na mídia impressa.

Deste modo, optou-se por analisar, no capítulo seguinte, as reverberações das linhas traçadas no século XIX e na primeira metade do século XX especificamente no Brasil, avançando para a compreensão dos novos arranjos que se ensaiaram na segunda metade do século XX no país. Com isso, torna-se possível notar os impactos dessas linhas na produção de estereótipos em torno da relação mulher e criminalidade. Destacam-se, sobretudo, as articulações de linhas duras que operaram na sobrecodificação das *performatividades* de mulheres julgadas como criminosas a noções naturalizantes e morais, como se verifica a seguir.

Capítulo 5

Extra, extra, mulheres são vistas cometendo crimes.

A segunda metade do século XX foi marcada por conquistas importantes no campo dos direitos das mulheres, o que possibilitou significativas mudanças nas condições de vida de mulheres e homens em muitos países, embora também se possa constatar a permanência de discursos e práticas pautadas por modelos tradicionais de feminilidade e masculinidade. Na tentativa de mapear parte das linhas que se ensaiaram naquele momento, buscou-se percorrer neste capítulo alguns contextos, imagens e discursos que, entre as décadas de 1950 e 1990, circularam na mídia brasileira e resultaram em múltiplos efeitos.

No percurso que se segue, destaca-se em especial as maneiras como mulheres criminosas foram retratadas em jornais e revistas, afinal, foi nesta metade de século que elas começaram a aparecer, ainda que de forma tímida, na mídia. As imagens de “desequilíbrio”, “indecência” e “desonestidade” que demarcaram os modos de vida de muitas mulheres tidas como desviantes em momento passados atualizaram-se a partir de meados do século XX nas roupagens da criminosa. Descritas como “infantis”, “hipersexuais”, “desesperadas”, “masculinizadas”, entre outras classificações, as análises de *performatividades* de mulheres que supostamente cometeram crimes estiveram amplamente pautadas por binarismos de gênero, que se edificaram em noções como normal e anormal, sensata e insensata, própria e imprópria, coisa de mulher e coisa de homem. Parte dessas produções ressoam nas formas como criminosas são retratadas na mídia impressa no século XXI, o que será analisado de modo mais prolongado no capítulo 6.

No Brasil, os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por uma intensa efervescência cultural e política, principalmente nas grandes cidades do país. Ao som da música popular brasileira, assistiu-se aos conflitos entre grupos de estudantes e do próprio governo de um lado e, de outro, militares e uma classe média assustada (PINTO, 2010). O ano de 1964 inaugurou um golpe civil-militar no país, sucedido por quase duas décadas de intensos conflitos de forças que, principalmente após a instauração de um decreto emitido pelo regime militar no ano de 1968, conhecido como Ato Institucional No. 5 (AI-5), resultaram em processos de exílio, tortura, aprisionamento e morte de ativistas, intelectuais, jornalistas, escritores, operários, estudantes e artistas que se expressavam de diferentes formas contra a

política ditatorial. Neste cenário, ressalta-se o fato de diversas mulheres de camadas médias e da elite terem participado ativamente da “Marcha pela Família com Deus pela liberdade”, como um modo de se manifestar contrárias à instauração de um suposto regime comunista no país e um dos deflagradores do golpe que instaurou o regime ditatorial no país (PINTO, 2010).

Na segunda metade da década de 1960, no Brasil, nota-se a coexistência de um modelo de feminilidade tradicional e o anúncio de novas *performatividades* das mulheres que, na década de 1970, se desenharam de modo mais evidente, principalmente em consequência dos impactos do movimento feminista. Nesta conjuntura, as produções midiáticas (propagandas, jornais, revistas) fizeram circular imagens de feminilidade associada a noções como prazer e liberdade, ao mesmo tempo em que reafirmavam que esses direitos são alcançáveis por meio da compra de produtos industrializados. Em 1969, é possível notar, ainda que de modo sutil e também permeado pela racionalidade do consumo, o anúncio na mídia impressa de novas possibilidades para as mulheres, como se evidencia em um trecho de matéria publicada na Folha de São Paulo:

A moda resolveu dizer chega aos modelos quadrados, aos cabelos arrumadinhos e as bijuterias convencionais. Por isso está nascendo uma nova moda: Schizofrenia. Schizofrenia significa perturbação mental acompanhada de desagregação do ego e alucinações. Mas em termos de moda nova, significa usar a imaginação, ter um amplo sentido estético e estar alguns furos além do normal. Schizofrenia transforma o velho estilo de tecelagem em um mundo fascinante de cores e transparências (FIGUEIREDO, 1969).

A moda “Schizofrenia” anunciava a emergência de uma nova mulher, capaz de transitar de forma mais livre, flexível e autônoma em relação aos modelos tradicionais de feminilidade. Mesmo que tal discurso ressaltasse os direitos das mulheres, nas entrelinhas circulava também a ideia de que as novas *performatividades* das mulheres se expressavam como reflexo de um quadro de esquizofrenia, loucura, perturbação mental, talvez como expressão de desvio de uma suposta natureza feminina.

No final da década de 1960, portanto, diferentes linhas se entrelaçavam em composições múltiplas de existência, que implicaram experimentações instituídas de vida, materializadas em discursos e práticas conservadoras, mas também por articulações de movimentos e vivências libertárias como, por exemplo, a eminência de um ativismo feminista crítico e combatente (PINTO, 2010). O fato de muitas mulheres terem sido exiladas durante a ditadura possibilitou o seu contato com escritos e propostas feministas que se desenhavam em outros países, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos da América. Esses contatos contribuíram para a construção do movimento feminista brasileiro no final dos anos 1960 e na década de 1970.

A exemplo de movimentos engendrados em países da Europa e Estados Unidos da América, a composição do movimento feminista brasileiro deu-se majoritariamente por mulheres brancas, de classe média e com nível superior de instrução. Organizadas inicialmente em torno de grupos de oposição à ditadura, as feministas teceram o movimento alicerçado na problematização dos efeitos dos modelos de inteligibilidade cultural no cotidiano das mulheres e na necessidade de lutar por seus direitos. Elas questionaram as estruturas públicas e privadas de poder, por meio de denúncias das opressões que operavam nas políticas estatais, no mercado de trabalho e nas relações conjugais e familiares, além de reivindicar reformas legais e trabalhistas, a legalização do aborto e a construção de uma política governamental de coibição às práticas de violência contra as mulheres (BARSTED, 1994). Desse modo, as feministas constituíram um campo político onde as mulheres eram o foco, o que contribuiu sobremaneira para constituí-las como sujeitos de direito.

Ainda que o ativismo feminista tenha demonstrado sua capacidade de articulação política, elas sofreram críticas por grande parte dos movimentos de resistência à ditadura, pois muitos consideravam que, na luta contra o autoritarismo, a questão das mulheres parecia irrelevante e, até mesmo, reacionária. As avaliações pejorativas dirigidas às propostas feministas resultaram em dificuldades na consolidação e visibilidade do movimento, sendo que apenas após 1975 o feminismo conquistou ampla visibilidade na conjuntura brasileira, principalmente em virtude de a ONU ter declarado aquele como o Ano Internacional da Mulher.

A partir desse momento, as feministas ganharam maior evidência na imprensa brasileira, sendo as questões relacionadas aos direitos das

mulheres debatidas em diferentes aparatos midiáticos, como os jornais “Nós Mulheres” e “Brasil-Mulher”, que se mantiveram ativos até 1980 (CARDOSO, 2004). O engajamento social e político das revistas e jornais feministas resultaram no posicionamento desses materiais entre os cerca de 150 jornais considerados “alternativos” na década de 1970. Entre 1974 e 1980, a imprensa feminista abordava temas mais gerais, como as desigualdades sociais e os movimentos sociais que operavam naquele momento. Nesse período, as questões políticas no Brasil transitavam em torno de temáticas como a anistia, denúncias das práticas de repressão associadas ao regime militar e a necessidade de autonomia político-partidária.

Como um dos efeitos das movimentações, o antigo caderno “Folhetim” da “Folha de São Paulo” publicou em 11 de Outubro de 1979 um material exclusivamente dedicado a “Mulher”, em que se ressaltou a necessária vinculação das reivindicações feministas ao “amplo quadro político e cultural” do Brasil (SCHMIDT, 2000, p. 98). Temas anunciados e problematizados no caderno elucidaram as pautas do ativismo feminista que se desenhava naquele momento, como a discriminação salarial, a dupla jornada de trabalho das mulheres, a pobreza de grande parte delas, a reivindicação por creches, o direito ao prazer sexual, a denúncia de violências praticadas contra as mulheres, entre elas as imagens estereotipadas de mulheres que circulavam em alguns meios de comunicação de massa.

Além dos efeitos das articulações feministas, outras linhas em trânsito na época possibilitaram que as *performatividades* de muitas brasileiras estivessem articuladas a preocupações com a carreira profissional, com o prazer nas relações afetivas e com a luta por direitos. Um dos efeitos dessas preocupações foi o aumento de mulheres nos espaços públicos e na luta por seus direitos, o que aconteceu em concomitância com algumas transformações sutis que se delineavam no âmbito privado. Santana (2009) destaca que, nesta conjuntura, a maternidade passou a ser pensada a partir de outros parâmetros, principalmente no que se refere à preocupação com a gravidez planejada e com a redução do número de filhos por casal, o que se tornou possível devido ao maior acesso à pílula anticoncepcional (inventada na década de 1960) e à inserção de muitas mulheres, majoritariamente de classe média e alta, nos estudos e mercado de trabalho, como fica evidente nos trechos de matérias publicados na Folha de São Paulo em 1975, como se verifica seguir:

Uma recente pesquisa revelou a necessidade de elaborar uma nova política da família. Segundo este levantamento, que foi feito pelo Instituto, o número de filhos desejados pelas famílias (2.4) é pouco superior ao número efetivo (2.1). (FAMÍLIA, 1975, p. 21).

De 1965 a 1970, a baixa da taxa de natalidade é atribuída em todos os países ocidentais à aparição, no mercado, da pílula anticoncepcional. (FAMÍLIA, 1975, p. 21).

[...] a elevação do nível de vida e o crescimento do nível cultural conduzem, concluem os estudiosos, à baixa de natalidade em termos globais (FAMÍLIA, 1975, p. 21).

Logo, a experimentação de outras possibilidades de inserção nos espaços públicos implicou novas composições de práticas, desejos e *performatividades* para diversas brasileiras. Essas transformações ficam evidentes no resultado de uma pesquisa publicada pela Folha de São Paulo em 1975¹⁷, que questionou algumas mulheres sobre quais as medidas governamentais que elas acreditavam que as estimulariam a ter mais filhos. As respostas, em ordem de importância, apontaram para maiores possibilidades de trabalho em regime de meio período para as mulheres, aumento do número e do valor das bolsas de estudos, possibilidades de ter alojamentos (casas e apartamentos) maiores, aumento do número de creches e de asilos, aumento do número de imóveis para locação e redução dos impostos. Nota-se que a criação de condições para que as mulheres permanecessem nos trabalhos e estudos era fundamental para as entrevistadas, assim como as dificuldades de os homens arcarem sozinhos com as despesas da família. Há, contudo, uma linha que perpassa as respostas e que está imbricada a um modelo inteligível de feminilidade, que é o fato de as entrevistadas se considerarem como mais responsáveis pelos cuidados dos filhos, sendo

¹⁷ Trecho de matéria publicada na Folha de Londrina. Site <http://acervo.folha.com.br/fsp/1975/12/26/2/>. Acessado no dia 17 nov. de 2013.

inquestionáveis as atribuições dos maridos nessa tarefa senão como apenas “provedores”.

Ao reivindicar que as mulheres ocupassem outros espaços e *performatividades* que se ensaiavam para além da maternidade e do casamento, as jovens brasileiras dos anos 1970 elencaram como prioridade o estudo e a carreira profissional. Exemplos desses movimentos foi o aumento de mulheres no ensino universitário, bem como o ingresso das brasileiras em carreiras tidas como exclusivamente masculinas, como medicina, arquitetura, engenharia e direito (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1999). Desse modo, no contexto autoritário dos anos 1970 no Brasil, “[...] a questão feminista ganharia lentamente espaço de visibilidade, tanto pelas reivindicações mais gerais, como pela introdução de uma agenda que discutia problemáticas de cunho mais subjetivo e das relações interpessoais” (SANTANA, 2009, p. 5).

Nesse período, as feministas brasileiras também organizaram grupos de debate sobre os contextos, discursos e práticas que implicavam a subalternização das mulheres e na articulação de regimes políticos de dominação do corpo feminino. Nos encontros, circulavam análises críticas sobre as dimensões da sexualidade, do prazer, sobre os tabus construídos em torno da contracepção e do aborto, bem como sobre a luta pela igualdade de direitos. Nesses espaços, assim como em outros meios de comunicação, tornava-se cada vez mais evidente o fato de que as mulheres estavam de modo mais veloz que outrora ocupando espaços delimitados historicamente como masculinos, como a política, o mercado de trabalho, as Universidades, entre outros.

Neste cenário, a atuação de mulheres na criminalidade também começou a ganhar, ainda que de modo tímido, maior visibilidade. Exemplo disso foram as notícias que circularam sobre Djanira Ramos Suzano, a conhecida Lili Carabina, que esteve envolvida nas décadas de 1970 e 1980 em condenações por homicídios, assaltos, latrocínio, tráfico, direção perigosa, porte de armas, falsidade ideológica e seis fugas de cadeias no Brasil. A vida dessa criminosa, inclusive, foi *glamourizada* em um filme produzido em 1987 no país, chamado “Lili, a Estrela do Crime”, tendo sido protagonizado pela atriz global Betty Faria.

Lili Carabina fez parte de uma quadrilha conhecida por desenvolver práticas poucos usuais no “mundo do crime”, assim como descrito em um site que relata casos policiais:

Nos anos 70 e 80 surge no Rio de Janeiro uma quadrilha que inovara na prática de roubo a banco, mudando o velho "modus operandi" de entrar na agência com as armas em punho gritando assalto. Uma mulher de roupas justas e peruca loura insinuava-se para os guardas de bancos, possibilitando a chegada de seus comparsas que aproveitavam o momento de êxtase do vigilante diante do "canto da sereia" e roubavam os estabelecimentos bancários. Pelas características e meios utilizados pela mulher para consumir seus delitos, ganhou o apelido de Gangue da Lili Carabina (DJANIRA, 1995).

Ela e sua "gangue" ganharam espaço na imprensa brasileira por evidenciarem um modo pouco usual de cometer crimes, mas também, e talvez principalmente, pelo fato de Lili Carabina apresentar uma *performatividade* dissonante dos modelos inteligíveis que correlacionavam o feminino a noções de passividade e docilidade, como se verifica em trechos de uma entrevista realizada com ela em 1995:

[...] mulher também é respeitada no mundo do crime, com certeza. É só começar a matar que respeitam. Sou roceira de Minas, meu pai escolheu meu primeiro marido e acabei casando sem amor. Larguei o marido, me apaixonei por um bandido e mataram ele. Aí tive que tomar uma posição no crime, não é? Formei quadrilha (DJANIRA, 1995).

[...] a vida é um jogo: quando você perde nas cartas, aceite que perdeu e vá em frente. Matei muito bandido. Estuprador não perdôo (DJANIRA, 1995).

Sendo o "mundo do crime" um espaço historicamente demarcado como masculino, a imagem de um corpo feminino capaz de cometer atos de violência e criminalidade implicou um embaralhamento de códigos culturais. Lili Carabina, no entanto, beneficiou-se amplamente dos estereótipos tradicionais de gênero, pois como era mulher, "loura, bonita, usava lentes de contato [e] era alegre"

(DJANIRA, 1995), era considerada pelos guardas de bancos e/ou policiais como alguém que não representava risco e/ou capacidade de cometer um ato de violência, o que facilitava suas ações criminosas.

Como demonstrado nos capítulos anteriores, mulheres transgressoras às regras sociais foram relacionadas, nos discursos científicos, jurídicos e midiáticos, a noções de risco à ordem moral e política. Como reflexo dessa correlação, as atuações dessas mulheres na segunda metade do século XX no Brasil também foram traduzidas em perspectivas binárias recorrentes no direito penal, circunscritas em torno das figurações da mulher degenerada/anormal e da mulher vítima/normal.

Nessa conjuntura, as representações de mulheres criminosas estavam geralmente em oposição à imagem da mulher honesta, sendo comumente enunciada nos discursos criminológicos e midiáticos como masculinizada, selvagem, inábil como mãe e, principalmente, desequilibrada. Reconhecida como um risco à sociedade em sua moralidade e costumes, a criminosa é apresentada como expressão de desvio de uma suposta natureza feminina prescrita como “normal”, o que implicava sanções jurídicas e morais (PIMENTEL, 2008). Um trecho de matéria publicada na revista *Veja* em 1995 demonstra os reflexos desses binarismos, ao afirmar que, ao sair da prisão feminina Talavera Bruce no Rio de Janeiro, “[...] o reencontro dessas mulheres com a sociedade, quando ocorre, vem carregado de estigma duplo: o de ter cometido um crime e o de ter violado a conduta esperada de uma mulher” (MULHER, 1995, p. 111).

O pressuposto de anormalidade se edificava na presunção de que uma mulher “normal” seria incapaz de cometer um ato criminoso por vontade própria. Partindo dessa racionalidade, crimes cometidos por mulheres eram comumente apresentados como atos de loucura em uma situação limítrofe de pressão, por paixão e/ou desespero por não ter como sustentar os filhos, reflexos de desequilíbrio emocional ou coação de um homem agressor e/ou abusador, o que contribuiu para legitimar a criminalidade feminina como expressão de características tidas como inerentes à mulher, como a disponibilidade para amar, o instinto materno, a fragilidade e a passividade.

Reflexos disso são evidentes em uma matéria escrita por um jornalista brasileiro em 1995, que restringiu os interesses de mulheres presas em Talavera Bruce a apenas “família, filhos e amor” (MULHER, 1995, p. 103). O jornalista comentou ainda que “[...] por mais calejada

que seja a detenta, tudo volta a girar em torno desse tripé. A condenação de uma mãe tem efeitos abismais”. Ressalta-se, contudo, que, no decorrer da matéria, as mulheres entrevistadas abordaram temas como a sensação de prazer em cometer transgressões às leis, os modos como elas articulavam o cotidiano e crimes na prisão, prazeres sexuais, a participação delas em organizações criminais, entre outros assuntos, como se pode verificar nos depoimentos de algumas presas: “[...] esse coração vermelho na cortina da porta da cela? É do comando vermelho” (MULHER, 1995, p. 93); “Agora estou trabalhando [dentro do presídio] com cartão, cheque, essas coisas” (MULHER, 1995, p. 91). Destaca-se também o depoimento da presa Marilda Araújo, conhecida pelo codinome “furacão”, que, no momento da entrevista, relatou que mantinha a forma em aulas semanais de ginástica, pois “[...] os gostosões de Bangu I [homens presos] vivem me cantando” (MULHER, 1995, p. 103).

As *performatividades* de mulheres presas que se desenham para além do tripé “família, filhos e amor” podem ser também elucidadas no depoimento da diretora do presídio masculino Lemos Brito em 1995, que argumentou sobre os motivos pelos quais ela não se sente segura em trabalhar com mulheres presas: “Elas tentam invadir, romper a barreira, escrevem bilhetinhos e usam todos os artifícios possíveis para falar” (MULHER, 1995, p. 98). Desse modo, questionam-se as maneiras como as falas e modos de vida das mulheres presas em Talavera Bruce foram traduzidas pelo jornalista que as entrevistou e redigiu a matéria, sendo as múltiplas questões explicitadas pelas presas sobredeterminadas e reduzidas à relações afetivas e maternais, exatamente por serem estes alguns dos elementos que se convencionaram culturalmente como femininos.

As dificuldades do jornalista em perceber as *performatividades* das criminosas para além dos estereótipos inteligíveis de gênero também podem ser exemplificadas na pouca visibilidade da participação das mulheres em organizações criminais. Ao comentar sobre a filiação das presas ao “Comando Vermelho, Terceiro Comando, Jacaré ou outra frente de bandidagem”, a diretora do presídio Talavera Bruce ressalta que “[...] a chefia do presídio não nega as lideranças – até porque precisaria ser cega para não ver o impecável apê rubro reluzente da galeria D ou as inscrições mais do que sugestivas em várias paredes [...]” (MULHER, 1995, p. 92). Deste modo, assim como sugeriu a diretora do presídio, o jornalista é tomado por uma “cegueira” ao

localizar as atuações das presas no “mundo do crime” como expressões de ações apenas pontuais, ocasionais e/ou frívolas.

É possível vislumbrar as dificuldades do jornalista da Veja em enxergar as experimentações dessas mulheres para além dos modelos inteligíveis de gênero em outros trechos da matéria. Ao comentar sobre as tentativas de homicídio no presídio, a diretora comentou que as presas “não são brandas” e relatou que “[...] duas internas condenadas por participação em grupos de extermínio tiveram de ‘pedir um Seguro Bradesco’, ou ‘assinar um ItaúVida’. Isto é, remoção para uma galeria em que não estivessem ameaçadas de morte.” (MULHER, 1995, p. 93). A diretora comenta ainda a necessidade de estar atenta ao cotidiano do presídio, quando afirma que é “[...] prudente colocar a alimentação de ambas [duas presas ameaçadas de morte] em mãos da chefia, para evitar risco de envenenamento [...]” (MULHER, 1995, p. 93). Ainda que a capacidade dessas mulheres de cometer atos extremos de violência, como o extermínio de vidas, estivesse explícito na fala da diretora, o jornalista insistiu ao longo da matéria em delimitar as descrições das presas a noções de passividade, sensibilidade, afetividade e maternidade.

Ainda na matéria publicada pela Veja em 1995, notam-se os efeitos dessas construções nos modos como as próprias presas experimentavam suas relações com o crime, sendo que, embora a vida na criminalidade tivesse sido permeada por expectativas, sensações e prazeres, elas também reduziam, por vezes, essas experimentações a dimensões prescritivas de feminilidade. Efeitos disso podem ser vislumbrados em um trecho de matéria que elencou as diferenças entre prisões masculinas e prisões femininas, sendo que um dos tópicos indicou que a “[...] *mulher é mais revoltada com sua condição de presa, não assume a culpa, atribui seus pecados a um envolvimento emocional com o parceiro [...].*” (MULHER, 1995, p. 108), bem como no trecho em que as presas definiram que os dias felizes na prisão “[...] *são os casamentos, batizados, Dia das Mães ou cantoria evangélica [...].*” (MULHER, 1995, p. 102).

A infantilização das criminosas também se apresentou como um modo de subjugar-las enquanto incapazes de cometer atos de transgressão às regras, como se verifica no trecho em que se descrevia o momento da “soneca” na prisão: “Num dos alojamentos coletivos [da prisão Talavera Bruce] uma assaltante adormece de chupeta. Mais adiante outra figura chupa dois dedos. Bichos de pelúcia são agarrados, cartas relidas [...]” (MULHER, 1995, p. 96). O depoimento do agente

Damião, do Serviço de Operações Externas e encarregado de transporte das presas de Talavera Bruce, explicita os modos como algumas práticas de violência que acontecem (ou não) no cotidiano de presídios se organizam na produção e reprodução da figura da criminosa infantil: “Em homem a gente dá tapa, ele entende disciplina. Aqui não pode nada! Se desse um tapa na beíça de uma delas [as mulheres presas], já iam me atrasar. O pauseiro [guarda que espanca] de lá [do presídio masculino] vira papai aqui [...]” (MULHER, 1995, p. 98). Ressalta-se que, quando Damião afirma que uma presa poderia “atrasá-lo” [denunciá-lo] caso ele cometesse um ato de violência contra ela, fica evidente o quanto as próprias mulheres incorporaram o pressuposto cultural de que em “mulher não se bate” como um direito e uma estratégia de sobrevivência no cotidiano da prisão.

Em contrapartida à localização das presas como infantis e frágeis, as *performatividades* de algumas criminosas se enlaçavam à coragem e ao desejo de se envolver em práticas de risco, como se pode verificar no relato de uma presa que pulou o muro do presídio em uma tentativa de fuga, sendo esse momento descrito por ela como “[...] a melhor sensação que [teve] na vida depois dos dois partos de minhas filhas” (MILA apud MULHER, 1995, p. 97). Nesse relato, contudo, ressalta-se a necessidade de a presa posicionar a sensação prazerosa da fuga como posterior à experiência da maternidade, como se fosse impossível para uma mulher superar a experiência “incrível” de ter um filho.

Nas matérias jornalísticas apareciam também as figuras das mulheres masculinizadas e/ou lésbicas como possíveis explicações para a criminalidade feminina, sendo descritas como desviantes e imediatamente categorizadas e associadas à masculinidade, à virilidade e a agressividade, como descrito a seguir:

Costumam ostentar pêlo no corpo, cavanhaque ou bigode quando a natureza ajuda, cabelo de recruta ou roupa masculina que inclui cuecas Zorba. Formam o contingente mais jovem, de mais baixo grau de escolaridade, em geral ex-meninas de rua. Aprenderam a usar o escudo masculino para ninguém chegar perto. Funciona para simular ascendência e domesticar quem for escolhido como sua “menina”. A maioria das presas condena a “sem vergonhice das lésbicas” (versão

única da palavra “lésbica”, no presídio) (MULHER, 1995, p. 90).

Ressalta-se que as *performatividades* dessas mulheres eram enunciadas como naturalmente masculinas por expressarem práticas e desejos tidos como anormais para uma mulher, como se verifica na condenação das outras presas sobre elas. As características em torno dessas personagens as circunscreviam em torno da ideia de “selvagem”, sem estudo, moradora de rua, impelida em sua “natureza” a “domesticar” sua “menina” (o que também aludia à ideia de uma criança), sendo que, se elas conseguiram sobreviver, é porque o “escudo masculino” as protegeu. Em um trecho de matéria publicada na Veja, a descrição de uma presa como “[...] a magrela coberta de tatuagens que ostenta ter derrotado a dor [...]” (MULHER, 1995, p. 98) sugere um corpo em que atributos tidos culturalmente como femininos [e mesmo masculinos] não estão evidentes, é um corpo abjeto, estranho, ininteligível.

Nessa mesma linha de análise, a figura da mulher hipersexualizada também era exibida em textos jornalísticos como símbolo da mulher que se envolveu no crime por apresentar um desejo sexual e amoroso exacerbado e fora de controle. Exemplo disso é a descrição da presa Marta Pistola, a Cigana. Apresentada com características como “[...] cabelão moreno, pacotes de tórridas cartas de amor enfurnadas na cela, propostas de namoro recebidas de vários presídios masculinos de alta segurança, em geral de bandidos mais jovens [...]” (MULHER, 1995, p. 91), Cigana é um dos muitos casos de criminosas que se autorrepresentaram e foram representadas como vítimas do “amor bandido”, como se verifica no trecho a seguir:

Marta enfia blusa escarlata e volta às suas reminiscências amorosas. “Gosto da vida bandida. Não vou mais sair dela. Só quero homem do crime, a gente acostuma. É diferente de amor pacato, desses outros. O atual está no (presídio) Hélio Gomes, ainda o amo. Acho que é neurótico – ele me batia muito quando fazíamos amor no parlatório, e depois chorava. É amor bandido. Pena que dou pouca sorte com homens – todos acabam morrendo”. Cigana passou os últimos oito meses escrevendo furiosamente em sua cela, até concluir o manuscrito de Talavera Bruce. Anos

90. Meus Grandes Amores, já em mãos de uma editora carioca. Promete (MULHER, 1995, p. 91).

Logo, é como “mulher de malandro” que a figura da Cigana atualizava o pressuposto de que uma mulher estaria vulnerável ao mundo do crime por não conseguir conter seu impulso amoroso por um bandido. Ao localizar a paixão como mote das ações criminosas, a capacidade de uma mulher cometer um crime se restringiu ao campo dos sentimentos considerados como eminentemente femininos.

A partir das décadas de 1970 e em virtude das conquistas alcançadas nas lutas feministas, uma nova personagem começou a aparecer nas poucas matérias jornalísticas que abordaram a criminalidade feminina: a “criminosa emancipada”. Esta figura surgiu no discurso criminológico crítico em meio às imagens da criminosa nata, da criminosa masculinizada, da atávica e da prostituta, sendo apresentada como aquela capaz de cometer crimes por decisão própria e não por necessidade e/ou impulso, como se verifica no trecho a seguir:

Para a moreninha Tereza Cavaglieri, neta de italiano e mãe do menino Julian (“em homenagem ao filho de John Lennon”), o maior tesouro são as dezenas de cremes de beleza e cosméticos que tem estocado na cela. [...] Foi condenada a 29 anos de prisão como integrante de uma quadrilha especializada em roubo de quadros. [...] Tereza freqüentava a casa da embaixatriz, era casada com um marido “limpo”, diretor financeiro de uma empresa e membro da Ordem Rosa Cruz, e não revela por que decidiu mudar de lado (MULHER, 1995, p. 99).

Ao descrever Tereza como mulher relativamente emancipada, culta, financeiramente abastada, que “veste *tailleur* branco e usa sapatos” (MULHER, 1995, p. 98), bem cuidada e casada com um homem “limpo”, a matéria traz subjacente o enunciado de que a criminosa teria se envolvido na quadrilha por vontade própria e não por desespero e/ou impulso. Ao apontar que Tereza não apresentou os motivos que a fizeram “decidir” pela vida no crime, o jornalista reafirmou o envolvimento dela como expressão de uma “escolha”. Questiona-se, contudo, o pressuposto de uma escolha individual e livre, na medida em que somos produzidos em meio a aparatos midiáticos, tecnológicos,

políticos e culturais que fizeram (e ainda hoje o fazem) circular noções de liberdade correlacionadas ao consumo e a aquisição de reconhecimento e *status* social relacionados à obtenção de bens materiais, entre outros inter cruzamentos. O processo de subjetivação da racionalidade do consumo ficou evidente na descrição de alguns bens de Tereza na prisão: “[...] o maior tesouro são as dezenas de cremes de beleza e cosméticos que [ela] tem estocado na cela [...]” (MULHER, 1995, p. 99).

Portanto, ainda que as trajetórias de mulheres no crime começassem a aparecer de modo um pouco mais evidente na mídia na segunda metade do século XX no Brasil, os modos como essas ações foram enunciadas estavam (e ainda o são) sobredeterminados por noções tradicionais de feminilidade e masculinidade, como se verifica claramente no trecho a seguir:

No imaginário de quase todo carioca, o Talavera Bruce é prisão de filme americano, onde mulheres engaioladas, perigosíssimas, ficam à espreita de carne fresca. Não é. O que choca, na rotina enclausurada daquele buraco, o mais quente do Rio, é a banalidade das vidas ali encarceradas. “Paixão”, “amor”, “Deus”, “meus filhos”, “mãe” compõem o cardápio-base das conversas de confessionário. Em contrapartida, palavras que designam de forma concreta a realidade, como “crime”, “prisão”, “cela”, simplesmente somem (MULHER, 1995, p. 89).

Mesmo os estudos críticos na criminologia, que se propunham a abranger as diversas formas de crime e os mais variados sujeitos como autores de delitos, insistiram em afirmar a incapacidade das mulheres em protagonizarem crimes por desejo e escolha própria. Almeida (2001) esclarece que pesquisas realizadas por criminólogos como Tiradentes (1978) e Albergária (1988), ainda que considerassem a possibilidade de mulheres cometerem crimes, partiam do pressuposto de que elas eram menos agressivas que os homens e mais instigadoras e cúmplices do que autoras de atos criminais. Tais suposições se articularam em torno de estudos pautados por perspectivas biológicas, morais e jurídicas, que circunscreviam o corpo feminino a enunciados de fragilidade, docilidade e maternidade. Um termo muito utilizado nas pesquisas realizadas era “crime feminino”, que restringia os crimes cometidos por mulheres a

condições específicas como “[...] debilidade física, emotividade e não participação no mundo social [...]” (ALMEIDA, 2001, p. 76/77). Como efeito dessas “predisposições”, as mulheres estariam mais aptas a cometerem crimes como o aborto, o infanticídio e o parricídio. No que se refere às pesquisas feministas que buscaram analisar as interfaces entre crime e gênero, Martins (2009) afirma que também estiveram majoritariamente alicerçadas em modelos tradicionais de gênero e em uma tendência a se pensar a mulher como um ser passivo, emocionalmente determinado e alheio ao cometimento de atos de violência. Desse modo, torna-se evidente que as *performatividades* de mulheres como autoras de violências permaneceram praticamente invisíveis nas pesquisas e ativismos feministas, sendo que este assunto ainda hoje é pouco problematizado nos meios acadêmicos e movimentos sociais.

Nota-se, portanto, que linhas que se inter cruzaram na segunda metade do século XX no Brasil implicaram a manutenção de perspectivas tradicionais de gênero, ao tornar invisíveis e/ou estereotipadas as ações de mulheres em ações criminosas no mercado do trabalho, entre outros espaços considerados até pouco tempo inapropriados às mulheres. Há de se analisar, contudo, que diferentes composições de discursos, práticas, imagens e movimentos também desestabilizaram parcialmente as fronteiras entre valores tradicionais e modos de vida considerados marginais, desafiando a construção de *performatividades* de feminilidade e masculinidade dissonantes aos modelos dominantes.

A articulação entre desejos, prazeres, necessidades e lutas por maior igualdade de direitos permitiu a produção de outros modos de experimentação da vida, redefinindo investimentos, discursos e práticas entre homens e mulheres, como se verifica em um trecho de uma matéria publicada em 1996 sobre “homens narcísicos”: “Machado é vaidoso a ponto de fazer reflexo invertido no cabelo, para reduzir os brancos” (SAMPAIO, 1996). Perspectivas de gênero se constroem em relação a uma série de linhas; logo, o trânsito de homens em espaços outrora demarcados como exclusivamente femininos e vice e versa, os avanços e conquistas no campo dos direitos femininos, a expressão de mulheres criminosas, de homens vaidosos, entre outros exemplos, implicaram rupturas na ordem dos gêneros, possibilitando a homens e mulheres a experimentação de novos modos de expressão e vida.

Os efeitos das articulações feministas na produção de diferentes *performatividades* de gênero se tornaram também evidentes em uma matéria publicada em 30 de setembro de 1985, em homenagem às mulheres secretárias, em que se anunciaram as diferenças entre as mulheres “belas”, ícones de modelos tradicionais/inteligíveis de feminilidade, e as mulheres “feras”, mulheres trabalhadoras que representavam a imagem da “nova” mulher. As *performatividades* das “belas” estavam ligadas à dimensão privada dos afetos, por meio de características como “[...] instinto, sensibilidade, tolerância, flexibilidade, charme, sensibilidade, criatividade, paciência, sociabilidade, suavidade, discrição [...]” (A BELA, 1985, p. 5), bem como a ser “prestativa, educada, lúcida, maternal e leal”. Já a “fera” se apresentava como uma mulher “[...] competente, enérgica, eficiente, dinâmica, corajosa, produtiva, racional, desenvolta, forte, eficaz, independente, capaz, politizada, dedicada, administradora e profissional [...]” (A BELA, 1985, p. 5).

Ressalta-se que a matéria acima trazia uma espécie de elogio às mulheres “feras”, o que demonstra que, antes mesmo do pleno restabelecimento da democracia no Brasil, o feminismo já se constituía como uma forte linha de produção social e subjetiva. Ações, discursos e bandeiras feministas eram disseminados por meio de centros de estudos e pesquisas, Organizações Não Governamentais, encontros nacionais e internacionais e por uma imprensa feminista forte e crítica (BARSTED, 1994). As redes feministas contavam, ainda, com o apoio financeiro de agências internacionais, o que permitiu independência financeira do governo brasileiro no desenvolvimento de projetos, seminários, entre outras estratégias de reivindicação e divulgação.

Algumas dessas ações se organizaram articuladas a movimentos populares que foram fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e que atuavam em bairros pobres e favelas em prol da educação, saneamento, habitação e saúde (PINTO, 2010). Essas interlocuções foram importantes para que o movimento feminista brasileiro estabelecesse uma interface de luta a favor das necessidades e reivindicações das mulheres de camadas populares, o que possibilitou novas percepções sobre os modos heterogêneos como as mulheres viviam no Brasil, como se verifica na resposta da socióloga Maria José Fontelas Rosado Nunes, coordenadora à época do Grupo Católicas pelo Direito de Decidir, quando entrevistada em 1993 a respeito da legalização do aborto:

São as mulheres pobres que se submetem a abortos feitos nas piores condições e que muitas vezes pagam com a própria vida. [...] Nós estamos tratando de uma lei para a maioria das mulheres brasileiras, que são as mulheres pobres, porque para nós da classe média e para as ricas existe orientação médica e contraceptivos (ESPECIALISTAS, 1993, p. 4).

Na década de 1980, o movimento feminista foi uma forte linha no emaranhado de movimentos, discursos e ações que contribuíram para o restabelecimento democrático no Brasil. Como consequência disso, ressalta-se a participação direta de feministas na reorganização de partidos políticos e propostas de governo após o período de ditadura no país. Essa inserção garantiu que questões relativas às condições das mulheres estivessem em pauta nas políticas governamentais por meio da ascensão de ativistas em cargos políticos, bem como da realização de debates sobre questões relacionadas à violência, às diferentes expressões da sexualidade e do racismo, sobre o direito ao trabalho, à terra, à saúde, ao aborto e à igualdade no casamento.

No que se refere ao debate específico sobre o aborto, destaca-se a luta das feministas na década de 90 contra uma Proposta de Emenda Constitucional, denominada PEC 25/95, que proibia o aborto em qualquer hipótese, inclusive nos casos de estupro e de risco de morte da mãe. Este movimentou de oposição contribuiu no tensionamento das forças de resistência que circulavam no Plenário da Câmara Federal, resultando na rejeição desta proposta em 23 de Abril de 1996 (PEC 25, 1996).

Exemplo dos efeitos dessas conquistas pode ser verificado em um debate realizado pela Folha de São Paulo, em 1993, entre cinco feministas atuantes na formulação de políticas de saúde voltadas à mulher, em especial na luta pela discriminalização e legalização do aborto. Em matéria publicada sobre o debate, ficam claras as interlocuções de grupos feministas com o Estado:

O projeto de lei que fiz [Eva Blay, na época senadora e vice-presidente da União Latino-Americana de Mulheres] normatiza essa questão do aborto. Não me interessa discutir ética nem justifica e fazer apologia do aborto. A mim

interessa que as mulheres brasileiras tenham seus direitos respeitados e que elas não morram ou sofram sequelas em decorrência de abortos malfeitos. [...] Eu lembro a vocês que em 1985 e 1986 o Conselho Nacional dos Direitos Reprodutivos fez, com a colaboração de todas nós, uma cartilha a respeito da educação sexual. Foram impressas milhões dessas cartilhas que deveriam ter sido distribuídas pelo Ministério da Saúde (ESPECIALISTAS, 1993, p. 4).

Quando defendemos o aborto, não defendemos exclusivamente o aborto. Neste momento, o que está em questão são os projetos de lei que estão no Congresso para serem votados. Eu [Maria José Fontelas Rosado Nunes, coordenadora do Grupo Católicas pelo Direito de Decidir] acho que o movimento das mulheres no Brasil já mostrou de forma histórica que a luta das mulheres neste país tem sido pelo direito à saúde pública. Para que possam optar pela maternidade ou pela não-maternidade (ESPECIALISTAS, 1993, p. 4).

A luta pela descriminalização do aborto se edificou em torno da análise das feministas acerca dos modos como o corpo feminino era tomado como objeto de gestão política, por meio das tentativas de controle de práticas costumeiras como aborto, infanticídio e abandono do recém-nascido (PEDRO, 2003). A historicização dessas práticas se articulou como uma tentativa de acompanhar parte dos movimentos de resistência às normas vigentes na época.

Maia e Vieira (2009) analisam que, na década de 1970, a divulgação e acessibilidade dos métodos contraceptivos e do uso da pílula anticoncepcional, introduzida no Brasil em 1963, não interrompeu o número crescente de abortos e infanticídio que vinham a público. Em 1966, a revista “Realidade” (MAIA; VIEIRA, 2009, p. 70) publicou um artigo que apresentou uma estimativa de cerca de um milhão e quinhentos mil abortos provocados por ano no país. Nessa mesma linha de argumentação, uma manchete publicada em 1979 no jornal Diário de Montes Carlos afirmou que “em Montes Claros está virando rotina mulher solteira dar à luz e assassinar o filho” (Jornal Diário de Montes Claros, 1979 apud MAIA; VIEIRA, 2009, p. 71).

A criminalização dessas práticas esteve (e está) relacionada a uma série de dispositivos de controle do corpo e da sexualidade feminina, assim como de um viés moralista religioso. Organizadas em torno de um viés pedagógico, as mulheres aborteiras e/ou infanticidas eram geralmente circunscritas como vítimas de atos de loucura e desespero, o que contribuiu para a suavização das penas de muitas, bem como a legitimação de modelos inteligíveis de gênero (PEDRO, 2003).

As responsabilidades pelos crimes cometidos eram comumente atribuídas a perturbações morais e psíquicas, em virtude de abandono do pai da criança, pobreza, ausência de cultura e/ou civilização. Retirar das mulheres a consciência e/ou desejo em cometer tais atos consolidou-se também como um modo de edificar o amor materno como natural. Nesse sentido, nota-se uma tentativa de apresentar os atos dessas mulheres como reflexos de pressões sociais e/ou desequilíbrio, ao supor que, na verdade, elas queriam ter os filhos, pois esse é um desejo ‘natural’ a todas as mulheres, mas as condições objetivas em torno delas, principalmente com o descaso e/ou abandono de um homem, as obrigaram a realizar tais crimes. É, portanto, como “anormal”, “vulnerável” e/ou “selvagem” que essas mulheres eram enunciadas nos discursos judiciais, científicos e/ou midiáticos.

Ao “desacatar” o papel “natural” de mãe, as aborteiras e infanticidas eram também acusadas de egoístas, malvadas e/ou degeneradas (MAIA; VIEIRA, 2009), ou seja, mais do que um ato de infração às leis vigentes, essas mulheres cometiam um ato de transgressão aos valores e costumes sociais. Os reflexos dessas articulações podem ser verificados nos modos como tais práticas foram apresentadas em duas matérias publicadas no jornal Diário de Montes Claros:

[...] para se livrar do bebê a que acabara de dar a luz debaixo de umas mangueiras, a doméstica Z, também conhecida por “Fia”, teve uma idéia macabra: jogou o recém-nascido no chiqueiro da fazenda em que trabalhava. [...] Já madrugada o fazendeiro J. C. C. (patrão da indiciada) foi despertado pelo barulho provocado pelos porcos. Eles estavam devorando a pequena criatura, que foi encontrada com o corpo semi-destruído. A esposa do fazendeiro desmaiou quando soube do caso [...]. Este é mais um drama social que choca o ser humano e retrata a maldade de uma mãe que

ainda não aprendeu a amar seus filhos como maior dádiva da natureza (Jornal Diário de Montes Claros, 1978 apud MAIA; VIEIRA, 2009, p. 72).

M. de J. S., empregada doméstica, 21 anos, morena, estava grávida há oito meses, mas sempre escondia dos patrões e das amigas seu estado. Sendo solteira não queria que soubessem que ela iria ter um filho. Naturalmente ela já planejava matá-lo tão logo nascesse, como geralmente acontece com as mães solteiras (Jornal Diário de Montes Claros, 1973 apud MAIA; VIEIRA, 2009, p. 74).

Nos trechos destacados ficam evidentes as análises com tendências moralistas que pontuam os atos de infanticídio como obras de pessoas pobres, imorais, desajustadas e solteiras, ou seja, obras de mulheres que ainda não foram capazes de atingir sua “verdadeira” expressão de feminilidade “normal”, a de esposa e mãe. No texto, a mulher de “verdade” está encarnada na figura da “esposa do fazendeiro [que] desmaiou quando soube do caso”, provavelmente pelo crime cometido ser avesso a sua “natureza”.

As mulheres acusadas de tal crime eram frequentemente descritas nos aparatos jornalísticos como modelos ininteligíveis de gênero, como “mães desalmadas” (PLEM, 2005). Contudo, ainda que esse assunto fosse tratado de modo velado no Brasil, haja vista o silêncio que geralmente encobria essas práticas, a localização do aborto e do infanticídio nos discursos jurídico, médico e midiático como crime contribuiu para a tessitura de um modelo inteligível de feminilidade articulada ao dispositivo da maternidade. Tais construções estão evidentes no trecho de um processo judicial julgado em 1956:

[...] os presentes autos nos dão conta de um crime de infanticídio que teria sido cometido pela ré Sofia S. [...] O fato em si gravíssimo, está por revelar a ausência do sentimento maternal por parte da denunciada. [...] Reparaí M. M. Juiz, na frieza desta mulher que teve a ousadia e o desplante de matar seu próprio filho, da maneira cruel e desumana como ela própria nos relata. Cremos que quase se faz desnecessário, que insistamos em maiores argumentações. Quando

uma mãe se porta desta maneira cruel e desumana com seu próprio filho, nada mais é necessário o promotor público dizer, para que se tenha como imprescindível, a punição de tão perversa criatura (Processo de Sofia S, 1956 apud PLEM, 2005, p. 4).

No trecho destacado, nota-se que “gravíssimo” é o fato de Sofia não desejar ser mãe, o que a posiciona como “criatura” capaz de cometer o pior crime possível para uma mulher: matar o próprio filho. Contudo, apesar da evidência de um pressuposto de natureza anormal, grande parte das notícias e enunciados sobre mulheres que cometiam crimes de aborto e/ou infanticídio localizava esses atos como estratégias para evitar a “vergonha” da desonra de uma gravidez concebida fora dos padrões sociais e/ou ato de desespero e/ou privação de sentidos, logo, de perturbações momentâneas. Na maioria dos textos analisados, os discursos construídos em torno da mulher que cometeu o crime estão relacionados à imagem de uma jovem frágil, aflita em esconder sua condição, coagida pela situação ou sob forte vulnerabilidade psíquica, como se verifica no trecho de processos judiciais julgado em 1956 e 1973:

Em data de 26 de setembro de 1953, por volta das 15 horas, mais ou menos, a denunciada Paulina C., que se encontrava em adiantado estado de gestação em decorrência de seus amores ilícitos, dirigiu-se a latrina existente no fundo de sua residência e ali deu a luz a uma criança do sexo feminino, que nasceu com vida. Influenciada pelo estado puerperal de que ficou possuída e perturbada pelos efeitos morais que o fato lhe acarretaria, a denunciada lançou o recém-nascido dentro da sentina (privada), onde o mesmo veio a morrer (Processo de Paulina G C, 1956 apud PLEM, 2005, p. 4).

T.R teria que se perturbar. A gravidez que lhe trazia vergonha. Gravidez que era substituída, segundo informações, pela tal ‘barriga d’água’; D. em São Paulo e fugido à responsabilidade; hemorragia, muito sangue no chão, sobre a cama de seu quarto. Tudo isso, circunstâncias que

levaram a acusada a perturbações psíquicas para, sob a influência do estado puerperal, matar seu próprio filho (DEPDOR, 1973, caixa 210, Processo-crime n. 000.016 apud MAIA; VIEIRA, 2009, p. 78).

O estranhamento em relação à recusa da maternidade tornava-se também evidente nas maneiras como os discursos médicos, sobretudo psiquiátricos, anunciavam os atos cometidos por essas mulheres. Na tentativa de explicar tais atitudes, a defesa da honra se apresentava como um dos argumentos para o cometimento de crimes de aborto e/ou infanticídio, como elucida o trecho do laudo a seguir:

[...] é justa a indulgência com a infanticida nos casos em que a mulher agir para evitar a desonra, depois de seduzida e abandonada [...] é um delito que ocorre, na quase totalidade dos casos, depois do termino de uma gravidez ilícita [...] O que justifica, até certo ponto, a reação da mulher diante do vagido do recém-nascido que a todos anuncia a sua irreparável desgraça [...] um estado de desespero e vergonha, do temor de um escândalo, e somente o motivo social como o de salvar a honra poderia constituir o móvel de crime (ALVES, 1967. p. 315)

Assim, nota-se que o discurso médico fez parte de um emaranhado de linhas que se inter cruzaram na reprodução da maternidade como ícone de feminilidade e na subjugação da capacidade de uma mulher desejar cometer um crime. O trecho destacado também chama a atenção pela afirmação de motivações homogêneas entre as infanticidas, o que contribuiu para a reafirmação de uma suposta natureza feminina universal, mesmo que desviante.

Porém, ainda que noções tradicionais de gênero circulassem amplamente em discursos, políticas e aparatos tecnológicos nas últimas décadas do século XX no Brasil, as feministas ocuparam espaços importantes na conjuntura brasileira e contribuíram para desestabilizar parcialmente os limites reguladores de feminilidade e masculinidade. No período do pós-regime militar, o país encontrava-se em uma enorme dívida externa e interna, o que demarcou uma época de recessão da economia e dificuldades na reorganização da política partidária. Essa

conjuntura possibilitou a atuação ainda maior de feministas e suas pautas de reivindicação nos sindicatos, organismos governamentais e na elaboração de políticas públicas. Pinto (2010) destaca que, entre as conquistas do feminismo brasileiro, a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM) foi fundamental, sendo que uma parceria consolidada em 1984 com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) resultou no desenvolvimento de uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional, o que efetivamente ocorreu na Constituição promulgada em 1988.

A importância política da luta feminista no processo de redemocratização do Brasil também possibilitou a institucionalização de diversos órgãos públicos, programas governamentais e iniciativas focados na problematização das condições das mulheres brasileiras, como a criação, em 1983, do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher, e a fundação, em 1985, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, das Delegacias Especializadas no Atendimento às mulheres vítimas de violência, dos Abrigos e dos Centros de Orientação Jurídica à mulher vítima de violência (BARSTED, 1994).

A partir de 1980, a imprensa feminista brasileira assumiu um novo tom, com o foco nas pautas específicas do movimento, como questões relacionadas à saúde da mulher, ao direito ao trabalho, à violência contra as mulheres, às expressões da sexualidade e a questões legais, bem como notícias sobre o próprio feminismo (CARDOSO, 2004). Nessa conjuntura, textos e imagens que circulavam em alguns aparatos midiáticos (jornais, revistas, campanhas) também contribuíram para o processo de reflexão sobre os direitos das mulheres, ao discutir de modo mais aberto que outrora, por exemplo, estratégias para facilitar a satisfação sexual entre casais heterossexuais, como se verifica em matérias jornalísticas publicadas em 1996:

O culto ao corpo no Brasil e no mundo direcionou o bisturi dos cirurgiões plásticos para a intimidade de homens e mulheres. Nos últimos cinco anos, a cirurgia dos genitais – como é chamada – aumentou 20 vezes em uma única clínica de São Paulo. Com equipamentos e exercícios, as pacientes recuperam a musculatura da vagina e voltam a ter orgasmos (ALMEIDA, 1996).

Elas não se importam de levar uns tapinhas, mas também dão os delas. Na cama, com essas mulheres, vale tudo para esquentar a transa (beliscões, mordidas, etc) (ALMEIDA, 1996).

As articulações feministas possibilitaram mudanças no cotidiano de muitas mulheres. Destaca-se a articulação da sexualidade para além da dimensão reprodutiva, sendo o corpo feminino localizado como território também de experimentação de prazeres. O trecho de matéria jornalística apresentado a seguir alude à imagem de uma nova mulher que se ensaiou no final do século XX no Brasil, símbolo de ousadia e desejo:

Seios à mostra tiram os sutiãs da cena - Para o verão 96/97, a tendência é um *revival* dos anos 70. Seios em evidência e o sutiã tradicional na gaveta é o que manda a moda feminina para a estação que chega. Até pouco tempo as mulheres escondiam os seios em sutiãs forrados ou com enchimento. Agora a sensação é esculpir os seios com sutiãs-suporte que dão a sustentação necessária, permitem os decotes profundos e não deixam aquela marca indesejável. “O peito vem de forma forte neste verão” diz o estilista Walter Rodrigues (ALMEIDA, 1996).

Outro efeito de linhas que se inter cruzaram no final do século XX no Brasil, foi o surgimento, em 1992, de duas revistas científicas importantes no país, a Revista de Estudos Feministas e os Cadernos PAGU, periódicos de circulação nacional e internacional que buscaram proporcionar debates acadêmicos no campo dos estudos feministas e de gênero. Ainda na década de 1990, surgiram as revistas “Gênero”, publicada por pesquisadoras da Universidade Federal Fluminense, e o “Espaço Feminino”, publicado pelo Núcleo de Estudos de Gênero e pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Uberlândia (GROSSI, 2004). Tais conquistas anunciaram a seriedade e a força com que as articulações feministas se mesclaram nas práticas, discursos, imagens e instituições presentes na sociedade brasileira.

Por fim, ressalta-se que os efeitos das articulações que se desenharam ao longo do século XX, bem como de linhas que surgiram nos primeiros anos do século XXI, serão problematizados no próximo

capítulo por meio da análise específica dos modos como mulheres criminosas foram retratadas na mídia impressa brasileira. Quatro imagens lendárias se destacam na análise - a criminosa vítima, a criminosa desequilibrada, a criminosa primeira dama e a criminosa emancipada -, sendo essas produções articuladas nos/pelos encontros entre composições conservadores e resistentes. Foi por meio deste recorte analítico que se refletiu sobre os impactos de aparatos tecnológicos, históricos e políticos na produção de modos de existência e perspectivas de gênero.

Capítulo 6

Criminosas *high tech* e a guerra das fronteiras

A escrita do último capítulo é instigante para um cartógrafo, pois é um momento em que algumas tramas percorridas ao longo da pesquisa começam a ser percebidas e conectadas. Ao mapear versões da história das mulheres, sobretudo daquelas tidas como “anormais”, buscou-se percorrer linhas traçadas em meio a movimentos, discursos e imagens. O desafio no desenho dessa última cartografia foi o de entrelaçar essas linhas a outras que se constituíram nos últimos anos, na produção de um tecido chamado atualidade. Este capítulo, portanto, analisa esta construção nos dias atuais, a partir da problematização dos modos como, de 2000 a 2014, crimes cometidos por mulheres são representados nas mídias impressa e digital no Brasil.

No século XXI, o surgimento de novos elementos tecnológicos, imagéticos e políticos tem impactado sobremaneira o cotidiano da população e produzido novas paisagens subjetivas no cenário social, assim como analisa Pelbart (2000, p. 11):

Forças poderosas e estratégias insuspeitadas redesenham, a cada dia que passa, nosso rosto incerto no espelho do mundo. Face à vertigem das mutações em curso, sobretudo nessa matéria prima tão impalpável quanto incontornável a que chamamos de subjetividade, e a exemplo do que ocorreu desde a queda do muro de Berlim, não paramos de nos perguntar: o que se passou, o que terá acontecido que de repente tudo mudou, que já não nos reconhecemos no que ainda ontem constituía o mais trivial cotidiano? Aumenta nosso estranhamento com as maneiras emergentes de sentir, de pensar, de fantasiar, de amar, de sonhar, e cada vez mais vemo-nos às voltas com imensos aparelhos de codificação e captura, que sugam o estofo do que constituía, até há pouco, nossa mais íntima espessura.

Pelbart anuncia algumas composições de linhas que demarcam a transição da “sociedade disciplinar” (FOUCAULT, 2011), que se fez presente nos séculos XVIII, XIX e XX e se caracterizou como um período em que o corpo foi tomado como foco privilegiado de técnicas

de adestramento e normalização com base em confinamentos, para o regime político atual, denominado por Deleuze (1992) como “sociedade de controle”, que é caracterizado pela maior fluidez das “formas ultrarrápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado” (Ibidem, p. 224).

Este novo modo de organização societário se tornou possível a partir do entrelaçamento de conjuntos de linhas que se precipitaram na segunda metade do século XX, principalmente em virtude dos avanços tecnológicos e científicos empreendidos durante as Guerras Mundiais (PRECIADO, 2008). Desde então, assistimos ao desmoronamento de algumas certezas que até pouco tempo regiam a vida em sociedade e estamos sendo impactados pela emergência de outras linhas e arranjos sociais, como, por exemplo, as tecnologias *high tech* que dão maior visibilidade a supostos e/ou confirmados envolvimento de mulheres na criminalidade.

A velocidade das mudanças que se articulam na atualidade, contudo, supera muitas vezes nossa capacidade de compreensão, pois faz circular composições existenciais que dão novos contornos às maneiras como homens e mulheres experimentam a vida. Ao problematizar notícias publicadas nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo, bem como na revista Veja e em diferentes sites policiais sobre crimes cometidos por mulheres desde o ano 2000, algumas “pistas” foram se delineando como possíveis para a construção de um breve desenho sobre o contemporâneo.

Na análise do material obtido notou-se a recorrência de três linhas que operaram na produção de determinadas normas e enunciados hegemônicos relacionados às supostas criminosas e que buscaram “explicar” o envolvimento delas nessa conjuntura, a saber: a linha da naturalização, materializada em torno dos pressupostos de normalidade e de anormalidade, a linha da moralização, edificada em torno de premissas de sensatez, decência e de impudor e a linha da judicialização, que se desenha em torno de premissas de adequação ou inadequação às normas sociais e aos valores e leis vigentes. As conexões entre essas linhas, bem como entre tantas outras visíveis e invisíveis, fez circular determinadas imagens de criminosas no Brasil, figuras *high tech* midiaticamente produzidas que habitam fronteiras onde perspectivas de gênero se edificam e se desmancham.

Destaca-se, contudo, que tais linhas e composições já circulavam em séculos passados, assim como foi desenhado nas cartografias anteriores. Por meio do mapeamento e da análise de enunciados que, desde o final do século XIX, se articularam nas entrelinhas dos discursos e nos detalhes das imagens presentes em laudos psiquiátricos, processos judiciais, cartazes publicitários, entre outros aparatos científicos e midiáticos, tornaram-se visíveis as maneiras como os diferentes modos de vida entre as mulheres (e entre os homens) foram representados desde perspectivas naturalizantes e/ou morais e/ou jurídicas.

Entretanto, a mídia não é capaz de “captar” todas as tendências que se atualizam na vida em sociedade, sendo que, entre os enunciados que operam na produção de noções hegemônicas de feminilidade e masculinidade, circulam linhas que desestabilizam parcialmente as premissas (fronteiras) tradicionais de gênero. Tais linhas e composições se articulam como pontos “[...] móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus próprios corpos e almas, regiões irredutíveis” (FOUCAULT, 1988, p. 92). Deste modo, questiona-se os efeitos disruptivos que notícias sobre crimes supostamente cometidos por mulheres causam à população, afinal, “[...] se há relações de poder em todo o campo social, é porque há liberdade por todo lado” (FOUCAULT, 2011).

É, portanto, nessa trama que se desenha entre pontos de poder e pontos de resistências, onde perspectivas de gênero se reproduzem e se desestabilizam, que a análise seguirá, por meio da problematização das maneiras como mulheres que supostamente cometeram crimes são enunciadas na mídia impressa e digital.

Notaram-se, primeiramente, diferenças em notícias publicadas a partir do ano de 2006, no que se refere ao aumento de mulheres criminosas, bem como de novas *performatividades* delas nessa conjuntura. Essas constatações se pautaram por informações que circulam nos últimos anos em jornais, revistas e sites e que, com surpresa, noticiaram o trânsito de mulheres na criminalidade, como explícita o título de matéria a seguir: “Um espanto: em cinco anos, aumentou mais de 400% o número de crimes cometidos por mulheres” (GANGUE, 2012). O “espanto” quanto ao aumento de mulheres na criminalidade encontra suporte na premissa de que mundo do crime não

se apresenta como lugar “natural” de mulheres. Houve também notícias que anunciaram a participação de mulheres como líderes em crimes considerados até há pouco tempo (e, em grande medida, ainda o são) como de homens, como latrocínios, assaltos, sequestros, especulação imobiliária e tráfico de drogas, como anunciam os trechos de matérias em destaque: As quatro prostitutas, presas em Ribeirão Bonito, são acusadas de latrocínio, roubo seguido de morte, formação de quadrilha, cárcere privado e tortura (SANTOS, 2009) e Mãe e filha são acusadas de chefiar tráfico (MÃE, 2009).

Assim, questiona-se as condições que, na atualidade, têm possibilitado às mulheres experimentarem novas possibilidades de vida, pois a visibilidade de diferentes *performatividades* de mulheres no crime acontece em concomitância à evidência de maior participação delas, inclusive em cargos de chefia, no âmbito profissional (TAVARES, 2011). Nas últimas décadas, uma série de mudanças, tais como o aumento da competitividade no mercado de trabalho, o avanço no campo dos estudos de gênero, as inovações tecnológicas, entre outros elementos, vem contribuindo para desestabilizar limites reguladores definidos na vida em sociedade, como os binarismos edificados nas fronteiras entre masculino/feminino, ativo/passivo e público/privado.

Assim como pontuado anteriormente, a sociedade contemporânea é demarcada por uma crise generalizada de todos os meios de confinamento (prisão, hospital, fábrica, escola, família), o que implicou o surgimento de mecanismos sutis e variáveis de controle (DELEUZE, 1992), como, por exemplo, as inovações tecnológicas e farmacológicas (PRECIADO, 2008). As formas atuais de controle operam múltiplas conexões na vida em sociedade, que se ramificam em discursos e *performatividades* conservadoras e resistentes às normativas sociais. Entre os múltiplos efeitos dessas composições, destaca-se a evidência de certo borramento das fronteiras tradicionais de gênero, o que tem possibilitado diferentes experimentações de homens e mulheres na conjuntura social.

Entre essas novas paisagens circulam mecanismos de controle fluidos, ondulatórios, dispersivos, descontínuos e ilimitados, que se disseminam na população por meio de diferentes caminhos, como, por exemplo, as tecnologias audiovisuais (televisores, computadores, internet, celulares, mídia). Como “coleiras eletrônicas” (DELEUZE, 1992, p. 229), esses aparatos tecnológicos estão cada vez mais presentes na vida em sociedade, sendo que o processo de interação com esses

mecanismos faz circular enunciados que implicam a (re)produção e impressão de formas capitalísticas de existência, assim como analisam Deleuze e Guattari (1997, p. 158):

[...] somos submetidos pela televisão como máquina humana na medida em que telespectadores são não mais consumidores ou usuários, nem mesmo sujeitos que supostamente a “fabricam”, mas peças componentes intrínsecas, “entradas” e “saídas”, feed-back ou recorrências, que pertencem à máquina e mais à maneira de produzi-la ou de se servir dela. Na servidão maquínica há tão-somente transformações ou trocas de informação das quais umas são mecânicas e outras humanas.

Em consonância com a importância atribuída aos impactos das tecnologias audiovisuais na produção de certos modos de vida, Pelbart (2000) analisa a ascensão da mídia e da indústria da propaganda na atualidade e a potência desses aparatos em impregnar as esferas culturais e subjetivas. Como efeito dessas conexões, o autor destaca o enfraquecimento dos afetos, a deshistorização dos fenômenos sociais, a virtualização das relações e a dificuldade cada vez maior de localizar as formas de controle atuais, sendo que, para o autor, “[...] surfamos numa mobilidade generalizada, nas músicas, nas modas, nos slogans publicitários, no circuito informático e telecomunicacional” (Ibidem, p.15).

Outro efeito dessa interação é que já não habitamos apenas lugares definidos e prescritos, pois nosso cotidiano está impregnado de componentes fluidos, de fluxos de partículas, de sons, de imagens, de informações e de palavras, que impactam sobremaneira as formas de viver. “O onipresente controle tecno-social tornou-se nosso novo meio ambiente” (PELBART, 2000, p.15), o que implica experimentações marcadas pela inter-relação de “[...] extrema velocidade, extrema paralisia, extrema desmaterialização, extremo controle, extrema serialização [...]” (Ibidem) e de encontros inusitados, como, por exemplo, a evidência de novas posições de mulheres na criminalidade, como se verifica em um fragmento de matéria destacado:

Sem alarde, as mulheres estão ocupando posições até agora estritamente masculinas no tráfico de

drogas do Rio. Elas chegaram ao alto escalão da criminalidade e desempenham todas as funções nas bocas-de-fumo. Podem ser as donas do negócio, as responsáveis pela segurança dos chefes ou as que preparam e vendem as drogas (GUIMARÃES; AULER, 2007, p.26).

Notícias sobre arranjos sociais e existenciais em trânsito na atualidade, portanto, implicam múltiplos efeitos na sociedade. Nessa conjuntura, os processos de controle de dimensões da sexualidade e dos gêneros, que outrora eram empreendidos por meio de técnicas disciplinares, passam a também serem articulados em meio aos modos atuais de gestão que se pulverizam no “tecno-capitalismo” (PRECIADO, 2008). As novas formas de controle circulam em aparatos autodiovisuais e medicamentosos, (re)produzindo velhos e novos códigos sexuais e de gênero, assim como problematiza Preciado (2008, p. 82): “Si en el sistema disciplinario decimonónico, el sexo era natural, definitivo, intransferible y trascendental; el género aparece ahora como sintético, maleable, variable, susceptible de ser transferido, imitado, producido y reproducido técnicamente”.

Como uma “tecnologia de gênero” (DE LAURETIS, 2004) importante na sociedade contemporânea, a mídia tem ocupado significativo destaque no cenário das revoluções tecnológicas que interferem nas dimensões das esferas públicas e privadas, bem como na construção de perspectivas de gênero. Ao fazer circular determinadas informações sobre fatos que emergem na atualidade, a mídia se apresenta como um meio de comunicar formas de organização social, bem como de mediatizar noções tradicionais e resistentes de masculinidade e feminilidade (AZEVEDO, 2011).

Quando algumas matérias jornalísticas dão visibilidade, por exemplo, ao aumento e às novas *performatividades* de mulheres no crime, elas possibilitam questionamentos dos modelos inteligíveis de feminilidade que posicionam politicamente as mulheres como naturalmente dóceis e passivas. Nesse sentido, o pressuposto da existência de um “verdadeiro” sexo biológico, que se constitui em consonância com códigos (hetero)normativos (BUTLER, 2003), sofre abalos frente a essas evidências, assim como demonstra o trecho de matéria a seguir: “Há cinco anos à frente do Talavera Bruce, o diretor Luís André Azevedo se impressiona com o crescimento do número de mulheres que fazem do tráfico a sua opção de vida. Estamos chegando a

um ponto em que não vai haver mais vagas no sistema penal para mulheres” (GUIMARÃES; AULER, 2007, p.26).

Contudo, essas mesmas notícias contribuem para a afirmação da ordem dos gêneros, à medida que localizam suas práticas como ininteligíveis, frutos das ações de mulheres anormais e/ou imorais e/ou indecentes, entre outras características que operam no sentido de associá-las a “seres abjetos” (BUTLER, 2001, p. 155). Nota-se, desse modo, que “[...] existem pensamentos sobre a sistematicidade do corpo, existem codificações que atribuem valores ao corpo [...]” (SPIVAK apud BUTLER, 2001, p. 153), sendo que, em guerra, um conjunto de linhas se compõe na produção de perspectivas binárias de gênero, ao mesmo tempo em que decompõe essas mesmas noções, possibilitando certos deslizamentos nas fronteiras, onde prerrogativas de gênero se institucionalizam e se desestabilizam.

Parte-se da perspectiva de que as associações da criminalidade entre mulheres a desvios de uma suposta conduta feminina institucionalizada são alguns dos motivos que explicam a intensa surpresa, estarrecimento e indignação que, geralmente, notícias sobre crimes cometidos por mulheres causam à população brasileira, como se verifica no título de uma matéria: “A prisão de uma suposta sequestradora de crianças na zona leste gerou tumulto ontem em frente a uma delegacia de São Paulo. Enfurecidos, moradores apedrejaram a delegacia” (MULTIDÃO, 2002).

Ressalta-se, contudo, que, além da pretensa universalidade do termo mulher, também coexiste uma série de vetores de produção subjetiva e social, constituídos em consonância com velhas hierarquias que se sustentam em diferenças raciais, de classe, de idade, de corpo e geopolíticas (SCHMIDT, 1999; PRECIADO, 2008). Logo, ainda que notícias sobre crimes cometidos por mulheres comumente impactem negativamente grande parte da população, há variações na comoção que essas cenas produzem. Os casos de crimes cometidos por mulheres brancas e de classes altas, por exemplo, são geralmente publicizados em meio a forte comoção social, ódio e revolta, o que já não se percebe de modo tão intenso na divulgação de atos cometidos por mulheres de classes populares e/ou negras, pardas ou indígenas, consideradas ao longo da história como meio animais, como será exemplificado ao longo do texto.

Portanto, discursos e imagens que circulam em notícias sobre crimes cometidos por mulheres somam-se a uma série de práticas

discursivas que engendra processos de normalização da população e se apresenta como operadores políticos constituídos em consonância com matrizes (hetero)normativas (BUTLER, 2003). Desse modo, ressalta-se que as delimitações da diferença sexual entre os corpos, com seus atributos subjetivos e sociais correlacionados, não se constituem simplesmente com a função de circunscrever diferenças materiais entre homens e mulheres. Tais práticas discursivas operam na delimitação de *performatividades* consideradas normais, decentes e adequadas, sendo essas erigidas em torno de categorias normativas de sexualidade que se constituem como “ideais regulatórios” da sexualidade (FOUCAULT, 1988).

Como exemplo dos efeitos dessa construção, destaca-se o fato de que, em grande parte das notícias sobre crimes cometidos por mulheres, a problematização das circunstâncias em torno dos seus atos permanece em segundo plano, sendo geralmente o foco das notícias os aspectos psíquicos e/ou corporais e/ou modos de vida das criminosas, como se verifica no título de matéria a seguir: “Jovens, ricas e criminosas: elas terminaram atrás das grades” (GANGUE DAS LOIRAS, 2012).

Nas entrelinhas das descrições de atributos “individuais” que compõem a vida das mulheres em questão circulam enunciados privilegiados que “[...] comportam presunções estatutárias de verdade, presunções que lhe são inerentes, em função do que as enunciam” (FOUCAULT, 2010, p. 11). Um dos efeitos dessas articulações é o de inscrever e constituir os crimes como resultados de traços pessoais, das maneiras de elas serem e se conduzirem. Desse modo, os atos são apreciados desde um ponto de vista “psicológico-moral”, como resultado de mulheres “falhas” e que apresentam defeitos morais, o que contribui para afirmar que elas já se pareciam com seus crimes antes mesmo de tê-los cometidos (FOUCAULT, 2010).

O trecho de uma entrevista realizada com uma mulher julgada pelo homicídio de uma criança elucida as maneiras como o ato dela é posicionado na notícia como consequência de uma condição psíquica: “Segundo a babá, ‘vozes’ a induziram a segurar o pescoço e a tapar o nariz da menina de 1 ano e 8 meses que ‘chorava muito’” (BIGATO, 2006). Destaca-se que na análise de matérias publicadas no Brasil desde 2000, um dos crimes que mais aparece nas descrições é o de mães e babás que torturaram e/ou assassinaram crianças. Embora os dados indiquem que essas são práticas mais frequentes do que se imagina no Brasil, os enunciados presentes nas matérias geralmente situam tais

crimes como resultado de situações pontuais, demarcadas comumente pela premissa de psicopatologia.

O foco das análises dos crimes cometidos, portanto, está deslocado do ato em si para a análise da conduta da criminosa, da sua “maneira de ser”. Esses processos de individualização e moralização de crimes, contudo, não são uma produção exclusiva da mídia impressa brasileira. Ao analisar exames psiquiátricos realizados entre os anos de 1955 e 1974, Foucault (2010, p. 15) tornou visíveis os modos pejorativos com que criminosos eram assinalados nesses documentos. Apresentados como “imaturos psicologicamente”, com “profundo desequilíbrio”, “personalidade pouco estruturada” e com “má apreciação do real”, os exames sobredeterminavam os crimes como reflexos de irregularidades fisiológicas, psicológicas e/ou morais.

De forma análoga, as maneiras como grande parte das notícias sobre mulheres tidas como criminosas são apresentadas tendem a deslocar a informação para um julgamento de ordem moral e/ou psiquiátrica, sendo que, muitas vezes, o que está em questão não é o crime em si ou as circunstâncias em torno dele, mas sim a condenação de condutas “irregulares” de mulheres que praticaram *performatividades* dissonantes às normativas de gênero.

A ideia de irregularidade necessariamente convoca a ideia de doença e antinatureza, constituindo-se como prática discursiva e regulatória, na medida em que contribui para a afirmação de que existe um modo aceitável e “normal” de ser mulher. Corpos localizados como irregulares e “inabitáveis” constituem “o limite definidor do domínio do sujeito” (BUTLER, 2001, p.155), na medida em que contribuem para o processo de regulação de modos de vida considerados habituais, decentes, sensatos e adequados à população. O trecho de matéria a seguir elucida tal afirmativa, pois apresenta os modos como crimes cometidos por mulheres são, por vezes, apresentados na mídia como reflexos de condições subjetivas e sociais irregulares: “6% das assassinas passionais apresentam transtornos mentais (dessas, 60% estão sob efeito de alguma droga psicoativa ou álcool). Cerca de 12% se matam depois do crime, como ocorreu com Neusa Schiochet Prist, 64, que matou o marido, Azril Prist, 81, há dois meses, nos Jardins” (QUANDO, 2002, p.9).

Deste modo, evidencia-se que normas regulatórias de gênero se constituem em torno de um poder reiterativo que produz e regula contornos e movimentos entre os corpos, definindo-os como viáveis ou

inviáveis dentro de uma matriz de inteligibilidade cultural (BUTLER, 2001). Os “anormais” são circunscritos em zonas “inóspitas” e “inabitáveis”, como seres abjetos que, apesar de não gozarem do *status* de sujeito, são fundamentais para que este domínio seja circunscrito (Ibidem, p.155). Como “casos excepcionais”, as criminosas são apresentadas como mulheres que habitam o campo da anormalidade, como expressões de seres que ainda não são considerados sujeitos (BUTLER, 2001, p. 155), como reafirma o fragmento de matéria a seguir:

A paisagem da violência feminina não provocada, mas premeditada, permanece estranhamente inexplorada. As mulheres que matam recebem “status de ‘caso excepcional’ que deriva de alguma circunstância fora do comum: a mulher espancada que mata seu marido abusivo, a mãe psicótica no período do puerpério que mata seu filho recém-nascido (TANENHAUS, 2010, p.C8).

Nota-se que a notícia estabelece uma distinção entre dois “modelos” de mulheres criminosas, aquelas que foram levadas a cometer um crime por circunstâncias específicas e aquelas que são situadas como abjetas por terem premeditado e/ou desejado cometer um ato de violência. O enunciado que circula por meio dessa distinção é de que apenas uma mulher “anormal” seria capaz de desejar cometer um crime, o que necessariamente opera para novamente circunscrever e perpetuar uma concepção de feminino como “naturalmente” passivo, sensível e frágil.

Outro trecho de matéria também contribui para elucidar as maneiras como os aparatos midiáticos operam na produção de perspectivas inteligíveis e ininteligíveis de gênero: “A mulher tem um repúdio interior à violência’, acredita o advogado criminalista Waldir Troncoso Peres, 78. O número de mulheres nas cadeias aumentou por causa do crime organizado. Ainda assim, ela dificilmente é a executora. Pode participar do engenho, não do ato em si” (OLIVEIRA; SAMPAIO, 2002, p.6). Ainda que a notícia evidencie a maior participação de mulheres na criminalidade, enunciados presentes no texto se articulam na afirmação de uma suposta natureza feminina dócil e incapaz de cometer atos de violência.

As classificações de mulheres criminosas como abjetas se codificam e decodificam a partir da interpelação de normas reguladoras de gênero, o que demonstra que o “[...] paradoxo da subjetivação reside precisamente no fato de que o sujeito que resistiria a essas normas [regulatórias] é, ele próprio, possibilitado, quando não produzido, por essas normas (BUTLER, 2001, p. 170). Logo, os enunciados construídos em torno dessas mulheres se somam a uma série de outras tecnologias de controle que regulam a vida em sociedade, ou seja, são “[...] textos que desempenham um papel nesse real do qual falam [...].” (FOUCAULT, 2003b, p. 206).

Como um processo de “ortopedia moral” (FOUCAULT, 2011), as classificações dessas mulheres se constituem em meio a enunciados e imagens que tendem a privilegiar as posições da maioria, em geral, mais conservadoras. Neste sentido, crimes de mulheres ganham repercussão e são noticiados quando estão relacionados a questões polêmicas e a discursos sensacionalistas, como explicita o título da matéria publicada pela revista *Veja* em abril de 2006: “Verdades e mentiras de Suzane Von Richthofen: repudiada pela família, sem dinheiro, com medo de sair às ruas e manipulada pelos advogados, a jovem que participou do assassinato dos pais está mais perdida do que nunca” (LINHARES, 2006). Neste caso, é preciso atentar para o fato de Suzane ser branca, rica, escolarizada e heterossexual, o que provavelmente contribuiu para que o enunciado presente na descrição do seu ato a posicione como desequilibrada. Nesse sentido, questiona-se se uma mulher negra e de classe popular seria “produzida” e teria seus atos justificados da mesma maneira.

O anúncio sugere a imagem de uma menina assustada, frágil e confusa, que cometera um crime por manipulação dos outros e/ou por desequilíbrio emocional. Comumente, quando crimes cometidos por mulheres contrariam perspectivas tradicionais de gênero, como a expressão de homicidas, parricidas, infanticidas, sequestradoras, traficantes, entre outros exemplos, as narrativas midiáticas tendem a vincular os atos cometidos por elas a consequências de condições psíquicas e/ou anormais, o que se configura enquanto um processo de “ortopedia moral”, na medida em que dimensiona as práticas de violência de mulheres a expressões de irregularidades. Contudo, esta pesquisa parte do pressuposto que as pessoas se envolvem na criminalidade em virtude de uma série de elementos individuais, conjunturais, culturais, sociais e políticos. Nesse sentido, questiona-se

por que crimes cometidos por mulheres tenham que ser rapidamente localizados na mídia como reflexos de irregularidades subjetivas e/ou de conduta individual?

No Brasil contemporâneo é notório que, ao lado de mulheres que reproduzem modos de vidas mais habituais, transitam outras que vivenciam diferentes possibilidades de existência, como, por exemplo, o envolvimento na criminalidade. O Brasil é um país demarcado por uma ampla diversidade territorial, étnica, cultural e política, sendo que os efeitos dos avanços no campo dos direitos femininos no país tornam-se evidentes no fato de as brasileiras ocuparem a maioria das vagas de escolas e universidades (TAVARES, 2011), de elas articularem importantes movimentos de luta pelos direitos humanos, sexuais e reprodutivos (PITANGUY, 2011) e representarem uma parcela significativa da mão de obra, ocupando, inclusive, carreiras privilegiadas e postos de decisão (BRUSCHINI; LOMBARDI; MERCADO; RICOLDI, 2011).

Apesar de esses avanços terem possibilitado vislumbrar a capacidade e o desejo com que mulheres vêm transitando em espaços públicos, as vivências de mulheres na criminalidade são comumente localizadas como inapreensíveis. Essa conjuntura implica também o questionamento se o aumento de notícias sobre crimes cometidos por mulheres, embora inicialmente anunciem (e articulem) mudanças na conjuntura social, estão, ao mesmo tempo, reproduzindo modos e modelos conservadores de vida.

Na tentativa de dar corpo a esses questionamentos, o texto seguirá com uma breve problematização de algumas maneiras como mulheres tidas como criminosas são comumente apresentadas na mídia. Classificadas como vítimas, desequilibradas, primeiras damas e emancipadas, essas caracterizações são como “lendas” que se produzem por razões diversas e que operam na articulação de “um certo equívoco do fictício e do real” (FOUCAULT, 2003b, p.207), na medida em que restringem as múltiplas práticas de mulheres no crime a noções psicológicas e/ou morais.

Nas cartografias anteriores, algumas dessas “lendas” já se fizeram presentes, sendo atualizadas em meio a arranjos contínuos e descontínuos de linhas. Há, por exemplo, o fato de a figura da mulher “macho”, apresentada nos discursos psiquiátricos e criminológicos como mais propensa a cometer crimes pela sua condição homossexual, ter praticamente desaparecido nas notícias que circulam no

contemporâneo. É como se o evidente aumento de mulheres em espaços públicos nas últimas décadas, tenha possibilitado à sociedade considerar, ainda que com estranhamento, que mulheres “fêmeas” também cometam crimes. Talvez como resultado disso, e de outras linhas visíveis e invisíveis que se compõem e decompõem nos dias atuais, assistimos desde 2006 o surgimento de um número significativo de matérias sobre mulheres que se envolvem na criminalidade por desejo e escolha, sendo que parte delas assume inclusive posição de liderança nessa conjuntura.

Imagens lendárias de mulheres tidas como criminosas circulam na mídia, portanto compõem-se no tensionamento entre linhas díspares que, em luta, evidenciam as *performatividades* delas desde perspectivas individualizantes e psicologizantes, como expressões de mulheres que se envolveram na criminalidade devido a uma situação de opressão, necessidade e/ou enlouquecimento. Analisar essa construção contribui para o debate sobre “[...] parte das políticas de produção de subjetividade e cultura em confronto na atualidade” (ROLNIK, 2010, p. 19). É sobre esse campo de encontros e desencontros, de conexões e rupturas que se desenham nas interações com os aparatos midiáticos que a análise seguirá.

Uma figura recorrente nas notícias que circulam nas mídias impressa e digital é a da “criminosa vítima”. Como “um conto de fadas com final às avessas” (SCOTT, 2012), os enunciados presentes nas narrativas e imagens operam no sentido de afirmar que tais mulheres foram levadas a cometer crimes em virtude de distúrbios psicopatológicos, amores incontroláveis e/ou vivências de opressão, como elucida o trecho de matéria a seguir: “Antes de matar ou mandar matar, ela [mulher julgada como criminosa] passou por uma sucessão de agressões verbais ou físicas. O crime é a gota que transborda o copo” (OLIVEIRA; SAMPAIO, 2002). Tais construções se materializam por meio do encontro entre linhas que operam na perpetuação de uma correlação entre criminalidade feminina como expressão de condições antinaturais.

Apresentados comumente como resultado de uma explosão e/ou de um momento de desespero, crimes de mulheres são muitas vezes posicionados nas notícias como “exceções” à regra. O pressuposto de que seus atos refletem situações inevitáveis implica a presunção de que, caso houvesse outra saída, elas “naturalmente” não teriam cometido o delito. Desse modo, enunciados presentes nas notícias rearticulam um

suposto “traço essencialista” que subjaz no corpo feminino e que o evoca como frágil e passivo (COSTA, 1989).

A evidência de mulheres autoras de crimes na mídia, contudo, implica fissuras nas premissas tradicionais de gênero, na medida em que faz o leitor se deparar com *performatividades* que, supostamente, se contrapõem à premissa de docilidade inerente ao feminino. Um dos efeitos dessas correlações, como já comentado anteriormente, foi o de associar o envolvimento delas aos pressupostos de anormalidade e vitimização, sendo tal construção comumente sustentada em torno de uma série de argumentos. Entre esses, destacam-se aqueles que relacionam os atos cometidos por elas aos dispositivos da maternidade (BADINTER, 1985), da loucura (FOUCAULT, 2010) e do amor (COSTA, 1989), bem como a noções de culpa e arrependimento.

Ao problematizar notícias publicadas no capítulo 5, notou-se um número considerável de enunciados que operam no sentido de correlacionar os crimes cometidos por mulheres como a única maneira que elas encontraram para “proteger” os seus filhos. A imagem de mães dominadas por um “instinto materno” (BADINTER, 1985) incontrolável se apresenta como explicação para o delito cometido, como elucida um trecho de entrevista publicada no jornal Folha de São Paulo em 2002, realizada por uma mulher que assassinou o marido que agrediu a ela e a seus filhos: “Quando sente que seus filhos estão ameaçados, a mãe os defende. Só pela minha vida eu não faria uma coisa dessas” (DEPOIMENTOS, 2002). Ao afirmar que pela própria vida não cometeria o homicídio do marido, o enunciado presente no relato da entrevistada é o de que, na vida de uma mulher, a intenção de proteger os filhos supera qualquer outro desejo, inclusive o da própria sobrevivência, o que se configura como um processo de “ortopedia moral” (FOUCAULT, 2011), na medida em que estabelece uma correlação direta (instintiva) entre feminilidade e maternidade.

O conceito de “instinto” emergiu como tema privilegiado na psiquiatria do século XIX, tendo se configurado como peça importante na trama de componentes que se inter cruzaram na construção de noções de normalidade e anormalidade entre a população (FOUCAULT, 2010). Nessa conjuntura, o pressuposto de um instinto que nos habita foi um vetor importante na associação da criminalidade à ideia de desvio de conduta, à medida que, a partir deste momento, as expressões de distúrbios e irregularidades foram sobrecodificadas como traços eminentemente individuais, assim como analisa Foucault (2010, p. 112-

113): “É a partir da noção do instinto que vai poder se organizar, em torno do que era outrora o problema da loucura, toda a problemática do anormal, do anormal no nível das condutas mais elementares e mais cotidianas”.

Logo, ainda que o pressuposto da existência de um instinto “individualize” as práticas, o enunciado que esse conceito articula tem também efeitos generalizantes e totalizantes em torno de uma suposta “essência” que se materializa em ato. Como um dos efeitos dessas articulações, ressalta-se que, nos últimos séculos, o desenho de um novo modo de ser mãe esteve diretamente relacionado à premissa de um instinto materno inerente às mulheres (BADINTER, 1985; GIDDENS, 1993). Desde então, os filhos foram considerados objetos privilegiados de atenção feminina, sendo as mulheres apresentadas como as figuras responsáveis por garantir a sobrevivência deles. Em consonância à prerrogativa política da maternidade, crimes de mulheres são geralmente mais aceitáveis e suportáveis para a população quando cometidos em nome da proteção e amor aos filhos, como se pode verificar no trecho de uma matéria intitulada “O amor de mãe que produz atos chocantes” (AGGEGE; MAYRINK, 2006, p.32):

Maria do Carmo Ghislotti teve seu filho de 3 anos violentado por um garoto vizinho. Na delegacia, quando o rapaz comentou que não ficaria preso por ser menor, Maria do Carmo saltou com uma faca na jugular dele, e o matou, num só golpe. Em seguida, deu as próprias mãos para serem algemadas, dizendo que tinha vingado seu filho e daria a própria vida por ele.

Ao acompanhar publicações em relação ao caso de Maria do Carmo, notou-se que grande parte das notícias “tendeu” a localizar o seu ato como resultado da “mulher [que] se apaga em favor da boa mãe que, doravante, terá suas responsabilidades cada vez mais ampliadas” (BADINTER, 1985, p. 206). Ainda que Maria do Carmo tenha premeditado o crime, pois escondeu consigo uma faca no caminho para a delegacia, o seu crime foi relatado na maior parte das notícias como um momento de descontrole, o que provavelmente influenciou seu julgamento. Destaca-se que ela foi absolvida pelo Tribunal do Juri com a tese de que agira em nome da defesa e honra do filho.

Na problematização de notícias sobre crimes cometidos por mulheres é notável a articulação de um campo moral de análise, sendo os atos delas geralmente classificados como mais ou menos graves, dependendo de se aproximarem ou se distanciarem de prerrogativas tradicionais de feminilidade. Este processo de moralização torna-se evidente na comoção social que, geralmente, os casos de infanticídios cometidos por mulheres, sobretudo aquelas de classes média e alta, causam na população. Nesse sentido, destaca-se o caso da vendedora Simone Cassiano da Silva, acusada de ter jogado no ano de 2006 a filha de três meses dentro de um saco plástico na Lagoa da Pampulha em Belo Horizonte. Notícias veiculadas durante o período de julgamento de Simone estiveram carregadas de comentários pejorativos, que contribuíram para desenhar a imagem de uma mulher perversa e fria, como elucida o trecho a seguir: “Ficou claro que ela tinha motivações para fazer aquilo e toda a defesa já caiu por terra. Comprovamos que ela mentiu. Nunca havia visto tanta frieza em uma criminosa contra a própria filha, recém-nascida” (ALVES, 2007, p.17).

Ainda que Simone não tenha sido presa em flagrante e que alegasse não ter cometido a tentativa de homicídio, a indignação que transparecia nas entrelinhas das notícias sobre o caso operava no sentido de apresentá-la como mãe “desalmada e culpada” (BADINTER, 1985). Contudo, em paralelo às análises morais sobre o caso, coexistiam notícias que tendiam a descrever a suposta atitude de Simone como resultado de um quadro de depressão pós-parto e/ou medo de que o namorado soubesse que a filha não era dele. Simone aparece, portanto, como vítima pressionada por condições específicas, mas que é logo substituída pela imagem da boa mãe, provisoriamente reconquistada, como se verifica no trecho a seguir:

Simone foi denunciada por homicídio, mas ao longo do processo poderá conquistar atenuantes. Embora tenha tentado matar a filha dois meses após o parto, Simone o fez menos de 24 horas depois de tirar a menina do hospital. O caso ainda pode ser considerado infanticídio (morte do próprio filho, sob a influência do estado puerperal, durante o parto ou logo depois), na opinião do psiquiatra Antonio Hélio Guerra, do Hospital das Clínicas de São Paulo (AGGEGE; MAYRINK, 2006, p.32).

Ao sobrecodificar a tentativa de homicídio como resultado de uma ação ocorrida em estado puerperal, o crime em questão ganha os contornos de um ato cometido por uma mãe desequilibrada em um momento de fragilidade e pressão emocional, restituindo assim a imagem da feminilidade normal como eminentemente materna. O pressuposto de estados psíquicos “anormais” (FOUCAULT, 2010) tem sido amplamente utilizado na mídia para explicar crimes cometidos por mulheres, sendo esses apresentados como atos cometidos em momentos de insanidade e de perda da consciência. Logo, vemos circular uma segunda figura bastante recorrente na mídia e que também contribui para representar a criminalidade feminina a partir do pressuposto de vitimização e anormalidade, que é a “criminosa desequilibrada”.

São frequentes as notícias que tendem a correlacionar crimes cometidos por mulheres com expressões de loucura. Ao analisar a linguagem criminológica constituída no século XIX, Faria (2008) verificou que mulheres eram consideradas menos capazes que os homens de cometer delitos, sendo as práticas delas habitualmente circunscritas como desviantes. Constituindo-se como “[...] meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural [...]” (BUTLER, 2003, p. 39), a explicação da criminalidade feminina como “ato de loucura” está articulada aos efeitos de um conjunto de poderes normalizadores que circulam na vida em sociedade.

Foucault (2010) ressalta que, a partir do século XIX, a sobrecodificação da loucura como origem de toda ação criminosa legitimou uma aliança estratégica entre o poder judiciário e o poder médico, tendo se consolidado como uma importante engrenagem de controle e normalização social. A partir desse momento, o louco é considerado “[...] aquele em que a delimitação, o jogo, a hierarquia do voluntário e do involuntário se encontram perturbados [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 134), o que caracterizaria seus crimes como expressões de irracionalidade. Em consequência disso, nos deparamos com notícias que associam crimes cometidos por mulheres a crises incontroláveis de ciúmes, depressões pós-partos, uso de drogas, entre outras “justificativas” que operam no sentido de correlacionar os seus delitos a desvio.

Como resultado de desordens afetivas, psíquicas e/ou hormonais, as *performatividades* dessas mulheres são associadas à falta

momentânea de consciência, o que as sobrecodifica como vítimas de situações incontrolláveis e imprevisíveis, como elucida o seguinte trecho: “Roselani [acusada de matar o marido] é dona de uma fábrica de calçados na cidade. O delegado que preside o inquérito, Nauro Osório Marques, diz que ela estava em tratamento psiquiátrico contra depressão” (MULHER, 2009). O pressuposto de depressão torna apreensível, senão suportável, o ato cometido por Roselani, pois a “[...] possibilidade de invocar a loucura excluía [...] a qualificação de um ato como crime: na alegação de o autor ter ficado louco, não era a gravidade de seu gesto que se modificava, nem a sua pena que devia ser atenuada: mas o próprio crime desaparecia” (FOUCAULT, 2010, p. 23).

Em muitas notícias, notou-se que a presunção de “desvio” assume também outro contorno, que é o de relacionar mulheres criminosas à infância, sendo elas apresentadas, por vezes, como meninas frágeis, desinformadas e assustadas. Os enunciados enlaçados a premissa de “imaturidade” se organizam no sentido de desresponsabilizá-las pelos delitos cometidos, como se suas condições infantilizadas as incapacitassem de entender e planejar os crimes em questão, como fica claro no trecho de matéria citado: “Ela é muito infantil, não tem noção da gravidade do ato que cometeu, não sabe que sequestro é crime hediondo” (CARVALHO, 2001).

Ao analisar laudos psiquiátricos redigidos entre as décadas de 1950 a 1970, Foucault (2010, p. 15-19) verificou que eram frequentes as associações de criminosos a “personalidade pouco estruturada”, “imaturidade psicológica” e “infantilismo”. Tais caracterizações contribuíram na época para estabelecer em torno da figura do delinquente “uma espécie de indiscernibilidade jurídica” (FOUCAULT, 2010, p. 19), ou seja, mesmo que o sujeito em questão fosse um criminoso, o juiz não julgava o ato em si, mas sim as condutas irregulares que o levaram a cometer um crime.

O pressuposto de “indiscernibilidade” está também presente nas notícias que, na atualidade, correlacionam crimes cometidos por mulheres a imagens de meninas manipuláveis e vulneráveis. Apresentadas como criminosas que cometeram atos de violência de modo “inocente”, devido a sua condição infantilizada, os enunciados que circulam nas entrelinhas dessas notícias operam no sentido de sugerir certa ausência de noção da gravidade dos atos cometidos, como elucidam as duas descrições a seguir: “Tão pequenas [adolescentes apreendidas por envolvimento no tráfico de drogas] que ainda fazem

xixi na cama" (ARANDA, 2009, p.23) e “Madrasta [condenada por coparticipação no homicídio de Isabella] disputava com Isabella colo do pai” (KAWAGUTI; TOMAZ; CARAMENTE, 2002).

Outro argumento bastante frequente na descrição de crimes cometidos por mulheres, e que atualiza linhas já descritas nas cartografias anteriores, é o que posiciona os atos cometidos por elas como resultado de um amor incontrolável por um homem bandido, como exemplifica um trecho de matéria que questionou a participação de Suzane von Richthofen no homicídio de seus pais:

O advogado de Suzane [julgada por coparticipação em crime de parricídio] vai alegar que Daniel manipulou a jovem. [...] "A pergunta principal para o júri, principalmente para as mulheres, que entendem de virgindade e amor, é a seguinte: 'Se a Suzane não tivesse conhecido o Daniel, os pais dela estariam hoje mortos?'"", questiona Nacif, que em seguida responde: "Jamais. Ela começou a brigar com os pais por causa dele, um explorador". [...] "Ela era uma mulher apaixonada, perdeu a virgindade com ele aos 16 anos, era uma escrava psíquica. Mulher apaixonada faz qualquer negócio", disse Mauro Otávio Nacif (TAKAHASHI; SOARES, 2006)

A notícia apresenta Suzane como uma jovem frágil, perdida e manipulada pelo namorado. Ao ler notícias e imagens publicadas durante dez anos sobre o caso da família von Richthofen, notou-se que eram comuns as descrições de Suzane como vítima do amor a um bandido, como uma “jovem que tem uma personalidade bastante influenciável” (HISAYASU, 2005). A figura 21 elucida esse comentário, à medida que apresenta a jovem cabisbaixa, com ares de desespero, ao mesmo tempo em que posiciona o namorado Daniel (rapaz sem camisa) com postura ereta e contida.

Ao priorizar o envolvimento afetivo dessas mulheres como a



Figura 21 – Suzane von Richthofen

explicação de sua participação na criminalidade, a mídia contribui para o reposicionamento do feminino enlaçado à dimensão do amor (COSTA, 1989). A difusão de linhas em torno da ideia de amor romântico está profundamente correlacionada às transições socioeconômicas que caracterizaram a ascensão do capitalismo. Nessa conjuntura, Giddens (1993) analisou um conjunto de códigos que, a partir do século XVIII, implicaram a responsabilização da mulher pela instauração e manutenção do “amor” nas relações familiares. Entre esses, destaca-se o estabelecimento da ideia de lar como espaço privado, as modificações das relações entre pais e filhos e a construção de uma nova noção de maternidade, como personagem responsável pelo cuidado (amoroso) dos filhos e marido.

Organizou-se, então, o ideal do amor romântico diretamente associado ao corpo feminino, como um “amor feminilizado” (GIDDENS, 1993, p. 54), considerado atributo “natural” das mulheres no cuidado da família. O amor assumiu, portanto, uma função política que balizou as maneiras como relacionamentos conjugais foram prescritos na modernidade, assumindo um caráter normalizador das condutas entre homens e mulheres.

Elogios e prescrições em torno do amor, aliados principalmente ao discurso médico, o localizavam também como sentimento instintivo, uma “voz eloquente e poderosa”, uma “inclinação irreversível e indomável” (COSTA, 1989, p. 230). Nessa perspectiva, a noção de amor se apresentou como traço que compõe a premissa de um instinto feminino que habita o corpo das mulheres, o que, na atualidade, provavelmente implicou efeitos diretos nas maneiras como diversos aparatos midiáticos insistem em explicar o envolvimento de mulheres no crime como resultado de uma paixão desenfreada, quase instintiva, por um bandido, como elucida um trecho de notícia: “A cabeleireira Márcia de Freitas Salvador, 32, que confessou ter seqüestrado um bebê em Curitiba, disse ontem que cometeu o crime “por amor” a um ex-namorado, eleito por ela para ser o “pai” da criança” (VALLE, 2005).

Em contrapartida, ao analisar notícias sobre crimes cometidos por homens, nota-se que dificilmente as dimensões conjugais e/ou afetivas estão em questão. É como se a categoria “homem de bandida”, que se envolveu no “mundo do crime” por amor desenfreado a uma criminosa, naturalmente não existisse. Segundo Grossi (1998, p. 299), “o modelo de conjugalidade ocidental moderno” centra-se na categoria “universal” do amor, o que dificulta a apreensão de “modelos

hegemônicos de gênero com os quais homens e mulheres dialogam permanentemente”. Nesse sentido, o pressuposto do envolvimento de mulheres no crime apenas por amor implica alguns efeitos, como, por exemplo, o fato de tornar o ato dessas mulheres mais apreensíveis à população, à medida que reproduzem uma dimensão considerada inerente ao feminino, assim como reproduzir discursos que insistem em desconsiderar a possibilidade de elas cometerem crimes por desejo e/ou escolha própria.

A história de Anna Carolina Jatobá, coparticipante do homicídio de sua enteada Isabela de Oliveira Nardoni, é um exemplo



Figura 22 – Anna Carolina Jatobá e Alexandre Nardoni

das maneiras como uma série de notícias posicionam o amor como questão central da narrativa. Na maior parte das notícias sobre este caso, verificou-se que Anna Carolina é apresentada como uma mulher fragilizada pelos ciúmes exacerbados da mãe de Isabela, antiga namorada de seu marido Alexandre Nardoni. As

figuras recorrentes na mídia posicionam Anna Carolina como mulher

vulnerável, assustada, perdida, arrependida, como se verifica na figura 22 e em um trecho de notícia destacado: "Ela está completamente abalada com tudo isso que está acontecendo" (KAWAGUTI, 2008). Destaca-se, ainda, que a ideia de cuidado é historicamente associada ao feminino, o que contribuiu para localizar o ato de Anna Carolina na mídia como ininteligível.

Na contrapartida dessas imagens, a imprensa fez circular representações de Alexandre associadas às noções de frieza, racionalidade e controle, como também se verifica na figura 22 e em um trecho de notícia publicada no jornal Folha de São Paulo: "Sobre o marido, Anna Carolina disse à polícia que Nardoni era 'calmo até demais' e 'que não gosta de discussões'" (FERREIRA, 2008).

Ainda na análise de processos que contribuem para a sobrecondição da criminalidade feminina como expressão de condições vitimizadas e antinaturais, analisa-se um último argumento que, frequentemente, está presente nas descrições e depoimentos relacionados aos delitos cometidos por algumas mulheres, que são as associações delas à culpa e a arrependimento, como exemplifica o trecho a seguir: “A estudante Suzane Von Richthofen, que confessou ter participado do assassinato dos pais em 2002, está arrependida do crime e com saudades da família” (HISAYASU, 2005).

Os enunciados de arrependimento e de culpa contribuem para fortalecer a imagem da mulher que foi levada a cometer um crime em um momento de fragilidade, perda de controle e/ou de desespero, mas que, em um segundo momento, ao reconquistar sua “consciência feminina normal”, se martiriza pela atitude impensada. Se estabelecermos um paralelo com as notícias de crimes cometidos por homens, nota-se que, dificilmente, encontramos relatos dos sofrimentos decorrentes de seus atos. Nesse sentido, questiona-se se mulheres criminosas têm maior propensão a se arrepender pelos crimes cometidos ou se os modos como as matérias sobre elas são redigidas tendem a privilegiar o sofrimento e o remorso como elementos que contribuem para edificar a criminalidade feminina como expressão de mulheres desorientadas e anormais.

A atribuição de anormalidade contribui para a reprodução de “hierarquias, desigualdades e exclusões” (PISCITELLI, 2009, p. 12) nas relações sociais entre homens e mulheres e/ou nas relações entre as próprias mulheres. A imagem da criminosa desviante e perigosa afirma-se como correlato abjeto da imagem da mulher “normal”, ou seja, a expressão de uma feminilidade anormal que opera necessariamente no dimensionamento de uma suposta feminilidade adequada (BUTLER, 2001). Trata-se, desse modo, de classificar as mulheres ditas anormais, de fixá-las e de lhes prescrever espaços, condutas e limites claros. Trata-se, especialmente, de utilizá-las como modelos daquilo que a sociedade não deve seguir e que implica um possível risco para todos. Sobre isso assinala Foucault (2003a, p.85): “A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam”.

No entanto, ainda que o envolvimento de mulheres na criminalidade seja representado na mídia como desvio, questionam-se os efeitos inesperados que essas notícias também causam na população e que em certa medida contribuem para desestabilizar prerrogativas tradicionais de gênero. A mídia se configura como campo de lutas, em que imagens e enunciados hegemônicos coexistem ao lado de produções minoritárias. Nesse sentido, Piscitelli (2009) afirma que a visibilidade de práticas dissonantes às normas sociais implica efeitos imprevisíveis, como deslocamentos de limites estabelecidos nas fronteiras de gênero, que se dão, por exemplo, por meio do questionamento da premissa de que mulheres são incapazes de serem violentas.

Figaro e Díaz-Benitez (2009, p. 26) também analisam a imprevisibilidade das produções que se desenham em aparatos tecnológicos na atualidade, sendo que esses se constituem como “espaços-laboratórios” onde tensões e deslocamentos se inter cruzam, gerando múltiplas possibilidades. Logo, a aparente e relativa estabilidade de formas e representações de feminilidade e masculinidade veiculadas comumente na mídia é a todo o momento interpelada por novos elementos, sendo que “[...] tal dinâmica tensiona os territórios em curso e seus respectivos mapas e acaba colocando em crise nossos parâmetros de orientação no presente” (ROLNIK, 2010, p.18).

Ainda que se considere que a mídia se apresente como um elemento constitutivo das subjetividades contemporâneas, essa produção não acontece de um modo pré-determinado e controlado. Butler (2001, p. 154) afirma que “[...] os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta [...]”, sendo que composições articuladas no formato moral são constantemente interpeladas por enunciados e imagens que desestabilizam a ordem dos gêneros, dando passagem à explicitação de outros modos de vida que, em larga medida, são pouco tolerados socialmente. Os sujeitos envolvidos nesse processo apresentam “[...] opções de escolhas e capacidades de interpretação, estabelecendo relações particulares com os produtos midiáticos a partir de identificações que surgem de suas experiências” (CARVALHO; ADELMAN; ROCHA, 2007, p. 124).

Nos dias atuais, a constante tensão entre forças locais e transnacionais contribui para desestabilizar formas rígidas de existência e de organização social (HAMBURGER, 2007). A mídia capta e permite a visibilidade de parte dessa tensão, possibilitando a homens e a

mulheres a experimentação de modos de vida que se produzem, por vezes, em contornos dissonantes às noções binárias de gênero. Em consonância com essa afirmativa, analisa-se a emergência de duas figuras que, nos últimos anos, têm aparecido de maneira tímida na mídia e que têm causado certa ruptura para com os estereótipos de mulheres criminosas desenhados até então, denominadas nessa pesquisa como “primeira dama” e “criminoso emancipada”.

Contudo, ainda que se considere que a visibilidade dessas figuras elucide novos arranjos que se produzem na atualidade, ressalta-se que as maneiras como elas são descritas na mídia tendem a privilegiar leituras conservadoras, o que dificulta a apreensão das *performatividades* delas como relativamente novas. Na sociedade atual, demarcada por uma multiplicidade de referências imagéticas e discursivas, é importante estar atento às interpretações que insistem em redimensionar as produções contemporâneas a moldes antigos. Nesse sentido, considera-se que as figuras que serão apresentadas a seguir assumem na mídia um caráter híbrido, devido ao fato de seus contornos serem delimitados no encontro entre velhas e novas perspectivas de gênero.

Nos últimos anos, temos nos deparado como notícias sobre mulheres criminosas que optam por manter relações afetivas e conjugais apenas com homens envolvidos na criminalidade. Ao contrário das matérias sobre mulheres que foram “obrigadas” a cometer delitos em nome do amor descontrolado por um bandido, as “primeiras damas” emergem na mídia como mulheres satisfeitas com as experiências de poder e *status* que o envolvimento afetivo com bandidos e com a criminalidade lhes possibilita, assim como explicita o trecho: “A ambição de ter maior nível econômico e ser reconhecida leva muitas [mulheres] a se casarem com traficantes e desfilerem em carros de luxo” (ÁREAS, 2007).

As “primeiras damas” são comumente apresentadas na mídia como mulheres desejantes, decididas e influentes, o que contribui para desestabilizar parcialmente os modelos tradicionais de gênero que representam as mulheres como seres frágeis e passivos. Entretanto, grande parte das notícias também anuncia suas escolhas e estilos de vida a partir de comentários jocosos e pejorativos, como expressões de mulheres fúteis, libertinas e frívolas. Nota-se, nessas associações, a atualização de linhas que circunscrevem a criminalidade entre as mulheres desde perspectivas morais e/ou jurídicas, como expressões de

incivilidade, impudor, indecência, desonestidade e/ou inadequação as normas sociais.

Outra questão evidente é o fato de o envolvimento direto delas no cometimento de crimes estarem, geralmente, pouco evidente nas descrições, sendo que grande parte das informações se desenrola sem que elas estejam posicionadas como figuras importantes no mundo do crime. São, portanto, como figuras híbridas que combinam “[...] certos elementos convencionais de feminilidade com outros mais igualitários [...]” (CARVALHO; ADELMAN; ROCHA, 2007, p. 125) que essas mulheres são representadas na mídia.

Chama a atenção, na maior parte das matérias analisadas, o fato de os crimes cometidos por essas mulheres estarem quase sempre subjulgados pela condição de “esposas”, “namoradas”, “parceiras”, como se os delitos delas fossem meros detalhes na narrativa, como elucidada o trecho a seguir:

A mulher [Flávia dos Santos Lima] do bandido que ordenou o abate de um helicóptero da Polícia Militar, Fabiano Atanásio da Silva, o FB, hoje preso, adora ostentar suas correntes de ouro, várias ao mesmo tempo, e exibir pilhas de dinheiro vivo no meio da rua. Certa vez, apareceu em uma concessionária disposta a sair de carro novo. “Em questão de minutos, ela pagou 100 000 reais em espécie por uma caminhonete preta”, conta um dos investigadores, que prendeu a moça dois meses atrás (LEITÃO, 2013).



Figura 23 – Flávia dos Santos Lima

Nota-se que o fato de Flávia ter sido presa é quase irrisório no texto de abertura da notícia, sendo que o que está em evidência são as descrições que a relacionam a consumo, exibicionismo e certa atmosfera moral de desajuste às premissas tradicionais de feminilidade. Apesar de a matéria afirmar que Flávia era uma liderança no

tráfico de drogas de uma favela da Zona Norte do Rio de Janeiro, a foto dela (figura 23) a apresenta como uma mulher encantada pelas “riquezas” que o posto de primeira dama lhe proporciona. As referências à sensualidade e a gastos de dinheiro em benefício próprio estão materializadas na roupa curta e justa, nos seios quase a mostra, nas joias, brilhos e maquiagens, sendo que o enunciado que se articula nas entrelinhas desses discursos e imagens opera no sentido de atualizar a prerrogativa de que mulheres que articulam modos de vida dissonantes às prerrogativas de gênero são necessariamente “promíscuas”. A mão no queixo sugere ainda certo ar de “inocência”, como se o seu envolvimento na criminalidade estivesse também relacionado apenas a um desejo tolo, indecente e até mesmo infantil de consumir.

Outra questão evidente na análise das notícias é a presença de múltiplos personagens nas descrições, o que torna difusos os relatos dos crimes cometidos pelas primeiras damas, como elucida o trecho a seguir:

É bem raro ver Márcia Gama dos Santos Nepomuceno no Complexo do Alemão, conjunto de favelas da Zona Norte onde seu marido, Márcio Nepomuceno, o Marcinho VP, permanece no comando da mais poderosa célula criminosa do Rio de Janeiro – mesmo estando preso desde 1996. Ela vive em uma mansão com os quatro filhos do casal, numa propriedade protegida por uma muralha de 3 metros de altura e cerca elétrica no bairro de Jacarepaguá, Zona Oeste da cidade. Com carrão e secretária, ela lava o dinheiro do marido (LEITÃO, 2013).

Embora o mote da matéria publicada na Veja fosse sobre mulheres que ocupam posição de liderança no tráfico de drogas de favelas do Rio de Janeiro e São Paulo, o crime cometido por Márcia (lavagem de dinheiro) some em meio às descrições sobre a condição atual do marido, os quatro filhos e a secretária. Ainda que Marcinho VP esteja na condição de preso e Márcia coordene as ações em um “conjunto” de favelas, o relato insiste em posicioná-lo como o bandido responsável pelas ações e Márcia como uma figura frágil que precisa ser protegida pelas muralhas erguidas e sustentadas pelo marido. Sendo apresentada como aquela que “lava o dinheiro do marido”, Márcia é vista como responsável por cuidar dos interesses dele e não como

criminosa capaz de encabeçar o tráfico de drogas na cidade de São Paulo.

São frequentes as matérias que denominam as autoras de crimes valorizando suas vinculações conjugais e afetivas, como se essa fosse a explicação principal do envolvimento delas na criminalidade e como se, nessa conjuntura, elas sempre ocupassem o lugar de “ajudantes” de seus parceiros. Isso pode se verificar no trecho destacado: “Seios siliconados, mansões, apartamentos pagos em dinheiro vivo, joias, secretárias particulares: as mulheres de bandido cariocas que cumprem pena gastam dinheiro a rodo e ajudam os maridos a tocar seus negócios criminosos” (LEITÃO, 2013)

O próprio título da matéria da Veja (LEITÃO, 2013), “Herdeiras do tráfico”, já pressupõe a incapacidade das mulheres em conquistar e/ou gerenciar por conta própria os pontos de venda de drogas. Ainda que, na notícia, se afirme que as mulheres só assumem a liderança de facções criminais e de regiões onde o tráfico de drogas se articula devido ao fato de seus maridos estarem presos, o relato das ações desenvolvidas por elas, como lavagem de dinheiro, homicídios, negociações com a polícia, entre outras operações, demonstram sua capacidade de comandar. Contudo, são apenas como “herdeiras” e “coadjuvantes” que elas podem subexistir nas notícias.

Embora as descrições sobre as primeiras damas deem visibilidade a novas experimentações de mulheres nos espaços públicos (e privados), o que demonstra a apropriação de elementos que circulam nas últimas décadas na vida em sociedade, o redimensionamento das práticas delas como resultado do envolvimento com homens implica a reprodução de noções tradicionais de gênero. Badinter (2005) argumenta que a delimitação de uma dominação masculina naturalizada e “eterna” recorre necessariamente na presunção de uma condição de “vítima feminina” também tida como natural. Ao analisar a conjuntura brasileira atual, Carvalho, Adelman e Rocha (2007, p. 124) mantêm ressonâncias com a análise de Badinter, como se verifica na citação a seguir:

Herdeiras da tradição do olhar estabelecido nos alvares da sociedade burguesa moderna, em que os homens definiam e propagavam as convenções da representação feminina, as imagens que povoam as ruas e outros espaços públicos (e privados) da vida contemporânea conduzem para uma leitura da mulher como não sujeito.

Os autores afirmam ainda que os efeitos dessa construção na mídia tornam-se evidentes à medida que as análises e imagens midiáticas privilegiam a apresentação de mulheres vítimas, frágeis, apaixonadas e/ou maternais, em detrimento da visibilidade de mulheres na condição de “sujeito”, como autoras bem sucedidas na vida e na sociedade, ou mesmo com capacidade para a agressão e o envolvimento direto com crimes.

A ideia de que é sempre um homem o “mentor” e/ou o motivo pelo qual uma mulher se envolveu numa ação criminal implica a afirmação do feminino como “incapaz”, “submisso” e “ajudante”. Na contraposição dessa construção, nota-se que dificilmente as notícias sobre crimes cometidos por homens abordam suas dimensões afetivas e conjugais, pois essas não são consideradas como justificativas para os atos cometidos. Nesse sentido, “[...] as mídias acabam sendo veículos de eliminação ou reforço de posturas de subserviência ou submissão das mulheres em relação a posturas de dominação masculina e androcêntricas, na recorrência de imagens, textos e discursos” (CARVALHO; ADELMAN; ROCHA, 2007, p. 126).

Contudo, em contrapartida às imagens correlacionadas às primeiras damas nos últimos anos, temos encontrado notícias sobre mulheres que ocupam posição de liderança em ações criminais, como se verifica em trechos de matérias tais como: “Mulheres no comando e na mira do tráfico” (ARÊAS, 2007, p.16) e “Confronto revela 'chefona' do tráfico no Rio” (MARTINS 2012). O envolvimento delas nessas posições deixa atônita grande parte da população, sendo que as tentativas de justificar seus atos como resultado da vinculação com um marido e/ou do desejo por adotar um modo de vida representado como banal demonstram as dificuldades da sociedade em lidar com a evidência de que uma mulher tenha capacidade de se inserir na criminalidade por escolha e desejo.

Essas dificuldades estão evidentes no fato de diversas notícias midiáticas apresentarem como inapreensível, anormal, imoral e imprópria a capacidade das mulheres em transitar como lideranças no mundo do crime. Logo, é evidente que um campo de “[...] contradições, ambiguidades, produção de significados hegemônicos e contra-hegemônicos inerentes às questões de gênero [...]” (CARVALHO; ADELMAN; ROCHA, 2007, p. 129) encontra-se tensionado nas maneiras como as suas práticas ganham corpo nos veículos midiáticos

contemporâneos. Essas tensões se tornam ainda mais evidentes quando nos deparamos com notícias sobre mulheres que cometem delitos sem uma evidente vinculação com um homem, sendo essas denominadas nessa pesquisa como “criminosas emancipadas”.

A criminosa emancipada é uma figura que, de modo breve, apareceu pontualmente na mídia na segunda metade do século XX, encarnada na história de Lili Carabina, uma mulher líder de uma gangue de assaltantes a banco. Desde então, temos nos deparado com algumas notícias de mulheres que anunciam o envolvimento na criminalidade como resultado de desejo e escolha própria, sem envolvimento como um homem e/ou com uma condição de necessidade e opressão.

A perspectiva de emancipação esteve diretamente relacionada às lutas empreendidas pelo movimento feminista a partir de 1970. Ainda que permeada por uma série de críticas, principalmente pelo caráter de universalização e naturalização atribuído à condição feminina, a noção de emancipação convocava a luta pela “libertação” das mulheres da dominação masculina, o que fomentou a emergência de movimentos de resistência e de reivindicação pela igualdade legal e social das mulheres (SARTI, 2004).

Em virtude disso, são como mulheres “autônomas” e “fatais” (OLIVEIRA; SAMPAIO, 2002) que “criminosas emancipadas” são apresentadas na mídia, sendo os atos delas associados frequentemente a prazer, poder e ambição, como se verifica no trecho de notícia destacado a seguir: “O caso dela [Carina] é para ser estudado pela criminologia. Essa mulher deixava sua vida confortável em Curitiba para vir cometer crimes em São Paulo. Para ela, era uma aventura, pura adrenalina”, disse o delegado Alberto Pereira Matheus Júnior” (PAGNAN; GAMA, 2012). No entanto, ainda que tais notícias estejam cada vez mais frequentes, nota-se que as vivências dessas mulheres permanecem, em grande medida, inapreensíveis pela maior parte da população. São como corpos ininteligíveis, obscenos, que elas são descritas nos aparatos midiáticos, causando sensação de confusão e perda de território, como o caso da criminosa Kelly Sales Silva.

Conhecida como “Kelly Ciclone”, “Patroa do tráfico” e “Dama do pó”, ela ficou famosa na Bahia pela ousadia com que transitava no mundo do crime e liderava ações criminais. A foto 24 elucida as características construídas pela mídia em torno dessa criminosa. Apresentada como uma mulher “ousada”, “corajosa”, “perspicaz” e “inteligente”, alguns elementos que compõem as três fotos à direita, reafirmam e desestabilizam premissas tradicionais de feminilidade. O símbolo de *Hang Loose*, feito com as mãos nas duas primeiras fotos, faz alusão a uma forma de cumprimento comumente utilizada entre surfistas, sendo o *surf* um esporte considerado historicamente como masculino. A utilização de bonés é também considerada em nossa cultura como prática de homens, o que contrasta com o biquíne cavado e com as saias curtas e seus desenhos em rosa de bichinhos e corações.



Figura 24 – Kelly Sales Silva

As diversas tatuagens espalhadas pelo corpo de Kelly também contribuem para embaralhar os códigos entre o masculino e o feminino, pois um enorme dragão coexiste com uma imagem, frequentemente tatuada por mulheres, de um círculo composto por dois golfinhos, sendo que, no universo simbólico das tatuagens, “[...] os golfinhos são uma das tatuagens femininas mais populares, uma vez que as mulheres identificam-se muito com a beleza e os traços afectuosos destes animais” (GOLFINHOS, 2014). Em outras fotos de Kelly disponíveis na internet constataram-se mais tatuagens em seu corpo, como o coelho, símbolo da revista masculina *playboy*, em sua barriga e a frase tatuada nas costas “vida loka”, que faz alusão e apologia aos modos como a vida se articula na criminalidade.

Imagens e *performatividades* como a de Kelly Cyclone embaralham os limites estabelecidos nas fronteiras tradicionais de gênero, borrando as dimensões pública e privada, político e doméstico, bem como as noções de masculino e feminino (HAMBURGER, 2007). Nesse sentido, destaca-se outro exemplo de como a vida de Kelly Cyclone era apresentada na mídia desde códigos tradicionais e resistentes de gênero. Kelly foi assassinada em Julho de 2011, sendo encontrada sozinha e com diversos tiros e facadas pelo corpo. O fato de o autor do crime não ter sido pego em flagrante possibilitou a emergência de suposições sobre os motivos do assassinato. Ainda que o extermínio seja prática recorrente no mundo do crime e que a morte dela tenha também sido correlacionada a sua posição de liderança no tráfico de drogas da região, a maior parte das notícias encontradas sugeria que o homicídio era fruto de um relacionamento passionnal (CASO, 2011), o que novamente opera para associar o feminino à dimensão do amor, ainda que seja um amor considerado impróprio.

Na análise do caso, questiona-se também o fato de Kelly estar envolvida na criminalidade na Bahia, o que torna o envolvimento dela como “patroa do tráfico” ainda mais surpreendente e subversivo, na medida em que o Nordeste é visto como uma das regiões mais machistas e conservadoras do Brasil (SAMPAIO, 2012). Contudo, acredita-se que, para a maior parte da população brasileira, a *performatividade* de Kelly é até certo ponto justificada pela sua condição econômica de classe baixa, pois sendo a criminalidade comumente associada à pobreza (ABRAMOVAY; FEFFERMAN, 2008), a “vida loka” está subjugada a processos de criminalização da pobreza. Tal associação, contudo, já não é tão facilmente estabelecida quando nos deparamos com casos de mulheres de classes médias e altas que aparentemente optaram pela vida no crime.

O destaque para as questões de classe potencializa o estranhamento que o envolvimento de mulheres na criminalidade causa à sociedade, como foi possível verificar nas notícias sobre a “Gangue das loiras”, nome dado na mídia a um grupo de mulheres brancas de classe média e alta que cometeram mais de 50 sequestros relâmpagos entre os anos de 2008 a 2012. Sobre a atuação dessas mulheres, o delegado Paul Verduz comentou: “Elas parecem menos ameaçadoras, despertam maior confiança. Quem suspeita de uma mulher?” (GANGUE, 2012). Portanto, nota-se que, ao lado da premissa de que uma mulher é quase incapaz de cometer um crime, a condição de classe

também opera como um elemento que torna os crimes dessas mulheres quase inapreensíveis à sociedade, por se constituírem como expressões de desejos posicionados como pervertidos e inadequados a um corpo feminino.

Segundo Carvalho, Adelman e Rocha (2007, p. 125), a visibilidade de figuras híbridas, como, por exemplo, as “criminosas emancipadas”, estão também relacionadas às dimensões raciais. Os crimes de mulheres brancas, de classes média e alta, que participam ativamente do mercado de trabalho apesar de não abandonarem as responsabilidades do lar, geralmente ganham maior espaço e repercussão nas instâncias midiáticas. Os enunciados que circulam no desenho desse “retrato branco” (HAMBURGER, 2007, p.167) das diferentes atuações delas na criminalidade contribui para dimensionar as

noções de desejo e autonomia como expressões exclusivas de classes mais favorecidas.

Nesse sentido, o caso da criminosa Kelly Samaro Carvalho dos Santos (figura 25) também chamou a atenção pelo fato de ser uma jovem de classe média, que justificou seu envolvimento no crime por prazer e desejo de consumir. Kelly foi julgada e presa em 2007, sendo que seu caso ganhou notoriedade na mídia pela engenhosidade com que, sozinha, ela cometia crimes. Ela é acusada de ter fingido ser filha de Fernando Lugo, um dos presidentes do Paraguai, parente de Eliana Tranchesi, dona da rede de lojas



Figura 25 – Kelly Samaro Carvalho dos Santos

Daslu, de empreender golpes em estabelecimentos de luxo, como hotéis e casas noturnas, roubar uma gravura original do artista espanhol Joan Miró e assaltar homens de classe alta através da colocação de soníferos na bebida deles, golpe popularmente conhecido como “boa noite cinderela” (DOMINGOS, 2007).

A diversidade de crimes cometidos por Kelly, contudo, fica praticamente inapreensível quando nos deparamos com as fotos e

descrições delas que circulam em sites. Conhecida na imprensa como “bonequinha de luxo” ou “Penélope charmosa” (MILHOMEM, 2011), ela é apresentada como uma jovem delicada, bonita, calma e bem vestida, como exemplifica a foto apresentada, que posiciona Kelly como “angelical”. No entanto, em contrapartida a essas imagens de docilidade, ao ser entrevista, a jovem relatou que se envolveu na criminalidade por prazer, como elucida um trecho da resposta dela à pergunta sobre os motivos que a fizeram cometer tais atos: “Não cresci na favela. E você não gosta de coisa boa, por acaso?” (MILHOMEM, 2011). Ao comentar que não cresceu na favela, Kelly rompe com o estereótipo de mulher que fora obrigada a cometer crimes por necessidade e afirma seu envolvimento como expressão de um desejo.

Outros elementos comumente coexistem nas notícias sobre “criminosas emancipadas” e que se articulam no sentido de subjugar a capacidade delas em cometer delitos. Nas matérias são frequentes as descrições físicas pormenorizadas dessas criminosas (altura, cor do cabelo, peso, beleza) e a descrição das maneiras como elas se vestem, em detrimento da explanação das condições em que os crimes delas ocorreram, como elucida o trecho a seguir: “Morena, com 56 quilos distribuídos em 1,76 metro, furtava dinheiro, cheques, cartões de crédito e objetos de arte” (FRANÇA, 2014). Ao estabelecer uma análise com matérias sobre crimes cometidos por homens, nota-se que as descrições físicas deles não estão em questão, pois não são consideradas importantes na análise dos fatos que culminaram nos delitos.

Tal construção tem contribuído para que mulheres criminosas encontrem maior facilidade que os homens em cometer crimes. Nesse sentido, o caso de Lili Carabina é emblemático, pois ela se utilizava da beleza e da premissa de docilidade culturalmente associada ao corpo feminino para seduzir seguranças de banco e facilitar os assaltos de sua quadrilha na década de 1970. Notícias atuais indicam que mulheres continuam se aproveitando dos estereótipos tradicionais de feminilidade e da aparência para promover ações criminosas, como se verifica no trecho seguir:

A adolescente de 17 anos que foi ouvida pela Polícia Civil nesta terça-feira (13), em Sorocaba (SP), confessou a participação em dezenas de crimes e disse que usava a aparência como aliada para praticar os delitos. Vestindo roupas curtas e com uma mochila nas costas, na qual escondia a

arma, ela andava pela rua e conseguia enganar os homens, suas principais vítimas. "Uns me chamavam e eu dava atenção, dava risadinha, me fingia de fácil. Aí só lamento o resto", disse a jovem, em entrevista à TV Tem (FINGIA, 2013).

A apresentação de condições psíquicas e/ou físicas de criminosas na vida em sociedade potencializa a sensação contemporânea de confusão perante a constatação de que elas se envolveram nessa conjuntura por decisão própria. Essa sensação de perturbação reflete o fato de essas descrições e imagens borrarem os limites que, culturalmente, foram estabelecidos como atributos masculinos e femininos, possibilitando certa invisibilidade da criminalidade entre mulheres, bem como a apresentação dos atos delas como resultado de traços meramente individuais. Foucault (2010, p.23) argumentou que “[...] o delinquente se diferencia de um mero infrator, quando sua biografia passa a fazer parte da análise das circunstâncias do crime cometido e da prática penal [...]”.

A premissa de que há uma explicação por detrás dessas mulheres contribui para delimitá-las no campo da anormalidade, da imoralidade e da desonestidade, ou seja, no campo da abjeção (BUTLER, 2001), assim como diferenciá-las de outras mulheres consideradas normais e íntegras. Entretanto, noções de normalidade são a todo o momento entrecruzadas por novos arranjos subjetivos e sociais. Tais movimentos implicam efeitos disruptivos de noções morais de gênero, contribuindo para a produção e emergência de novas configurações existenciais, assim como analisa Deleuze (1992):

O E não é nem um nem outro, é sempre entre os dois, é a fronteira, sempre há uma fronteira, uma linha de fuga ou de fluxo, mas que não se vê, porque ela é o menos perceptível. E no entanto é sobre essa linha de fuga que as coisas se passam, os devires se fazem, as revoluções se esboçam. As pessoas fortes não são as que ocupam um campo ou outro, é a fronteira que é potente (Ibidem, p.63).

Nesse sentido, Preciado (2008) afirma que estamos vivendo um novo momento histórico, resultado de transformações recentes produzidas em meio a um conjunto de novos dispositivos de controle da

subjetividade, com novas plataformas “técnicas, biomoleculares e midiáticas” (Ibidem, p. 32). Os efeitos das conexões interferem na produção de novas expressões subjetivas, que se apresentam cada vez mais difusas, complexas e múltiplas.

Ainda que as linhas que se desenham na atualidade tenham raízes no capitalismo industrial que se articulou no século XIX e na primeira metade do século XX, as últimas décadas têm sido invadidas por novas tecnologias sociais que desestabilizam as paisagens sociais e subjetivas, pois fazem circular novos saberes, afetos, símbolos, linguagens, vigilâncias e relações sociais. Nessa conjuntura, destacam-se as interferências dos aparatos tecnológicos nos processos de subjetivação como elementos que têm, de modo contundente, se mesclado à produção de modos de vida na atualidade, assim como afirma Haraway (2000, p. 6): “Nossas máquinas são perturbadoramente vivas e nós mesmos assustadoramente inertes”.

Destacam-se, ainda, os impactos dos discursos midiáticos, sobretudo os virtuais, na população. Os aparatos midiáticos se constituem como dispositivos de vigilância e de difusão ultrarrápida de informações, imagens e normas. Por meio desses dispositivos, um certo modo “contínuo” (PRECIADO, 2008, p. 37) de viver, desejar e consumir ganha força no cenário social, apresentado como regular, equilibrado e seguro. Entretanto, também circulam por meio dessas tecnologias composições de linhas que implicam efeitos imprevisíveis na população, como a pulverização de novas formas de resistir, destruir, existir, enfim, surgem novas potências que não são nem masculinas, nem femininas, nem humanas, nem animais, nem animadas, nem inanimadas, implicando certo borramento dos limites estabelecidos na vida em sociedade (PRECIADO, 2008).

Desse modo, ainda que discursos e imagens que circulam na mídia se articulem no sentido de representar as “primeiras damas” e as “criminosas emancipadas” no campo da abjeção, as *performatividades* dessas mulheres transitam em fronteiras onde velhas e novas perspectivas de gênero coexistem em guerra. As mensagens produzidas sobre elas são diversas, ora subordinadas, ora combativas, o que contribui para fazer circular discursos e imagens hegemônicas e contra-hegemônicas de feminilidade, de tal maneira que essa complexidade inviabiliza análises simplistas e conclusivas sobre o envolvimento de mulheres na criminalidade (CARVALHO; ADELMAN; ROCHA, 2007).

Composições díspares de linhas, portanto, criam paisagens sociais e subjetivas por vezes desconfortáveis na sociedade atual, sendo que essas cartografias mistas e complexas se fazem e desfazem em um mundo irreversivelmente globalizado, possibilitando a emergência de modos de existência marcados pela hibridização, flexibilidade e fluidez de seus contornos (ROLNIK, 2010). Logo, é fundamental compreender as experimentações de mulheres na criminalidade como múltiplas e contingencialmente articuladas, sendo que, desse modo, é possível apreender a dimensão política e tecnológica com que noções de gênero se produzem e se desfazem, bem como as implicações (in)diretas disso nas maneiras inusitadas com que a vida se compõe e decompõe.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

A multiplicidade de formas, imagens e discursos sobre o envolvimento de mulheres com situações de crime que se produzem e enlaçam no contemporâneo nos permite a experimentação de novas sensações e representações de gênero, ao mesmo tempo em que nos interpelam a questionar sobre modos conservadores de vida. A problematização de enunciados que se atualizam na relação entre gênero, criminalidade e mídia possibilitou algumas considerações, ainda que provisórias e abertas a contestações, sobre a composição e decomposição de linhas que se desenham nos dias atuais.

As questões elencadas nesta pesquisa podem ser vislumbradas por diferentes ângulos, alguns perceptíveis, outros inexplorados, e há, ainda, aqueles que precisam ser inventados por alguém sensível às transformações que, silenciosamente, se configuram na atualidade e que implicam efeitos os mais diversos na vida em sociedade. Na tentativa de tecer algumas considerações finais sobre esta pesquisa, destaco algumas das questões que mais me intrigaram ao longo do percurso.

Ao percorrer o emaranhado de linhas, principalmente as duras, que se desenharam desde o final do século XIX, bem como os impactos disso na população, três linhas (normalização, moralização e judicialização) estiveram, de modo insistente, presentes nas cartografias. Por meio desses eixos de análise, pude perceber alguns enunciados que foram operando na produção de imagens de mulheres tidas como adequadas e desviantes com relação às normas sociais.

A figura lendária da mulher “normal”, “decente”, sensata”, “cidadã”, “honesta” e “adequada” se teceu ao longo dos capítulos em meio a enunciados que a circunscreveram como emblema de uma suposta natureza feminina. Essa composição ganhou força por meio de associações como saúde, maternidade, casamento, amor, hereditariedade, hábitos sadios, boas maneiras, heterossexualidade, branquitude, classe média, classe alta, leveza, timidez, recato, delicadeza, submissão, passividade, resignação, sensibilidade, tolerância, flexibilidade, suavidade, lealdade e espaços públicos. Tais atribuições foram encarnadas em algumas figuras lendárias de mulheres, em especial, na mãe especializada, na esposa abdicada, na dona de casa consumidora, na sacerdotisa do lar, na operária de fábrica como retaguarda do soldado combatente e na enfermeira.

Com outros contornos, emergiu ao longo das cartografias a figura da mulher desviante, como aquela que, devido a sua condição individual irregular e/ou imoral e/ou jurídica, não teve capacidade, decência e/ou honestidade suficiente para aceder a um modelo normativo de feminilidade. O mapeamento dessas articulações se tornou fundamental na problematização das maneiras como, na atualidade, mulheres tidas como criminosas são enunciadas na mídia.

Na linha da naturalização, destaco algumas considerações que emergiram como “explicações” de *performatividades* de mulheres consideradas anormais. Associada à antinatureza, criatura, desajuste, indiscernibilidade, instinto, desalmada, desequilíbrio mental, contágio, selvagem, animalidade, idiotice, homossexualidade, masculinização, infância, imaturidade, fragilidade, perversão, descontrole, imprevisibilidade, hipersexualidade, desespero, degeneração, drogadicção, tatuagem, paixão, personalidade pouco estruturada, susto, vitimização, debilidade, má apreciação do real, perversão, culpa e arrependimento, a condição de anormalidade foi se constituindo como uma “justificativa” para os modos como algumas mulheres viveram. Tais enunciados se materializaram desde o século XIX nas figuras da ninfomaníaca, da infanticida, da histérica, da louca, da lésbica, da alcoolista, da evangélica, da criminosa vítima, da criminosa desequilibrada e, mais especificamente, nas histórias das criminosas Ana Carolina Jatobá, Márcia de Freitas Salvador, Suzane Richthofen, Roselani, Simone Cassiano da Silva e Maria do Carmo Ghislotti.

As linhas de moralização se materializaram em torno de premissas de que determinadas *performatividades* de mulheres aconteceram em virtude de sua condição subjetiva indecente, despudorada e insensata. Tais pressupostos foram associados à promiscuidade, incivilidade, negação da maternidade, negação do casamento, degradação, classes populares, briga, espaços públicos, forte erotismo, prazer, negritude, transgressão, imigração, vaidade, futilidade, tentação, consumo, vadiagem, adultério, aborto, sendo tais características encarnadas ao longo das cartografias nas figuras da prostituta, da *Cherréte*, da *Garçonne*, da *Flapper*, da mulher de bandido, da criminosa primeira dama e, mais especificamente, nas histórias das criminosas Tereza de Sá Barreto, Maria Bonita, Cigana, Furacão e Flávia dos Santos Lima.

Perspectivas que se laçaram na linha da judicialização encontram aportes nas premissas de desonestidade e inadequação de

determinadas mulheres às normas sociais. Tais correlações foram sendo disseminadas por meio de associações tais como prazer, ameaça, acentuada inteligência, eficiência, eficácia, dedicação, competência, coragem, transgressão, emancipação, sociabilidade, insensibilidade, endurecimento, divórcio, audácia, autonomia, sendo tais características materializadas ao longo dos capítulos nas figuras da combatente ambiciosa de guerra, da mulher piloto de avião, da feminista, da mulher emancipada e, mais especificamente, nas histórias das criminosas Lili Carabina, Tereza Cavagliere, das mulheres membros da Gangue das Loiras, da Kelly Ciclone e da Kelly Samara.

Ainda que essas três linhas tenham aparecido com mais ou menos força em cada período analisado, assumindo traçados e figuras distintas ao longo do desenho das cartografias, notei cruzamentos e interações entre as linhas, bem como em suas derivações, que se materializaram em discursos, imagens e contextos ao longo da história. Ficou notável também a intensidade com que tais composições foram sendo incorporadas como “verdades” na vida em sociedade e, mais recentemente, nas notícias sobre crimes julgados e/ou cometidos por mulheres.

Nesse sentido, uma questão que merece destaque é o fato de a mídia me parecer, por vezes, “perdida” em relação à evidência de movimentos, informações e *performatividades* que se complexificaram nas últimas décadas. Frente a essa dificuldade, parece-me que a mídia “opta” por dar visibilidade principalmente a composições que se organizam em torno de linhas duras e que insistem em dimensionar a vida em parâmetros outrora definidos como “normais” e “adequados”.

Em virtude disso, notei a dificuldade em nomear e dar visibilidade àquilo que escapa aos esquadrinhamentos das linhas duras, apesar de considerar que algumas imagens e discursos mapeados ao longo dos capítulos nos fizeram entrever as reverberações de linhas de fuga que são ensaiadas na vida em sociedade. Aposto, por exemplo, que algumas das experimentações cartografadas de mulheres que transitaram nos campos da política, da educação, das relações amorosas não prescritas, do prazer, do trabalho e de tantas outras, incluindo aí o campo da criminalidade, são exemplos de composições que desestabilizaram prerrogativas “duras” de feminilidade, possibilitando o deslizamento de fronteiras, ainda que parcial, nos sistemas de sexo-gênero.

Tais transformações impactam e tensionam nossos corpos, nos convocando a nos deparar com modos de existência que se articulam no encontro entre elementos tradicionais e atuais, como, por exemplo, a fragmentação e virtualização das informações e as relações que se organizam por meio de conexões virtuais. A velocidade dessas transformações aciona na população vivências que se constroem em meio à circulação por cenários novos que nos obrigam a experimentar outros sabores, palatáveis e/ou não.

A sensação de que a mídia tem dificuldades em compreender parte dos elementos subjetivos em trânsito na época presente se materializa no fato de a maioria das matérias coletadas analisarem o envolvimento de mulheres na criminalidade desde premissas duras e tradicionais de gênero, pautadas por enfoques psicopatologizantes, morais e/ou jurídicos. Logo, nota-se a dificuldade da mídia em apreender as configurações subjetivas atuais como relativamente novas, à medida que essas estão restritas a categorias de análise outrora cristalizadas.

Deste modo, destaco certa consonância das linhas que se tecem na mídia com outras que, desde o século XIX, vêm se desenhando nos aparatos médicos e judiciais e que operam na reprodução de premissas de normalidade e anormalidade, sensatez e insensatez, honestidade e desonestidade, entre outras figuras esboçadas com o objetivo de legitimar certa ordem moral dos gêneros.

Destaco também as dificuldades de muitos pesquisadores de gênero, ativistas no movimento feminista e população em geral em questionar de forma crítica e sensível as fronteiras binárias de gênero, que delimitam as complexas e variadas vivências entre as pessoas a pressupostos naturalizantes e conservadores de masculinidade e feminilidade. Desta forma, mulheres e homens são, na grande maioria das vezes, representados em um campo dual, universal e hierárquico, onde, respectivamente, um se apresenta sempre como vítima e frágil e o outro sempre como opressor, racional e viril.

Qualquer alteração na ordem desses elementos soa para muitos como uma “traição” à luta pelos direitos das mulheres e como uma ameaça que abala as figuras de gênero vigentes. Entretanto, um olhar mais atento à multiplicidade com que *performatividades* de gênero se compõem e se expressam, percebe-se que “figuras se desmancham, outras se esboçam” (ROLNIK, 1996, p. 1), o que configura múltiplas maneiras de viver, sendo tais construções atravessadas por diferentes

planos de opressão e violência, inter-relacionados a marcadores de classe, raça, étnicos e geográficos.

Assim, há de se considerar que os processos de produção subjetiva acontecem em meio a um conjunto de arranjos sociais, culturais, tecnológicos e políticos que interpelam diariamente a população, inclusive, de modos por vezes violentos. Tal perspectiva desloca o eixo de análise das produções subjetivas atuais, à medida que elas não são vistas como expressões individuais e naturais, mas sim como composições que se produzem e atualizam em meio a um emaranhado de linhas, possibilitando múltiplas experimentações no contato com a realidade, assim como analisa Preciado (2008, p. 33): “[...] ya no se trata de revelar la verdad oculta de la naturaleza, sino que es necesario explicitar los procesos culturales, políticos, técnicos a través de los cuales el cuerpo como artefacto adquiere estatuto natural”.

Nesse sentido, compartilho do pensamento de Rolnik (1996, p. 3), quando ela afirma que “[...] se há uma guerra a ser travada [nas políticas de subjetivações] ela tem como um de seus principais alvos a libertação do confinamento no visível”. O corpo não se reduz a um corpo pré-discursivo, não está preso aos limites da carne; o corpo é, como afirma Preciado (2008, p. 39), “[...] uma entidad tecnoviva multiconectada que incorpora tecnologia. Ni organismo, ni máquina: tecnocuerpo”. Deste modo, ainda que a mídia privilegie análises morais dos eventos que se articulam na contemporaneidade, ela não tem controle sobre os efeitos subjetivadores dos enunciados que faz circular.

Ao localizar as perspectivas de gênero como produções enlaçadas às tecnologias globais de comunicação, sobretudo as que emergiram desde a segunda metade do século XX, a presente pesquisa buscou se somar a discursos, imagens e movimentos que, na atualidade, buscam implodir noções binárias circunscritas em torno de categorias estanques, como sujeito e objeto, natural e artificial.

As tecnologias invadem o cotidiano e se difundem em estilos de vida, implicando novos regimes de subjetivação e controle. Logo, no capitalismo contemporâneo tornam-se evidentes as maneiras como a aceitação e/ou rejeição de determinados modos de vida e *performatividades* estão, necessariamente, vinculadas a prerrogativas políticas, mercadológicas e midiáticas. Desse modo, notícias sobre crimes cometidos por mulheres assumem, por vezes, um viés comercial e normatizador, um dispositivo de saber-poder na atualidade.

Performatividades de gênero, contudo, nem sempre se constituem de maneira visível, coerente e consistente aos modelos de inteligibilidade cultural. Os modos híbridos como algumas mulheres se articulam na criminalidade provoca abalos nas prerrogativas tradicionais de gênero e nos convocam a rever os limites que, até o momento, delimitaram perspectivas conservadoras de análise. Considerar possível o envolvimento de mulheres na criminalidade, sem necessariamente dimensionar suas práticas a modelos habituais de feminilidade, possibilita vislumbrar que, geralmente, análises binárias de gênero tornam inapreensíveis alguns elementos que, em luta, articulam modos plurais de existência, como, por exemplo, os rituais violentos que muitos homens são interpelados a seguir em nome de um modelo hegemônico de masculinidade.

Em meio a um momento histórico que nos convoca a produzir análises aceleradas e conservadoras das múltiplas linhas que, a todo o momento, se desenham na atualidade, acredito que a potência política desta pesquisa está na problematização das experiências de mulheres na criminalidade como fronteiriças, paradoxais e híbridas. Logo, penso as criminosas *high tech* como versões contemporâneas do ciborgue de Donna Haraway, figuras que se materializam nas relações entre organismo e tecnologia, realidade e ficção. Corpos que habitam fronteiras onde velhas e novas perspectivas de gênero coexistem em guerra.

Portanto, se consideramos o gênero como “um artifício flutuante” (BUTLER, 2010, p. 24) e a constituição deste como eminentemente relacional e fronteira, isso nos ajudaria a traçar, ainda que de forma parcial e localizada, algumas linhas que se desenham na atualidade, bem como potencializar composições subjetivas e coletivas que operam reinvenções da vida. Dar visibilidade ao “prazer da confusão de fronteiras” (HARAWAY, 2000, p. 37) possibilita, ainda que de modo localizado, fugaz e pontual, contribuir para o borramento e deslizamento das fronteiras, potencializando a luta pela construção de mundos em que as diversidades subjetivas e sociais sejam incorporadas como possíveis e desejadas.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam; FEFFERMAN, Marisa. Se ficar o bicho come. *Revista Super*, São Paulo: abr. 2008.

ALAVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia.; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 131-149.

ALMEIDA, Heloísa Buarque Identificações afetivas: telenovelas e as interpretações das audiências. *RUNA*, Buenos Aires, v. 34, n. 2, p. 163-176, 2013.

ALMEIDA, Rosemary Oliveira. *Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ALVES, Ernani. *Medicina Legal e deontologia*. Curitiba: Santa Cruz, 1967. p. 303-331.

AMARANTE, Paulo; TORRES, Eduardo Henrique Guimarães. A constituição de novas práticas no campo da atenção psicossocial: análise de dois projetos pioneiros na reforma psiquiátrica no Brasil. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 58, p. 26-34, 2001.

ARTUR, Ângela Teixeira Presídio de mulheres: as origens e os primeiros anos de estabelecimento. São Paulo, 1930-1950. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 25., 2009, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0925.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

_____. As origens dos “presídios de mulheres” do Estado de São Paulo. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de

Filosofia e Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

AZEVEDO, Sandra Raquew Santos. *Mulheres em pauta: gênero e violência na agenda midiática*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, p. 213-254, jul./dez. 2006.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. *Rumo equivocados: o feminismo e alguns destinos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BARRETO, Paulo. *Alma encantadora das ruas*. Paris: Garnier, 1908.

BARSTED, Leila Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 2, n. esp., 1994.

BIRMAN, Joel. *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOCK, Gisela. A política sexual nacional-socialista e a história das mulheres. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no ocidente: o século XX*. Porto: Afrontamento, 1991. v. 5, p. 185-219.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras de prestígio. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 7, p. 9-24, 1999.

BRUSCHINI, Cristina et al. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jaqueline. *O*

progresso das mulheres e no Brasil, 2003-2010. Rio de Janeiro: CEPIA; 2011. p. 142-178.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. ini-fin.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro “*Direitos das mulheres e injustiça dos homens*” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. *História*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 196-213, ago./dez. 2011

CAMPOS-TOSCANO, Ana Lúcia Furquin. *O percurso dos gêneros do discurso publicitário: uma análise das propagandas da Coca-Cola*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

CARDOSO, Elisabeth. Imprensa feminista brasileira pós 1974. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. esp. 264, set./dez. 2004.

CARMO, Iris Nery. Entre sinhás, mucamas, iaiázinhas e amas de leite: mulheres negras e brancas na sociedade brasileira do século XIX e início do XX. *Revista Senso Comum*, Goiânia, n. 2, p.108-123, 2012.

CARVALHO, Marcus. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 29/30, p. 41- 78. 2003.

CARVALHO, Maria Gomes; ADELMAN, Miriam; ROCHA, Cristina Tavares Costa Apresentação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 123-130, 2007.

CHARNEY, Leo; SCWARTZ, Vanessa. Introdução. In: _____. *O cinema e a invenção da vida moderna*. 2. ed. São Paulo: Cosac & Naify,

2004. p. 11-23.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

COTT, Nancy. A mulher moderna: o estilo americano dos anos vinte. In: DUBY, G.; PERROT, G. *História das mulheres no ocidente: o século XX*. Porto: Afrontamento, 1991. v. 5. p. 95-113.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX). *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 181-215, 1998.

D'INCÃO, Maria Angêla. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, M. D. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 223-240.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 1.

_____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. v. 3.

_____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. v. 4.

_____. *O antiédipo*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire Políticas. In: _____. *Diálogos*, Lisboa: Relógio D'Água, 2004. p. ini-fin.

DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, H. B. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio

de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

DÍAZ, Elvira Burgos. Desconstrução e subversão: Judith Butler. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 441-464, 2013.

DIREITO de voto feminino completa 76 anos no Brasil; saiba mais sobre essa conquista. *Folha Online*, São Paulo, 24 fev. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u367001.shtml>>. Acesso em: 4 jul. 2008.

DOMINGOS, Roney. Golpista dos jardins diz que queria chamar a atenção dos pais. *G1 Globo Notícias*, São Paulo, 22 ago. 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL92052-5605,00.html>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FAMÍLIA menor: casas distantes e mãe trabalhando. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 dez. 1975. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1975/12/26/2/>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

FARIA, Thaís Dumê. Mulheres no tráfico de pessoas: vítimas e agressoras. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 31, p. 151-172, jul./dez. 2008.

FERNANDES, Maria da Conceição; VASCONCELOS, Maria Bethânia. A história de mulheres no campo da matemática. In: ENCONTRO PARAIBANO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA - EPBEM, 6., 2010, Monteiro. *Anais...* Monteiro: EPBEM, 2010. p. 48-59.

FÍGARI, Carlos Eduardo; DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. Introdução: sexualidades que importam: entre a perversão e a dissidência. In: DÍAZ-BENÍTEZ, M. E.; FÍGARI, C. (Org.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 21-30.

FREITAS, Ana Paula Saraiva *A presença feminina no cangaço: práticas e representações (1930-1940)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras)

– UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO - UNESP, Assis, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243-27.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2003a.

_____. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. *Estratégias, poder-saber*. ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b. p. 203-222.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo conjugal. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. P. (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998.

_____. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, p. 211-222, 2004.

GUIMARÃES, Ana Cláudia; AULER, Eduardo. Nas ‘bocas’ uma vida nada cor-de-rosa. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 28 out. 2007a. p. 26.

GUNNING, Tom. O retrato do corpo humano: a fotografia, os detetives e os primórdios do cinema. In: CHARNEY, Leo; SCWARTZ, Vanessa (Org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. Tradução de Regina Thompson. 2. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 39-80.

HAMBURGER, Esther Império. A “expansão” do feminino no espaço público brasileiro: novelas de televisão nas décadas de 1970 e 80. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 1, jan./abr. 2007.

HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Em busca de educação, emprego e voto. In: _____. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres, 2003. Cap. 2, p. 115-182.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

_____. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: SILVA, T. T. (Org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Cap. 3, p. 37-129.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, Virgínia.; ESCÓSSIA, Liliana. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 32-51.

KASTRUP, Virgínia; BARROS, Regina Benevides. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliane. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 76-91.

LAQUEUR, Thomas. W. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LIMA, Angelina Belli Borges Carmo. *De Maria a Mary: mulheres em transição na experiência contemporânea da maternidade*. 2005. Tese (Doutorado em Psicossociologia de comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro.

LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. Porto Alegre: Ed. R. Lenz, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidades contemporâneas: políticas de identidade e de pós-identidade. In: UZIEL, Ana Paula.; RIOS, Luis Felipe; PARKER, Richard. G. *Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de AIDS*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004. p. 203-212.

MAIA, Claudia Jesus; VIEIRA, Elizeth Pereira. Mães desalmadas: infanticídio e amor materno norte de Minas na década de 70. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 22, n. 2, ago./dez. 2009.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p. 367-422.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomani. Resistência ao capitalismo: plebeus, operários e mulheres. In: REIS, Daniel Arão; FERREIRA, J.; ZENHA, Celeste (Orgs.). 2ed. *História do século XX*. Rio de Janeiro: Record, 2003. v. 1, p. 183-210.

MARTINS, Simone. A mulher junto às criminologias: de degenerada à vítima, sempre sob o controle sociopenal. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 21 – n.1, p. 111-124, 2009.

MARTINS, Marco Antônio. Confronto revela última 'chefona' do tráfico no Rio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 out. 2012. p. C9.

MAUGUE, Annelise. A nova Eva e o velho adão: identidades sexuais em crise. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: século XIX*. Porto: Afrontamentos, p. 581-601, 1991.

MENDEZ, Natalia Pietra. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. *Revista Mulher e Trabalho*, Porto Alegre, v. 5, p. 51-63, 2005.

MELO, Victor Andrade; SCHETINO, André. A bicicleta, o ciclismo e as mulheres na transição dos séculos XIX e XX. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1, jan./abr. 2009.

MELLO, Ana Cláudia de Rezende. As mulheres na segunda guerra mundial: uma breve análise sobre as combatentes soviéticas. In: ENCONTRO DE HISTORIADORES MILITARES, 1., 2012, Resende, RJ. *Anais...* Rio de Janeiro: CEPHiMEx, 2012.

MOURA, Tatiane. *Rostos invisíveis da violência armada: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

OLIVEIRA, João Manuel. Os feminismos habitam espaços hifienizados: a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. *Revista Ex aequo*, Vila Franca de Xira, n. 22, p. 25-39, 2010.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo, KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 17-31.

PATARO, Rita Cássia Fernandes. *Um estudo do imaginário sobre a mulher na Belle Époque carioca*. 2010. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/6-Coloquio-de-Moda_2010/71213_Um_estudo_do_imaginario_sobre_a_mulher_na_Belle_Epoque.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2014.

PEDRO, Joana Maria (Org.). *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PELBART Peter Pal. *A vertigem por um fio, políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 344, maio/ago. 2009.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.

PIMENTEL, Elaine. Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6., 2008, Maceió. *Anais...* Maceió, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, p. 15-23, 2010.

PISCITELLI, Adriana. Prefácio. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira, FÍGARI, Carlos Eduardo (Org.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

PITANGUY, Jacqueline. Adocacy e direitos humanos. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. *O progresso das mulheres e no Brasil, 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; 2011. p. 20-57.

PLEM, Georgiane Garabeli. Das mulheres loucas e sem alma: práticas de aborto e infanticídio. In: ANPUH –SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/ANPUH.S23.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

PRECIADO, Beatriz. *Manifiesto contrasexual*. Madrid: Opera Prima, 2002.

_____. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

QUEIROZ, Rachel. *Lampião; Maria Beata do Egito*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

RABELO, Danilo. As representações jurídico-policiais sobre a prostituição na Cidade de Goiás (1850). *Em Tempo de Histórias*, Brasília, n. 6, 2002.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 578-606.

RIBEIRO, A. S. *A mulher e o voto*. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/web/eleicao/mulher_voto.htm>. Acesso em: 4 jul. 2008.

ROLNIK, Suely. *Guerra dos gêneros & guerra aos gêneros*. Disponível em: <<http://caosmose.net/suelyrolnik/pdf/genero.pdf>>. Acesso em: 26 de ago. 2014

_____. Políticas de hibridização. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, p. 14-21, 2010.

_____. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SANTANA, Márcia Castelo Branco. Discursos, desejos e tramas: as reinvenções amorosas e afetivas das mulheres de Teresina na década de 1970. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: História e Ética, 25., 2009, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2009. v. 1. CD-ROM.

SAMPAIO, Juciane de Oliveira. Nem “cabra macho”, nem “paraíba masculina”: discutindo travestilidade e regionalidade em perspectiva interseccional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 2012, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1385563548_ARQUIVO_JucianadeOliveiraSampaio.pdf>. Acesso em: 14 set. 2014.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos de 1979: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 264, maio/ago. 2004.

_____. O feminismo nas páginas dos jornais: revisitando o Brasil dos anos 70 aos 90. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n.2, p. 77-89, 2000.

SCHMIDT, Simone Pereira. Falar ou falar-se: o corpo no [do] texto pós-moderno. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. (Org.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 279-283.

SCOTT, Antônio. Em carta, Elize afirma estar arrependida de ter matado o marido. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 jun. 2012. p. C4.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando. *História da vida privada no Brasil*, 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-48.

SENA, Ernesto. *Através do cárcere*. Rio de Janeiro: Nacional, 1908.

SINGER. Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: CHARNEY, Leo; SCWARTZ, Vanessa (Org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. Tradução de Regina Thompson. 2. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 95-125.

SÓIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 362-400.

SOHN, Anne-Marie. Entre duas guerras. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: o século XX*. Porto: Afrontamento, 1991. v. 5, p. 115-145.

SOUZA, Cássia Regina da Silva Rodrigues. Periódicos feministas do século XIX: um chamado à resistência feminina. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 15., 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1337815812_ARQUIVO_ARTIGOANPUH2012.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2014.

SOUZA, Suzane Santana; LIMA, Caroline de Araújo Cangaceiras em cena: uma análise das Marias na produção cinematográfica e literária. Cangaceiras em cena: uma análise das Marias na produção cinematográfica e literária. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 17., 2013, Natal. *Anais...* Disponível em:

<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364596326_ARQUIVO_Cangaceiras_cena_suzana.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2014.

TAVARES, Rebeca Heichmann. Igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. In: BARSTED, Leila Linhares.; PITANGUY, Jacqueline. *O progresso das mulheres e no Brasil, 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; 2011. p. 7-14.

TELLES, Lygia Fagundes. Mulher, mulheres. In: PRIORE, M. D. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 669-672.

THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: o século XX*. Porto: Afrontamento, 1991. v. 5, p. 9-23.

_____. A política natalista da França no século XX: uma coação física? In: MATOS, Maria Izilda Santos.; SOIHET, Rachel. (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 199-221.

Referências dos documentos de domínio público consultados

A BELA e a fera. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 set. 1985. Caderno Política. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1985/09/30/2/>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

A HISTÓRIA em datas. *Fifi encantada e a magia da leitura*, biblioteca da escola Ave Moncarapacho, Portugal, 30 jan. 2014. Disponível em: <http://fifiencantada.blogspot.com.br/2014/01/a-historia-em-datas-o-papel-das.html>. Acesso em: 04 Mar. 2014

AGGEGE, Soraya; MAYRINK, Itamar. O amor de mãe que produz ato chocantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 dez. 2006. p.32.

ALMEIDA, Alexandra. O. Seios a mostra tiram o sutiã de cena. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 nov. 1996. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1996/11/24/262/>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

ALVES, Anderson. Mãe acusada de tentar matar bebê vai a júri popular em MG. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 jan. 2007. p. 17.

ARANDA, Fernanda. Tão pequenas que ainda fazem xixi na cama. *Jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 jul. 2009. p. 23.

ARÊAS, Camila. Mulheres no comando e na mira do tráfico. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 out. 2007. p.16.

AVANSINI, Carolina. Número de presas cresce 108% no Paraná. *Folha de Londrina*, Londrina, 6 maio 2012. p. 8.

BIGATO, Carla Monique. Babá confessa ter sufocado e afogado bebê. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 set. 2006. p. C3.

CARVALHO, Mario César. Sou traficante, mas não sequestrei o bebê, diz T., 12. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 ago. 2001. p. C3.

CASO Kelly Cyclone: veja as fotos da necropsia do corpo de Kelly. *Jornal do Povo*, Feira de Santana, 28 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.cljornal.com.br/antigo-site/noticia.php?id=11738>>. Acesso em: 9 ago. 2014.

DEPOIMENTOS. *Folha Online*, São Paulo, 17 nov. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/revista/rf1711200204.htm>. Acesso em: 13 fev. 2014

DJANIRA Ramos Suzano: a “Lili Carabina”. *Cyberpolícia*. Disponível em: <<http://www.cyberpolicia.com.br/index.php/crime-e-criminosos/bandidos/bandidosnacionais/119-lili-carabina>>. Acesso em: 20 maio 2012.

ESPECIALISTAS discutem legalização do aborto. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 out. 1993. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1993/10/31/264/>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

FERREIRA, Flávio. À polícia pai disse que mulher passava por uma fase difícil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 de Maio de 2008. p. C4.

FIGUEIREDO, Luciana Schizophrenia é a nova moda. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 nov. 2013. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1969/11/30/388/>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

FINGIA de fácil, aí só lamento, diz menor que seduzia vítimas. *G1 Sorocaba e Jundiaí*, 14 ago. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2013/08/homem-e-tudo-tarado-diz-menor-que-seduzia-vitimas-em-sorocaba.html>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

FRANÇA, Valéria. Kelly, a sedutora de português ruim, enganou até seu advogado. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 31 dez. 1969. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,kelly-a-sedutora-de-portugues-ruim-enganou-ate-seu-advogado,41074>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

GANGUE das garotas faz arrastões na Vila Mariana, região Sul de São Paulo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 ago. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/953430-gangue-das-garotas-faz-arrastoes-na-vila-mariana-na-zona-sul-de-sp.shtml>>. Acesso em: 20 maio de 2014.

GANGUE das loiras não atuava em dias de chuva para não estragar o cabelo. 2012. Disponível em: <<http://www.g17.com.br/noticia/saopaulo/gangue-das-loiras-nao-atuava-em-dias-de-chuva-para-nao-estragar-o-cabelo.html>>. Acesso em: 20 maio 2014.

GOLFINHOS. *Tatuagem*. Disponível em: <<http://tatuagem.com/artigos/tatuagens-golfinhos>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

GAROTA espanca colega no estadual em Caeté. *TV Alterosa*, 18 set. 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=2Mkm8pp0IVo>>. Acesso em: 9 ago. 2014.

HISAYASU, Alexandre. Suzane está arrependida, afirma advogada. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 jul. 2005. p. C5.

KAWAGUTI, Luis. Ela chora e fala dos filhos, diz pai de suspeita. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 maio 2008. p. C3.

KAWAGUTI, Luis; TOMAZ, Kleber; CARAMANTE, André. Madrasta disputava com Isabella colo do pai, diz ex-vizinha. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 maio 2002. p. C3.

LEITÃO, Leslie. Herdeiras do tráfico. *Veja*, São Paulo, 18 jan. 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica/seios-siliconados-mansoes-joias-secretarias-particulares-as-mulheres-de-bandidos-cariocas-que-cumprem-pena-gastam-dinheiro-a-rodo-e-ajudam-os-maridos-a-tocar-seu-negocio-criminoso/#more-330871>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

LINHARES, Juliana. Verdades e mentiras de Suzane von Richthofen.

Revista Veja, n. 1951, n. esp. abr. 2006. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/120406/p_104.html>. Acesso em: 20 set. 2013.

MÃE e filha são acusadas de chefiar tráfico. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 jun. 2009. p. C5.

MILHOMEM, Ítalo. Golpista de luxo, Kelly Samara, quer se aposentar do mundo de mentiras e tramas. *Campo Grande News*, Campo Grande, 30 maio 2011. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/golpista-de-luxo-kelly-samara-diz-que-vai-se-aposentar-das-mentiras-e-tramas>>. Acesso em: 24 maio 2014.

MULHER é acusada de matar marido, irmã e sobrinha no RS. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 abr. 2009. p. C4.

MULHER, crime castigo. *Veja*, São Paulo, 7 jun. 1995. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_07061995.shtml>. Acesso em: 15 out. 2014

MULTIDÃO apedreja delegacia na zona leste. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 out. 2002. p. C3.

OLIVEIRA, Roberto; SAMPAIO, Paulo. Mulheres fatais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2002. p. 6-10.

PAGNAN, Rogério; GAMA Marina. Loira da gangue tinha vida dupla, diz polícia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 mar. 2012. p. C5.

PEC 25 é derrotada por 351 votos contra 33. *Centro Feminista de Estudos e Assessoria*. 1996. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PFEMEDF041996039.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2015.

POLÍCIA representa “primeira dama do tráfico” na grande BH. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2012/06/policia-apresenta-primeira-dama-do-trafico-na-grande-bh.html>>. Acesso em: 9 ago. 2014.

QUANDO a mulher mata. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2002. p. 9.

SANTOS, Douglas. Prostitutas matam idoso na região. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 out. 2009. p. C5.

SAMPAIO, Paulo. Mulheres enfrentam homens narcisistas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 nov. 1996. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1996/11/24/262/>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

TAKAHASHI, Fábio; SOARES Regiane. Advogado de Suzane vai alegar que Daniel manipulou a jovem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 jun. 2006. p. C6.

TANENHAUS, Sam. Criminosas são pouco retratadas na arte. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 jun. 2010. p. C8.

VALLE, Dimitri. 'Foi por amor', diz sequestradora. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 mar. 2005. p. C3.

Referências figuras

Figura 1 –

GOUSPY, Carol. La représentation du chanteur de charme et du scieur à travers les affiches de café-concert. *Image [&] Narrative*, n. 20, dec. 2007. Disponível em: <http://www.imageandnarrative.be/inarchive/affiche_findesiecle/gouspy.htm>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 2 –

PAOLILLO, Ana. *41 propagandas antigas da Coca-Cola para inspiração*. Disponível em: <<http://www.criatives.com.br/2012/06/inspire-se-com-propagandas-antigas-da-coca-cola>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 3 –

MINHA coleção de imagens de arte. *Cartazes, pôsteres e ilustrações da Belle Epoque*. 9 set. 2012. Disponível em: <<http://minhasimagensdearte.blogspot.com.br/2012/09/cartazes-posteres-e-ilustracoes-da.html>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 4 –

A HISTÓRIA contada pelos anúncios impressos desde 1875. *Reclames do Estadão*. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/reclames-do-estadao/page/2/?s=1935>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 5 –

WIKIPÉDIA. *File: bom-ton burlesquers2+jpg*. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/file:bon-ton_burlesquers2.jpg>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 6 –

PEREIRA, A. M. *Cartazes publicitários de bebidas*. 2012. Disponível em: <<http://garfadasonline.blogspot.com.br/2012/12/cartazes-publicitarios-de-bebidas.html>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 7 –

MENDES, I. *O humor da década de 20 no Brasil: II*. 2011. Disponível em: <http://www.ibamendes.com/2011/04/blog-post_13.html>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 8 –

WORLD War II Poster. He volunteered for submarine service: 1941-1945. Disponível em: <<http://history1900s.about.com/library/photos/blywwiip163.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 9 –

JOIN the navy, the service for fighting men. 2011. World War 1 Propaganda Posters. Disponível em: <<http://www.ww1propaganda.com/ww1-poster/join-navy-service-fighting-men>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 10-

AUSTRALIAM WAR MEMORIAL. *God bless dear Daddy*. Disponível em: <<http://www.awm.gov.au/collection/artv00040/>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 11-

GEOGETOWN UNIVERSITY. *The posters*. Disponível em: <<http://www.library.georgetown.edu/dept/speccoll/britpost/posters.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 12 –

POSTERS of the United States of America. *World war I*: 1917-1918. War Stories: 1995-2014. Disponível em: <<http://www.war-stories.com/war-posters-wwi-1.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 13 –

WOMEN of Britain come into the factories posters. Barewalls. Disponível em: <http://www.barewalls.com/pv-439905_women-of-britain-come-into-the-factories.html>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 14 –

<http://library.fandm.edu/archives/spcoll/wwiartists.php>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 15 –

MAHABLOG. 2011. Disponível em: <<http://www.mahablog.com/2011/09/page/2/>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 16 –

CLUBINHO. Disponível em: <http://clubinhoblumenau.blogspot.com.br/2012_05_01_archive.html>. Acesso em: 15 dez. 2014.

Figura 17 –

LA GARÇONNE. *DeviantArt*. Disponível em: <<http://xav-drawordie.deviantart.com/art/la-garconne-76378413>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 18 –

POSTERS of World War II. The *greatest generation*. Give it your best. Disponível em: <<http://www.war-stories.com/war-posters-wwii-3.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 19 –

POSTERS de guerra. *Edu Explica blogs*. 26 out. 2010. Disponível em: <<http://postersdeguerra.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 20 –

UNIVERSITY OF NORTH TEXAS. Digital Library. *Enlist in a proud profession!:* join the U.S. cadet nurse corps. Disponível em: <<http://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc606/>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

Figura 21 –

IRMÃOS Cravinhos e Richthofen. Clicapiaui. Disponível em: <<http://www.clicapiaui.com/wp-content/uploads/05irmaoscravinhosrichtofenfut.jpg>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

Figura 22-

ANNA Carolina Jatobá prega a palavra de Deus. *Folha R. R. Com*, Boa Vista, 8 maio 2011. Disponível em: <<http://www.folharoraima.com.br/wordpress/anna-carolina-jatoba-prega-a-palavra-de-deus/>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

Figura 23 –

SETTI, R. Seios siliconados, mansões, apartamentos pagos em dinheiro vivo, joias, secretarias particulares... *Veja*, São Paulo, 18 jan. 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/seios-siliconados-mansoes-joias-secretarias-particulares-as-mulheres-de-bandidos-cariocas-que-cumprem-pena-gastam-dinheiro-a-rodo-e-ajudam-os-maridos-a-tocar-seu-negocio-criminoso/#more-330871>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

Figura 24 -

FUNCIONÁRIOS do IML que vazaram vídeo de Kelly Cyclone são afastados. Telinha da TV. 15 set. 2011. Disponível em: <<http://telinhadatv.wordpress.com/2011/09/15/funcionarios-do-impl-que-vazaram-video-de-kelly-cyclone-sao-afastados/>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

Figura 25 –

FALSA socialite “Kelly Tranchesi” aplicava cerca de sete estelionatos por dia. Notícias. 19. Maio. 2014. Disponível em: <http://www.colinasfm.com.br/noticia/falsa-socialite-kelly-tranchesi-aplicava-cerca-de-sete-estelionatos-por-dia>. Acesso em: 12. jul. 2014